



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE

GILSON FERNANDO DE JESUS REGO

AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA A AMAZÔNIA COMO
ESTRATÉGIA DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

Santarém – Pará

Janeiro/2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Processamento Técnico da Divisão de Biblioteca da UFOPA Catalogação de Publicação na Fonte. UFOPA - Biblioteca Campus Amazônia

Rego, Gilson Fernando de Jesus.

As políticas de desenvolvimento regional para a Amazônia como estratégia da modernização conservadora / Gilson Fernando de Jesus Rego. - Santarém, 2019.

130fl.: il.

Universidade Federal do Oeste do Pará, Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências da Sociedade, Mestrado em Ciências da Sociedade.

Orientador: Juarez Bezerra Galvão.

1. Políticas Públicas. 2. Modernização Conservadora. 3. Desenvolvimento. 4. Amazônia. I. Galvão, Juarez Bezerra. II. Título.

UFOPA-Ruy Barata

CDD 23.ed. 338

GILSON FERNANDO DE JESUS REGO

AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA A AMAZÔNIA COMO
ESTRATÉGIA DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Sociedade.

Orientador: Dr. Juarez Bezerra Galvão

Santarém – Pará

Janeiro/2019

GILSON FERNANDO DE JESUS REGO

AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA A AMAZÔNIA COMO
ESTRATÉGIA DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Sociedade.

Santarém, 18 de Janeiro de 2019.

Banca examinadora

Prof^a Dr^a. Edna Ferreira Coelho

Doutora em Educação

Prof. Dr. André Dionei Fonseca

Doutor em História Social

NOTA: _____

Dedico este trabalho aos meus filhos Jon Jon e
AMA.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer neste momento todas àquelas pessoas que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho. Um agradecimento de carinho a minhas colegas de turma, já que a grande maioria eram mulheres, mas também aos nossos professores que em todo período do curso contribuíram para reforçar a ideia de fazer este estudo.

Sem dúvida nenhuma, quero expressar aqui a minha eterna gratidão a todas as lideranças comunitárias que, nestes doze anos de convivência em dezenas de comunidades, me proporcionaram um extraordinário aprendizado sobre a realidade vivida por elas, e que sem este acúmulo, não seria possível compreender os anseios e os dilemas vividos por seus pares e parentes.

Quero lembrar aqui agradecendo amigos e amigas que não mediram esforços para ajudar a encontrar bibliografias importantes para corroborar com o tema trabalhado. Principalmente aos meus amigos “CURUPIRAS” pelo espírito revolucionário que alimenta nossa luta.

Agradecer a minha família, principalmente seu Flaurido e Dona Conce (pai e mãe) que sempre me incentivaram a continuar os estudos, mesmo muitas vezes não compreendendo o que escolhi como tema da dissertação. Assim como quero aqui também agradecer aos meus colegas de trabalho pela compreensão nos momentos de ausência nas atividades junto às comunidades que acompanhamos.

Um agradecimento fraterno ao Professor Juarez Galvão, que desde a entrevista para a aprovação deste mestrado parecia prever que seria meu orientador e seguiu neste compromisso até o fim desta jornada.

Agradecer especialmente a minha companheira e esposa Adriane Xavier Hager, que com muita paciência (mas que às vezes sem paciência mesmo) acompanhou e colaborou na organização e orientações para a finalização desta dissertação.

Um agradecimento especial ao grande amigo Frei Lulu de Piririca (Prof. Dr. Aluizio Lins Leal), que foi incansável nas orientações e nas chamadas de atenção para não desistir desta pós-graduação.

“No dia a dia da nossa aldeia

Há infelizes enfartados de informação

As coisas mudam de nome

Mas continuam sendo o que sempre serão”.

(Além dos Outdoors – Engenheiros do Havaii.

Humberto Gessinger)

RESUMO

Este trabalho versa sobre o desenvolvimento das políticas públicas destinadas as populações amazônicas e seus efeitos nas atividades produtivas destes grupos. Assim como, analisa a implementação dos diversos programas de desenvolvimento regional elaborados para a Amazônia e seus resultados. Estabelecendo a relação destas políticas com as estratégias da modernização conservadora, em que permite a ampliação da produção e a manutenção do modo de produção capitalista. O interesse por este tema se dá devido à onda de ocupação ocorrida nas últimas décadas na Amazônia, tendo como bandeira o discurso do desenvolvimento regional, que vem travestido como mecanismo ideológico para envolver as inúmeras comunidades rurais a transformarem seus territórios em campo fértil para o avanço do capital. Os danos ambientais e as transformações sociais que se estabelecem dentro destas comunidades são características das intervenções das políticas destinadas para integrar aquelas famílias na lógica do mercado, reorganizando as relações produtivas de forma que passem a fazer parte da cadeia produtiva exigida pelo mercado. Assim, todos aqueles grupos acuados pelo capital são envolvidos nos mais diferentes programas pedagógicos para enquadrá-los ao novo modelo.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Modernização Conservadora. Desenvolvimento. Amazônia.

ABSTRACT

This work explores the development of public policies directed toward Amazonian populations and the effects of such policies on the productive activities of these groups. To that end, it analyzes the implementation and outcomes of various regional development programs elaborated for the Amazon. It links these policies to conservative modernization strategies that both allow for the expansion of production and maintain the capitalist mode of production. This theme is pressing because over the last few decades a wave of form of occupation has proliferated across Amazon under the banner of regional development, which functions as an ideological mechanism to involve innumerable rural communities in these projects and to transform their territory into fertile ground for the advance of capital. The environmental damage and the social transformation that has occurred within these communities are characteristic of political interventions that seek to integrate those families in the logic of the market, reorganizing their productive relations to become part of the production chain demanded by the market. Thus, all of the groups incorporated by capital are involved in very different pedagogical programs in order to make them conform to the new model.

Key words: Public Policies. Conservative Modernization. Environmental. Amazon.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALALC - Associação Latino-Americana de Livre Comércio

Alca - Área de livre Comércio das Américas,

Alcan - Alcan Company of Canadá

Alcoa - Aluminum Company of America

Amza - Amazônia Mineração S.A.

APP - Áreas de Preservação Permanente

ASMIPP - Associação do Micro e Pequenos Produtores Rurais e Extrativistas da Comunidade de Repartimento dos Pilões

Basa - Banco da Amazônia

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

Casa - Comunidade das Nações Sul-americanas

CPT - Comissão Pastoral da Terra

Emater - Empresa De Assistência Técnica E Extensão Rural

ECQ - Estudo Do Componente Quilombola

EUA – Estados Unidos da América

FHC – Fernando Henrique Cardoso

Flona – Floresta Nacional

Flota – Floresta Estadual

FSC - Forest Stewardship Council

Funai – Fundação Nacional do Índio

Funpea - Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias

Gebam - Grupo Executivo do Baixo Amazonas

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Icomi - Indústria e Comércio de Minérios S.A

Ideflor – Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará

IDEFLOR-BIO - Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará

IIEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil

IIRSA - Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria

Ipam – Instituto de Pesquisa da Amzônia

Iterpa – Instituto de Terras do Pará

ISA – Instituto Socioambiental

ISARH - Instituto Sócio Ambiental e dos Recursos Hídricos

MRN - Mineração Rio do Norte

Nalco - Nacional Aluminate Corporation

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONG – Organização Não Governamental

Orsa – Organizações Sergio Amoroso

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista

PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo

PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PEAEX - Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista

Peti - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

PPP - Plan Puebla-Panamá

PT – Partido dos Trabalhadores

Radam – Radar na Amazônia

RAP - Relatório Ambiental Preliminar

Resex – Reserva Extrativista

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

Rica - Rede Intercomunitária Almeirim em Ação

Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SFB - Serviço Florestal Brasileiro

UC – Unidade de Conservação

Ufra – Universidade Federal Rural Agraria

Unasul - União de Nações Sul-Americanas

Unced - The United Nations Conference on Environment and Development

Usaid - United States Agency for International Development

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	ENTENDENDO O CONCEITO DE MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA	17
2.1	A BASE HISTÓRICA DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA: FORÇAS PRODUTIVAS E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO.....	22
2.2	O DESENVOLVIMENTO COMO “CHAMARIZ” IDEOLÓGICO.....	31
3	A MÃO DO ESTADO, NA AJUDA AO EMPREENDIMENTO PRIVADO NO BAIXO AMAZONAS	35
3.1	O PROJETO JARI.....	39
3.2	A MINERAÇÃO RIO DO NORTE - MRN.....	52
4	AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO ESTRATÉGIA DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA	70
4.1	OS PROGRAMAS DOS GOVERNOS MILITARES.....	77
4.1.1	Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG)	77
4.1.2	O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)	78
4.1.3	O II Plano Nacional de Desenvolvimento	84
5	OS GOVERNOS CIVIS RECENTES	88
5.1	O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (FHC).....	88
5.2	O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO DO GOVERNO LULA.....	94
5.2.1	O PAC e a IIRSA	100
5.2.2	As Políticas Sociais do Governo Lula	106
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124

1 INTRODUÇÃO

Em nosso cotidiano observamos que as políticas públicas parecem ser, e em muitos casos são, demandas da sociedade para atender suas necessidades coletivas e/ou individuais. Somos também levados a acreditar que as políticas públicas buscam promover o bem estar das pessoas, proporcionando à sociedade melhor qualidade de vida. Contudo, ao analisarmos os resultados de algumas dessas políticas, identificamos vários elementos que apontam para um processo contínuo de transformações, em que o Estado, assume o papel de condutor de ações que resultam em mudanças profundas, tanto no meio ambiente como na vida das pessoas. A realidade evidencia que tais mudanças têm afastado de determinados grupos sociais a perspectiva de alcançar melhor qualidade de vida. Diante esta realidade, essa pesquisa procurou demonstrar o caráter contraditório das políticas públicas, já que acabam evidenciando em seus resultados maiores vantagens aos poucos grupos econômicos em vez de atender às demandas de toda a sociedade.

Se recuarmos 50 anos na história da Amazônia, quando a maioria de seus habitantes desenvolviam suas atividades produtivas voltadas, em geral, para atender às suas necessidades familiares, é possível perceber que a introdução das chamadas políticas de desenvolvimento regional, implementadas pelo Estado brasileiro, a partir da década de 1960, promoveram inúmeras mudanças no modo de vida das populações que habitavam e, ainda, habitam o bioma amazônico. Estes grupos sociais, que Luxemburgo (1976) conceitua como Sociedades de Economia Natural, são envolvidas em dinâmicas produtivas inovadoras apresentadas como alternativas modernas que propõem a ampliação da produção para sua introdução ao mercado. Ocorre que para aderir ao novo modelo de produção se faz necessária a destruição das práticas dos métodos anteriormente utilizados.

O ser humano tem a tendência natural de desenvolver tecnologias que permitem facilitar a intervenção na natureza para satisfazer as necessidades materiais. O Estado sempre busca convergir essa disposição motivando o desenvolvimento de técnicas modernas que permitam adequar aos interesses da classe dominante. Portanto, é no Estado que se reconhece o ente regulador das atividades destinadas a atender às demandas da classe que o controla. Assim, se encarrega de executar ações que adequam o interesse das classes dominantes ao espírito modernizador da sociedade como um todo.

Neste trabalho, é usada a concepção de Engels (1984), que entende que a origem do Estado se dá pela necessidade de garantir que os interesses da classe dominante sejam

conservados. Assim, vamos perceber no desenvolvimento do trabalho, ora introduzido, que as ações do Estado seguem sempre na mesma lógica, ou seja, modernizam-se, por um lado, tudo aquilo que garantam as vantagens das classes dominantes e por outro são conservadas as relações de produção vigentes. Este estudo analisa como o Estado brasileiro destina políticas públicas para os setores agrários buscando a superação do modelo tradicional com uma dinamização técnica da base de produção (RICARDIO, 2011, p. 234) e ao mesmo tempo evidencia as estratégias que colocam em prática tudo aquilo que tenta eliminar o velho modelo, não permitindo ainda o surgimento de um novo modo de produção.

Modernização remete à ideia de desenvolvimento, melhoramento, sair de uma condição de atraso. Assim, como pode alguém ser contra a modernização ou contra o desenvolvimento? Questões muito comuns aos ouvidos daqueles e daquelas que se propõem a questionar as reais razões da efetivação de projetos apresentados como sendo a única condição para chegar ao desenvolvimento social e econômico de uma determinada região. Mas o fato é que por detrás de todo este discurso se encontra o caráter ideológico do capital para que os interesses econômicos do mercado sejam garantidos.

É por isto que o termo desenvolvimento é recorrente neste trabalho, pois ele materializa o caráter de instrumento ideológico utilizado pelo capital para atrair aquelas nações que foram colocadas na condição de não-desenvolvidas. Como diz Escobar (2007) em seu livro, “A Invenção do Terceiro Mundo” (La invención del Tercer Mundo—título original), o desenvolvimento é um discurso onipresente da política de representação e identidade, nos países da Ásia, África e América Latina após a Segunda Guerra Mundial. Por ser um discurso ideológico divide o mundo naqueles que estão desenvolvidos e nos que não estão. Assim, uma sociedade considerada atrasada deve se empenhar para superar o atraso econômico e da pobreza como diz Cavalcanti (2001). Uma vez aceita a ideia pelos países não-desenvolvidos, a compressão geral que se tem é a de que o desenvolvimento é um fim que é desejado por todos (GOMES, 2002).

Trazer a discussão sobre Políticas de Desenvolvimento Regional como uma estratégia de modernização conservadora neste trabalho tem como objetivo, primeiramente identificar quais as razões e qual a natureza das políticas públicas e, porque elas ocorrem? Em outra parte, analisar os diversos momentos históricos brasileiro iniciando com a intervenção militar, a partir do golpe de 1964, chegando aos governos civis mais recentes de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luis Inácio Lula da Silva (LULA). Esta análise poderá ajudar a compreender

como o Estado brasileiro em seus diversos governos destinaram as diversas políticas públicas para a região amazônica e como estas se relacionam com as populações nativas.

Conhecendo a realidade de inúmeros municípios da Mesorregião do Baixo Amazonas, principalmente as comunidades rurais, são corriqueiros os relatos, sejam eles dos próprios moradores ou aqueles encontrados nos documentos disponíveis nas organizações sociais, Sindicatos e Ministério Público sobre o grande número de conflitos existentes. Nos dados divulgados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 2017, em sua publicação *Conflitos no Campo*, indicam que de todos os conflitos registrados nesse ano, mais de noventa por cento concentram-se na Amazônia Legal. Estes dados apontam que há um avanço contínuo para dentro do espaço amazônico causando grande violência às populações que habitam este espaço. Portanto, aquilo que é apresentado como políticas de desenvolvimento regional, contraditoriamente, ampliam os conflitos e não parecem trazer qualidade de vida para os habitantes nas regiões.

A defesa que faz este trabalho é que o Estado, ao destinar as Políticas Públicas de Desenvolvimento atua em obediência às exigências capitalistas para garantir sua intervenção junto aos espaços de interesse econômico, já que eles guardam grande quantidade de riquezas em matéria prima necessárias aos interesses do mercado. É neste sentido, que a Modernização Conservadora se destaca como uma estratégia importantíssima do Estado, pois ao mesmo tempo em que introduz tecnologia que moderniza os meios de produção, ampliando a produção de mercadoria, também serve para conservar intactas as relações do modo de produção capitalista. Uma tática que parece mudar, exatamente para não mudar.

A escolha deste tema foi motivada pelas experiências do autor a partir de seu trabalho profissional desenvolvido em vários municípios do Baixo Amazonas. Nativo desta região, o autor tem participado de inúmeros processos de lutas das comunidades para garantia oficial de seus territórios, assim como, pelos demais direitos destas populações. Sua atuação profissional em uma organização local, que trata das questões fundiárias no campo, tem permitido um acúmulo importante para compreender as diversas dinâmicas provocadas pela implementação de políticas de desenvolvimento regional. O contato estabelecido nestes anos com inúmeras lideranças das comunidades somaram um volume significativo de informações e relatos que foram usados neste trabalho, mesmo que tais relatos não tenham sido colhidos especificamente para a elaboração desta dissertação, foram fundamentais para constatar realidades existentes nas diversas comunidades e serviram de dados para compor este trabalho.

A vivência junto às comunidades trazia a inquietude de compreender aquilo que se entendia como contradição das políticas públicas de desenvolvimento para a Amazônia. Estudar mais as políticas públicas exigia compreender minimamente alguns conceitos clássicos da literatura. Assim, foi feito um levantamento bibliográfico de alguns autores clássicos que permitiram estruturar os argumentos usados nesta pesquisa, como; Karl Marx, Frederik Engels, Rosa Luxemburgo e outros. Além destes, foram analisadas as bibliografias de autores contemporâneos que escreveram sobre as questões referentes às políticas públicas e desenvolvimento, tanto no Brasil, como em outros países, entre eles: Daniela Chaves Brito, Clélio Campolina Diniz, Arturo Escobar, Ariovaldo Umbelino Oliveira, Fiorelo Picoli. Foram selecionados alguns trabalhos de autores que dedicaram suas pesquisas em temas referentes à implementação de grandes projetos de desenvolvimento na mesma região estudada, podemos citar: Aluizio Lins Leal, Luiz J. de Moraes Wandelely, Maria Luiza de G. Camargo entre outros . Além destes estudos vários materiais bibliográficos produzidos por organizações sociais locais, sejam comunitários ou institucionais, como: artigos, revistas, cartilhas, atas de reuniões, ofícios, documentos, reportagens contribuíram para reforçar os depoimentos e as observações feitas nas comunidades. Não poderiam faltar neste levantamento os documentos oficiais do governo brasileiro, disponíveis fisicamente ou em mídias eletrônicas.

Este trabalho está estruturado em quatro tópicos que buscam conduzir a leitura para uma compreensão das dinâmicas que levam as políticas públicas destinadas às populações amazônicas. No primeiro tópico inicia com o conceito de Modernização Conservadora, que pretende introduzir o leitor a compreender como alguns estudiosos trataram deste tema no Brasil. No segundo tópico recorreremos às bases teóricas advindas das ideias marxistas, que ajudam a compreender que a Modernização Conservadora tem suas raízes nas relações históricas entre as forças produtivas e as relações de produção, e que é o Estado quem assume a função de tentar impedir que as contradições existentes entre as forças produtivas e as relações de produção não ponham em risco o modo de produção conduzido pela classe dominante. Neste item ainda são considerados alguns elementos teóricos sobre o surgimento do termo desenvolvimento, que aparece como um “chamariz” ideológico, que justifica a necessidade de intervenções políticas para se alcançar o sucesso da modernidade proposta.

Em seguida passa-se a discussão propriamente dita. O terceiro tópico remete para alguns exemplos que revelam o comportamento do Estado e suas ações de apoio irrestrito aos empreendimentos privados na Amazônia. Será possível perceber que esta conduta segue as determinações da Divisão Internacional do Trabalho, inaugurado com o pós-guerra. Sem

nenhuma pretensão de fazer um resgate histórico, muito menos aprofundar nas discussões sobre os casos aqui apresentados, este trabalho se limita a apresentar alguns pontos que ajudarão a identificar efeitos causados às populações amazônicas com as vantagens prestadas aos grupos econômicos internacionais. Para isto, recorreremos a dois casos emblemáticos no Baixo Amazonas, que são: o caso do Projeto Jari, no município de Almeirim e o da Mineração Rio do Norte, no município de Oriximiná, que mesmo ultrapassando meio século de existência, ainda mantêm as mesmas práticas, historicamente conflituosas.

Para finalizar, o quarto tópico demonstra como os diversos Planos de Desenvolvimento Regional apresentados desde os governos militares e os governos civis de FHC e Lula evidenciam a estratégia da Modernização Conservadora. Aqui também não é possível discorrer detalhadamente nas diversas políticas que foram implementadas por estes governos. Contudo, o que se apresenta permite compreender como o Estado se empenha para garantir os mecanismos que mudam as práticas produtivas do nativo para integrá-lo ao mercado, assim como, evita qualquer possibilidade de alteração nas relações de produção capitalistas. Recorre-se novamente a alguns exemplos desenvolvidos na região do Baixo Amazonas para que sejam entendidos os processos de inculcação através de atividades pedagógicas direcionadas as lideranças de comunidades amazônicas, na tentativa de envolvê-los em atividades de interesse do capital. Isto pretende facilitar a compreensão sobre as iniciativas que envolveram alguns grupos sociais nativos aos modernos projetos produtivos. Evidentemente que as políticas sociais são identificadas em todos os governos aqui estudados. Em alguns mais em outros menos, contudo, a ideia é destacar aquelas que mais se aplicaram dentro das comunidades.

É necessário adiantar que os exemplos trazidos aqui não pretendem interpretar se tais políticas são ou não são demandas das comunidades, nem mesmo, pretende considerar se as mesmas trouxeram vantagens ou desvantagens ao público para o qual foram destinadas, mas sim, ajudar a compreender seu desenvolvimento para estes grupos, para que possa permitir encontrar as evidências da estratégia da modernização conservadora pretendida pelo Estado. Portanto, as análises destas políticas servem para que se possam compreender seus efeitos junto às comunidades e a região como um todo.

2 ENTENDENDO O CONCEITO DE MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

A Modernização conservadora é a estratégia de se usar a natural evolução das forças produtivas, que sempre existiram, para evitar mexer nas relações de produção. As forças produtivas têm caráter modernizador, pois estão continuamente em desenvolvimento. Por outro lado, as relações de produção têm caráter conservador, só se modificando quando há a ruptura de uma contradição impossível de ser superada, ou na passagem para outro modo de produção diferente do anterior. Assim tivemos a substituição histórica do comunismo primitivo pelo escravismo, o escravismo pela sociedade feudal e o feudalismo pelo capitalismo. Estas rupturas aconteceram somente depois de muitos anos que conservaram cada modo de produção.

O termo modernização conservadora foi cunhado primeiramente por Moore Junior (1975) para analisar as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais. Neste sentido, o eixo central do processo desencadeado pela modernização conservadora é entender como o pacto político tecido entre as elites dominantes condicionou o desenvolvimento capitalista nestes países, conduzindo-os para regimes políticos autocráticos e totalitários.

Deste modo, as revoluções burguesas na Alemanha e no Japão não seguiram a versão clássica, como no caso da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos, pois foram revoluções burguesas parciais, visto que não destruíram efetivamente as estruturas sociais, políticas e econômicas do antigo regime. Assim, o pacto político orquestrado no interior do Estado nacional alemão e japonês aprofundou os laços políticos entre os terratenentes e a burguesia, excluindo os proletariados e os camponeses do direito pleno à democracia e à cidadania (PIRES, 2009, p. 412).

As rupturas só acontecem devido às grandes contradições. Contudo, a classe dominante sempre busca formas de evita-las. Portanto, sempre são buscadas formas de amenizar as contradições para que sejam conservadas as relações de produção, ou seja, garantindo a continuidade do modo de produção. As relações de produção é que mantêm a ordem social em favor dos interesses da classe dominante. Por isto, que a Aristocracia escravista resistiu à superação da sociedade escravista, por isto que a nobreza resistiu à superação do feudalismo e por isto que a burguesia resiste à superação do capitalismo.

Neste sentido, a modernização conservadora é uma estratégia usada para impedir que modifiquem as relações de produção. Busca-se toda forma de introduzir a modernização das forças produtivas, desde que se mantenham conservadas as relações de produção.

No Brasil, inúmeros autores desenvolveram trabalhos sociológicos sobre o tema da modernização conservadora, os estudos históricos se deram durante as duas primeiras décadas da ditadura militar, décadas de 60 e 70. Segundo Perllato (2014, p. 469):

[...] Vale citar *A Economia Brasileira. Crítica à Razão Dualista* (Francisco de Oliveira, 1972), *São Paulo e o Estado Nacional*, de Simon Schwartzman (1975); *Capitalismo e Tradicionalismo. Estudos sobre as Contradições da Sociedade Agrária no Brasil*, de José de Souza Martins (1975); *A Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes (1975); *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, de Luiz Werneck Vianna (1976).

Para este mesmo autor, estes sociólogos punham à luz a natureza conservadora da burguesia brasileira da época, o que gestou um pacto estabelecido entre as “elites modernas e tradicionais”. Este pacto não tinha como intenção acabar com as elites agrárias tradicionais brasileiras, muito pelo contrário, afirma Perlatto (2014). Estas velhas oligarquias se renovavam atuando e controlando os espaços políticos do país. Portanto, toda implementação de políticas que impulsionavam a modernização com equipamentos para as áreas agrícolas, na verdade não superavam o atraso representado pelas antigas elites agrárias, mas as colocavam no comando da modernização brasileira à medida que introduziam novos equipamentos e ao mesmo tempo se ampliava o latifúndio.

Ricardio (2011, p. 234), em seu trabalho mostra que “nas décadas de 1960 e 1970, seguiu-se uma ampla metamorfose da estrutura agrícola brasileira”. Isto se dava, segundo o autor, devido a um desejo criado pela necessidade de transformar o modelo de produção agrícola no Brasil, pois o modelo àquela época era muito atrasado. Sendo necessária uma modernização dos equipamentos agrícolas, centrado na “tecnificação geral” para aumentar a produtividade. Isto evidentemente que se propunha a superar o modelo tradicional implementando uma estrutura que pudesse dinamizar tecnicamente toda a base produtiva, com a introdução de equipamentos agrícolas e ações governamentais que garantissem a iniciativa de inserir um novo padrão produtivo. Estas medidas resultaram em uma modernização conservadora.

Esta modernização evidenciava o interesse de aumentarem os lucros das atividades industriais, pois segundo Ricardio (2011), a ideia de mecanizar o setor agrário, principalmente aquela parte mais atrasada, que era entendida como a agricultura familiar, significava maior lucratividade da indústria de insumos e implementos agrícolas, pois à medida que os agricultores são levados a consumirem os novos equipamentos para ampliarem suas atividades, sofrem ao mesmo tempo um aumento na expropriação dos seus valores produzidos. Assim, ao introduzir modernidade na produção rural o capital industrial conserva sua prática de exploração, ao mesmo tempo em que ampliava a exploração e a expropriação das populações nativas.

A estrutura agrária brasileira não criava as condições necessárias para o avanço da burguesia brasileira. A introdução de técnicas e equipamentos que permitissem a maior exploração, tanto do ser humano como da natureza era uma condição para o crescimento econômico desta mesma burguesia. Contudo, como demonstrado acima, a força da oligarquia rural estava muito bem consolidada e não poderia permitir mudanças que rompessem com o modelo que os mesmos desenvolviam. Assim, a Modernização Conservadora foi a alternativa mais adequada para garantir os avanços exigidos pela indústria com a introdução de máquinas, insumos, e outros equipamentos. Contudo, esta introdução de equipamentos modernos não se propunha a alterar as velhas condições do espaço rural brasileiro.

Evidentemente que com a introdução dos novos equipamentos, ou seja, com a modernização voltada para a produção agrícola, criava-se uma relação de dependência dos bens do setor industrial. O produtor agrícola agora passava a ter uma dependência cada vez maior dos bens de produção agrícola oferecido pelo setor industrial. Isto não possibilitava, de forma alguma, uma melhoria na condição de trabalho no campo, pois a maior lucratividade com as vendas dos novos equipamentos só seria vantajosa para a agricultura de grande porte, deixando com isto a agricultura familiar obrigada a ser cada vez mais explorada pela ação capitalista ou entregar suas terras ao latifúndio.

Retornando ao trabalho de Perlatto (2016), fica evidente que a modernização capitalista é um mecanismo de cooperação entre as classes dominantes modernas e tradicionais, na qual, não se mudam as formas de exploração. Isto perpassava pela vida urbana e rural, pois como já vimos, por um lado, o governo buscou implementar políticas de desenvolvimento para o campo estimulando a concentração fundiária pelos antigos donos da terra. Enquanto que por outro, foram desenvolvidos os mesmos processos modernos de urbanização que levaram a um aumento da exclusão e desigualdade nas cidades.

A Modernização Conservadora faz parte de uma estratégia de manutenção do modo de produção, que ao ser imposta precisa ser aceita sem maiores resistências. Para isto este processo de reforço do modo de produção capitalista sempre necessita de um instrumento ideológico para garantir suas ações. Assim, Perlatto (2014, p. 475), apresenta a Modernização Conservadora da Indústria Cultural, ele aponta que durante a década de 1960, o regime militar não apenas conseguiu trazer “mudanças de grande relevância no campo cultural brasileiro” produzindo “bens culturais”, como foi capaz de capacitar e introduzir segmentos intelectuais burgueses dentro da própria tecnocracia dos meios de comunicação para que estes desenvolvessem mecanismos que orientassem as vantagens das modernas ações a

determinados grupos sociais. Ainda hoje, ou talvez possa ser dito, principalmente hoje, estes instrumentos ideológicos são cada vez mais utilizados. Se pararmos um pouco para assistirmos à Rede Globo de Televisão, perceberemos facilmente sua campanha em favor do agronegócio diariamente, ao divulgar continuamente a vinheta “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo”. De 15 em 15 dias um novo tema é apresentado ao público dando evidência para as vantagens modernas do agronegócio no Brasil.

Os instrumentos mais eficientes nas sociedades de classe para garantir a dominação através de suas estratégias para a manutenção do *status quo* é a ideologia. Seu principal objetivo é subverter a percepção da realidade, mascarando-a para que se encaixe nos objetivos da classe dominante. Ou seja, sempre que interessar à classe capitalista desenvolver qualquer coisa que lhe seja benéfica se faz necessário lançar mão dos instrumentos ideológicos, em que tal iniciativa vem preenchida de um discurso ideológico com toda a carga necessária para justificar e legitimar o interesse de classe. Por isto, mesmo, a ideologia tem um papel profundamente alienante. Assim, as políticas públicas são aceitas como algo novo, portanto moderno, já que carregam consigo uma ideia subvertida da realidade, pois ao criarem as políticas públicas como um instrumento modernizador, na verdade são feitas exatamente para conservar as velhas formas de exploração da classe dominada. Guy Debord (2003), em seu livro “*Sociedade do Espetáculo*”, descreve como a moderna sociedade do consumo é levada a uma passiva aceitação dos valores preestabelecidos pelo capitalismo saindo da realidade se tornando um espetáculo. Sendo assim:

O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é simultaneamente o resultado e o projeto do modo de produção existente. Ele não é um complemento ao mundo real, um adereço decorativo. É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante. Ele é a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e no seu corolário — o consumo. A forma e o conteúdo do espetáculo são a justificação total das condições e dos fins do sistema existente. O espetáculo é também a presença permanente desta justificação, enquanto ocupação principal do tempo vivido fora da produção moderna [...] (DEBORD, 2003, p. 09-10).

Portanto, a modernização conservadora expressa profundamente um processo clássico do sistema capitalista, que tem como princípio agir duplamente: por um lado, sobre o contexto das forças produtivas; de outro, sobre as relações de produção, estimulando a aceleração do desenvolvimento das primeiras, para poder conservar intactas as últimas. O fim precípuo da modernização conservadora é manter intactas as relações de poder e as estruturas de dominação do Modo de Produção Capitalista como sociedade de classe. Como são as relações de produção (a relação de propriedade e a relação de trabalho) que subordinam a

movimentação das forças produtivas, são elas que determinam o comportamento social que caracteriza o modo de produção a que pertencem. Assim, a modernização conservadora pode ser entendida como uma estratégia de mudar para não mudar, isto é, mudar a face (as forças produtivas) para conservar o conteúdo (as relações de produção).

Percebe-se que uma das mais típicas modernizações conservadoras ocorre sobre a atividade rural, já que o Capital é o resultado do casamento entre o Trabalho (cujas sede é o Ser humano) e a Natureza; e, o caráter dinâmico do Capital como riqueza social sempre o empurra para a exploração da natureza para transformá-la em mercadoria. Assim, a atividade produtiva do agro sempre terá que ser transformada na direção de uma atividade produtora de mercadorias, isto é, de Capital. Para isso, se faz necessário dotar o antigo campesino, produtor da sua subsistência, de instrumentos técnicos modernos e avançados, que trazem a alta produtividade, capaz de produzir para o mercado – e torná-lo um operador desses instrumentos. Portanto, onde tiver algum grupo social que não pratica a atividade tipicamente capitalista se faz necessário inseri-los no contexto capitalista, fazendo com que se convertam às relações de produção capitalistas, oferecendo para elas aquilo que seriam os benefícios das forças produtivas, possibilitando o acesso a assistência técnica, máquinas, créditos e outras formas que as façam produzir para dentro da órbita capitalista.

No caso brasileiro, a burguesia avançava em direção ao progresso das atividades industriais, mas esbarravam nas forças políticas rurais estabelecidas no seio do Estado nacional. Havendo assim, interesses iguais nos processos de controle político e econômico do Estado. Neste sentido, era necessário estabelecer um novo contrato político e econômico entre as duas vertentes que disputavam o controle dos mecanismos de dominação. Nesta perspectiva de desenvolvimento todas as mudanças necessárias para as transformações determinadas pela industrialização ficaram condicionadas, já que os interesses pelo centro de decisões políticas do Estado, entre o moderno e o tradicional estavam profundamente entranhados.

Este tipo de pacto, em que a força dos proprietários rurais continua forte estabelece um espaço urbano que permite um processo de modernização determinada pelas ações e avanços da sociedade burguesa, com a introdução de tecnologias desenvolvidas pelo capitalismo industrial, ampliando a produção agrícola. Contudo, os princípios desta sociedade conservadora estão fixados profundamente pelos seus próprios interesses. No qual, os grandes latifundiários mantêm garantidos todos os obstáculos de acesso à terra pelas classes sociais

despossuídas, ou seja, se garante a transformação capitalista das grandes propriedades rurais, sem que se tenha alguma forma de partilha da estrutura fundiária.

Portanto, a Modernização Conservadora, e as Revoluções Vindas de Cima, tiveram como característica o fato de a burguesia nascida da revolução capitalista não ter forças suficientes para romper com a classe dos proprietários rurais, resultando em um pacto político entre a classe dos terratenentes e a burguesia. Tal pacto se deu com o objetivo de manter um projeto conjunto de construção de uma sociedade capitalista, contudo arraigada em uma estrutura de dominação, em cujo centro de decisão política do Estado, os interesses da classe dos proprietários rurais se mantivessem enraizados (PIRES, 2009, p. 414).

Evidentemente que este modelo não permitia ao camponês enquadrar-se no padrão tipicamente capitalista proposto, para cuja implementação se necessita da aquisição de tecnologias e de técnicas modernas. Assim, este camponês era expropriado e lançado para fora da sua unidade de produção, saindo da condição de proprietário da sua produção agrícola para a condição de proprietário da força de trabalho disponível para o capitalista.

Por outro lado, a força dos proprietários rurais foi fortalecida, pois mesmo que a introdução de meios modernos impulsionasse o avanço da economia capitalista industrial, já que esta modernização que inicialmente interessa à indústria pela introdução de equipamentos no agro, não atingia o interesse dos grandes proprietários rurais, que por terem os poderes políticos garantidos, criaram todas as formas de obstáculos para o acesso democrático das terras a outras classes sociais, enquanto ampliavam a concentração de terras.

2.1 A BASE HISTÓRICA DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA: FORÇAS PRODUTIVAS E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

As contribuições deixadas por Marx nos servem para compreender como a Modernização Conservadora é facilmente compreendida nas relações existentes entre as Forças Produtivas e Relação de Produção. A contradição entre as forças produtivas e as relações de produção se aprofunda muito lentamente devido à dinâmica do modo de produção capitalista. Contudo, esta contradição explica como historicamente ocorreram mudanças de modo de produção, pois são exatamente as contradições existentes nesta relação que levam ao colapso de um modo de produção substituindo o antigo pelo novo modo.

Na sua essência, o que podemos entender das forças produtivas é que elas representam tudo o que contribui materialmente à realização da produção social, cuja base é econômica. Não são apenas a energia física ou os instrumentos e equipamentos usados para mover a

produção, mas como o trabalho é um processo essencialmente humano, as forças produtivas tanto encarnam a energia física comandada pelo intelecto, quanto todo e qualquer sistema ou instrumento produtivo, cuja existência é o resultado final da concepção intelectual que os produziu. Aquilo que é materialmente palpável (instrumentos, ferramentas, instalações, etc.) se materializa a massa de conhecimento técnico acumulado que contribuiu para a sua produção, ou seja: por trás de qualquer ação produtiva meramente física está em ação o conhecimento acumulado historicamente pela raça humana, e a sua conversão em instrumentos e sistemas técnicos que visam dotar esse processo de eficiência produtiva. Isto é: na base das forças produtivas estão o conhecimento científico e a tecnologia. E como o conhecimento humano sempre está sendo renovado, as forças produtivas, impulsionadas por ele, a cada instante estão sendo reatualizadas por essa incessante produção de novos saberes, o que confere a elas esse seu caráter de contínuo avanço.

As Forças Produtivas guardam com elas a característica modernizadora. Porque elas estão constantemente se aprimorando, as forças produtivas são tudo aquilo que é utilizado para a produção social. A Força Produtiva incorpora, portanto, a capacidade que os homens têm de produzir, a partir da sua intervenção na natureza, através do seu trabalho, a produção das suas necessidades materiais na vida social.

Plekhanov (1977, p. 2), à luz do ensinamento de Marx nos mostra que “toda evolução social e, portanto, de todo movimento histórico, é a luta que o homem trava com a natureza para assegurar sua própria existência”. Segue em sua ideia afirmando que, como qualquer animal “o homem é obrigado a lutar por sua existência” e claro que para desenvolver esta luta há a necessidade da aplicação de força física. O ser humano se diferencia dos outros animais devido sua capacidade intelectual que permitiu adaptar seu corpo as melhores condições de luta pela sua existência.

Portanto, o trabalho é a atividade mais importante de uma espécie inteligente. Logo, a espécie humana aquela que é possuidora de maior inteligência, que para atender suas necessidades se utiliza dela para a intervenção na natureza. É assim que o ser humano produz tudo àquilo que é necessário para a sua subsistência. Assim, o trabalho se torna a atividade fundamental porque, primeiramente garante todas as condições para a sua subsistência e segundo, porque é com o trabalho que o ser humano produz o conhecimento, tanto do universo natural e local como nos processos de intervenção coletiva, ou seja, que se dá entre os próprios indivíduos, um processo social.

Segundo o pensamento de Plekhanov (1977), tanto as mãos como os braços podem ser considerados como as “primeiras ferramentas” do ser humano, pois foram estas partes do corpo que passaram a adaptar-se cada vez melhor no manuseio da natureza. Com o tempo percebe-se a possibilidade de construir ferramentas externas ao corpo que permitiam maior facilidade para intervir na natureza. Estas ferramentas são o resultado da própria intervenção na natureza para melhor intervir na própria natureza. É por isto que para abater um animal que serviria de alimentação passa a ser mais fácil à medida que um martelo ou uma lança passa a ser usada pelo ser humano. A transformação da natureza em instrumento amplia a ação e intervenção significativamente. Isto significa que o ser humano inicia um processo de transformação da natureza que evolui para a técnica, que representa uma evolução das forças produtivas. Esta evolução passa a ter influência direta e decisiva sobre os grupos sociais. Por isto, para Plekanov (1977, p. 34) “quanto mais se aperfeiçoa esta matéria escravizada, tanto mais se estende o uso das ferramentas, dos instrumentos, e tanto mais aumenta também a força do ser humano frente à natureza, tanto mais aumenta seu poder sobre a natureza”.

É, portanto, a intervenção humana na natureza que permite transformá-la para atender às necessidades da vida social. Mas outra vez, é importante ressaltar que a força produtiva não é apenas energia física, a ação direta do ser humano sobre a natureza, a força produtiva é a energia física *comandada pelo intelecto*, governada pelo grau do desenvolvimento científico e tecnológico presente no espaço social em que ela funciona. É por este motivo que estas atividades são incessantemente transformadas. Pois, a cada momento elas estão sendo transformadas com o objetivo de facilitar e aumentar a capacidade de produção. Sendo assim, em qualquer que seja a sociedade, ou o modo de produção, as transformações das forças produtivas se darão incessantemente.

A capacidade de criar novas formas de intervir na natureza se amplia na mesma proporção que surgem novas necessidades individuais e coletivas. Neste sentido, independente do grupo social ou capacidade produtiva a atividade humana será desenvolvida para buscar atender às necessidades que aqueles grupos convencionarem ser importantes para suas vidas seja para sua subsistência ou para lhes dar maior conforto.

É neste sentido que as Forças Produtivas estão sempre em movimento transformador e se modernizando, em um contínuo progressivo, para sempre intervir com maior eficiência na natureza, criando novas ferramentas ou máquinas que busque atender às novas exigências de determinados grupos sociais. Este movimento contínuo se estabelece entre todos os indivíduos que desenvolvem o trabalho de forma dependente.

Para compreendermos melhor este movimento é importante entendermos como funcionam os elementos do trabalho e os processos em que se desenvolvem a atividade humana. Marx (1996) aponta que são três os elementos materiais do processo de trabalho: Objeto do trabalho, Meios de Trabalho e Força de Trabalho.

Podemos definir o Objeto de Trabalho, tudo aquilo que é trabalhado, quer objetiva ou subjetivamente, quer material, quer imaterialmente. Ou seja, aquilo que é possível de ser transformado com o processo de trabalho a partir da ação do homem. Portanto, podemos identificar o Objeto de Trabalho tanto na natureza como matéria prima a ser transformada em uma necessidade comum ou individual. Assim, a madeira é um objeto de trabalho de um carpinteiro e, até mesmo, a cabeça de um estudante, a qual o professor ao ensinar está tentando aprimorar ou até mesmo inculcar conhecimento. Enfim, é tudo aquilo sobre a qual se aplica o trabalho produtivo. Ou seja, o Objeto de Trabalho é aquilo que é transformado no decurso do processo produtivo.

Por outro lado, o ser humano para desenvolver seu trabalho necessita utilizar instrumentos que o ajudam a intervir no Objeto de Trabalho. Como vimos anteriormente, a mão e o braço era a única forma utilizada para a intervenção na natureza, contudo, ao desenvolver ferramentas o homem passou a intervir de forma mais eficiente. Assim, tudo aquilo que podemos usar como ferramenta para a transformação da matéria prima na produção do trabalho é chamado de Meio de Trabalho. Por isso, para um construtor a pá é seu Meio de Trabalho, para o marceneiro a serra é seu Meio de Trabalho e para um produtor de grãos uma colheitadeira é seu Meio de Trabalho. Evidente que em uma única atividade pode haver inúmeros Meios de Trabalho. Portanto, é exatamente o conjunto formado pelo Objeto de Trabalho e o Meio de Trabalho que formam os Meios de Produção.

Por fim, passaremos a entender o que é a Força de Trabalho. Toda energia física transformadora comandada pelo intelecto e que está concentrada unicamente no ser humano é o que se entende por Força de Trabalho. Podemos dizer que ela se concentra no ser humano, porque os outros animais atuam instintivamente, não conseguem formular em sua cabeça como deve ser cada parte de seu trabalho. Tudo ocorre instintivamente. A Força de Trabalho é a capacidade de realizar trabalho útil, que no caso capitalista, permite aumentar o valor das mercadorias. É a Força de Trabalho que é vendida ao capitalista em troca de um salário em

dinheiro. Portanto, não podemos confundir Trabalho com Força de Trabalho, (BOTTOMORE, 1988, p. 156)¹.

Os Meios de Produção, sob a utilização da energia física do ser humano, ou seja, da Força de Trabalho, que é o elemento ativo do processo de trabalho, geram o resultado final. Este trabalho é sempre desenvolvido, na maioria das vezes, na relação interdependente dos indivíduos, seja em relação ao uso dos meios de produção ou nas relações dos homens entre si.

No entanto, as Forças Produtivas guardam um contraponto com as Relações de Produção, porque todas as vezes que as Forças Produtivas são colocadas em movimento, elas sempre são movimentadas segundo determinadas às relações de produção. As relações de produção são como uma placenta social na qual se move as Forças Produtivas. Reconhecemos vários tipos de sociedade, que podem ir do caçador à comercial - mas para estas sociedades desenvolverem suas atividades produtivas dependem das características que estão estabelecidas nas relações de produção vigentes nelas. Essas relações – as de propriedade e de trabalho – por sua vez são determinadas pelo modo pelo qual um espaço social se organiza produtivamente.

Em Plekanov (1977), observamos que as relações de produção é a parte mais social dessa unidade dialética (isto é, *são materialmente impalpáveis*), pois representam as relações de duas naturezas presentes no Processo de Trabalho: a relação de propriedade, que é a relação entre o ser humano – o sujeito do Trabalho – e os meios de produção de que lança mão para realizá-lo; e as relações de trabalho, decorrentes da primeira, que são as relações estabelecidas pelos seres humanos entre si no decurso do processo. A primeira representa a essência pela qual são apropriados os meios de produção para a produção econômica; a segunda existe de maneira subordinada à – e decorrente da - natureza da primeira. Porém, as relações de produção sempre tendem a permanecer tal quais são, enquanto as suas contradições com as forças produtivas não as leve a uma situação de ruptura. Por isto, para o Capital é necessário eliminar por completo todas as antigas relações de produção, para que todos sejam condicionados as novas relações burguesas.

A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, como isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção constituía, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes

¹ Com quanto se trate de obra atípica, por ser um Dicionário, as informações contidas nele fazem nexos quanto à necessidade explicativa do assunto abordado.

industriais anteriores. Essa revolução contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se ossificar. Tudo que era sólido e estável se esfuma, tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados finalmente a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas Marx e Engels (1999, p. 12).

Considerando que no processo produtivo, ou seja, num processo social de trabalho as pessoas dependem umas das outras, pois só com isto conseguem alcançar seus objetivos, à medida que se organizam para produzir também se estabelecem relações entre os elementos dele. São estas relações que são chamadas de relações de produção.

As Relações de Produção são identificadas como relações de poder econômico, e atua sobre a força de trabalho e os meios de produção. No caso em que a propriedade produtiva é controlada em caráter privado, isto permite que alguns gozem de privilégios enquanto que de outro lado a grande maioria carece (COHEN, 2010, p.63).

A relação de poder se estabelece à medida que os meios de produção se tornam privados e, concentrados na mão do capitalista, pois ao retirar os meios que permitem a realização do trabalho, deixa o trabalhador desprovido de sua condição produtiva, sendo obrigados a vender sua força de trabalho aos novos donos dos meios de produção.

Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 1996, p. 340).

Retomamos as ideias de Plekanov (1977), para nos ajudar a entender as relações de propriedade e relação de trabalho. Para ele o “regime de propriedade depende do modo de produção, porque a repartição e o consumo das riquezas estão estreitamente ligados ao modo de adquiri-las.”. Explica ainda que o resultado de uma caça, por exemplo, é partilhada entre todos que participaram da caçada ou até mesmo todo o grupo daquele local de caçadores, ou seja, a propriedade da caça é coletiva, mesmo que os instrumentos usados para a caça sejam de propriedade particular; um indígena, se tomarmos como exemplo, quando constrói uma flecha, aquela flecha lhe pertence, mas quando vai à caça o resultado é dividido para satisfação alimentar daquele grupo, pois assim é determinada a relação de trabalho estabelecida no grupo, ou seja, é o modo de trabalhar que define a propriedade.

As condições de trabalho estabelecidas pelo modo de produção capitalista, em que a propriedade dos meios de produção é privada, transformam também os objetivos da produção,

já que não sendo proprietário do meio de produção, o trabalhador se sujeita aos objetivos daquele que detém o meio de produção. Assim, o fruto do trabalho, agora assalariado, atende unicamente o interesse do capitalista. A sua produção e ao mesmo tempo reprodução, já que esta tem como objetivo também transformar os meio de produção para que fiquem cada vez mais modernos, tornando-se assim mais eficiente, separa ainda mais o trabalhador dos meios de produção.

O surgimento de novos instrumentos que permitem aumentar a eficiência produtiva, sem dúvida está ligada à capacidade natural das forças produtivas de naturalmente evoluírem, seja para facilitar o trabalho ou para atender as demandas de consumo da sociedade vigente. Assim, retornando à discussão anterior, podemos observar que as forças produtivas têm um caráter incessantemente modernizador enquanto as Relações de Produção têm caráter conservador. Ou seja, o processo incessante de inovação, implementado aos meios técnicos para que o ser humano desenvolva as atividades produtivas, são continuamente modernizadas e carregam consigo um processo progressivo de inovações. Por outro lado, as Relações de Produção sempre tendem a permanecer como são, pois, isto se deve à tradição da natureza de apropriação da propriedade produtiva praticada nela. Assim, o Modo de Produção, que é um conceito histórico de sociedade, se ergue sobre a conjunção dos elementos materiais do processo de trabalho (as suas Forças Produtivas), e as regras do contexto histórico em que elas se movem, e que regulam o seu movimento (as suas Relações de Produção).

Podemos afirmar então que, o que caracteriza qualquer sociedade é: o grau de desenvolvimento das Forças Produtivas e a natureza específica das Relações de Produção praticadas por tais sociedades. As Forças Produtivas transitam desde suas origens por características distintas de modernização, que vão dos modos mais rudimentares da sociedade humana até as mais avançadas hoje, e que funcionam reguladas pelas relações de produção capitalistas. Até aqui, somente na sociedade do comunismo primitivo é que as Forças Produtivas foram regidas pela propriedade coletiva dos Meios de Produção. Após ela, todas as outras sociedades foram sociedades de classe, ou seja, a apropriação dos meios de produção se dá em caráter privado. E sendo os meios de produção o objeto da Relação de Propriedade, é dentro deles que encontra a forma predominante da riqueza social, ou seja, o meio de produção fundamental. É por isto que podemos observar que na sociedade escravista, o escravo, por ser o mais estratégico meio de produção, também era a forma predominante da riqueza. A terra foi a forma predominante da riqueza para o feudalismo, e o capital a forma

predominante da riqueza no capitalismo. Após a sociedade do comunismo primitivo, todas as outras sociedades foram sociedades de classe, ou seja, a apropriação dos meios de produção se dá em caráter privado.

O Capital guarda consigo, um caráter inteiramente diferente, pois ele é uma forma predominante de riqueza social que depende do trabalho humano. Assim, o capital como forma predominante de riqueza social é riqueza de caráter dinâmico, coisa que não tinham nem o escravo e nem a terra. A terra era um bem finito e o escravo se dava pela sua capacidade de reprodução biológica. O capital não tem limite, porque tudo que ele precisa é ter trabalho e meios de produção à disposição. Assim ele consegue inundar todo o cenário social com sua forma genérica que é a mercadoria.

A mercadoria é produzida para o mercado (a identidade dos nomes mostra isto), por isso no Modo de Produção Capitalista o mercado é o templo onde circula o capital em todas suas formas de mercadoria e é ele que serve como fio condutor da vida social. Portanto, o capital por ser uma forma predominante de riqueza social de caráter dinâmico, exige que a sociedade se adapte às suas regras principalmente através do consumo, o qual condiciona as bases do comportamento social. Além disso, por ter que estar sendo continuamente gerado através do trabalho humano, ele rege o meio social através das relações de produção capitalista, cuja relação de trabalho impõe o salário como elemento de subordinação dos produtores diretos.

As forças produtivas, por mais modernizadas que sejam, se mantidas as relações de produção ampliam e fortalecem o modo de produção vigente em uma sociedade. Contudo, é importante salientar que são as contradições entre as Forças Produtivas e as Relações de Produção que promovem as rupturas que levam a um novo modo de produção.

A contradição entre as forças produtivas e as relações de produção como motor oculto de todo o desenvolvimento histórico da produção material e da formação social económica baseada nela não é senão a expressão objetiva do mesmo que Marx no *Manifesto Comunista* e em muitos outros lugares de sua obra expõe como oposição e luta das classes sociais. Por isso se enganam completamente os recentes intérpretes de Marx que, invertendo literalmente a relação admitida pelo próprio Marx, pretendem deduzir a oposição das classes como mera forma de manifestação de uma «dialéctica» intemporal das forças produtivas e das relações de produção (KORSCH, 2015, p. 3).

Observa-se que em todas as sociedades de classe, sempre que acontecem as contradições que ameaçam o modo de produção vigente, a classe dominante toma as providências para impedir que as contradições sejam insolúveis ao nível de ruptura, buscando todos os mecanismos para impedir mudanças estruturais à supressão de tal modelo. É verdade,

que os resultados históricos demonstram os limites destas tentativas. Nos diversos mecanismos utilizados para conter esta contradição o Estado assume a tarefa de criar os meios para intervir em favor da classe dominante. Contudo, o caminho natural desta contradição se acentua à medida que as forças produtivas avançam e as relações de trabalho se mantêm.

Com a diminuição constante do número dos magnatas do capital, os quais usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a extensão da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, sempre numerosa, educada, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. O monopólio do capital torna-se um entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um ponto em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. Ele é arrebentado. Soa a hora final da propriedade privada capitalista. Os expropriadores são expropriados (MARX, 1996, p. 381).

Até que este processo natural de ruptura ocorra, a classe dominante criará suas estratégias para impedir a superação do modo de produção vigente. Neste sentido, a modernização conservadora assume função importante como instrumento capitalista neste processo. Assim, as políticas públicas assumem o papel relevantes aos interesses capitalistas, que através das bases legais, ou das normas, garantem sua execução tendo como instrumento auxiliador as intervenções ideológicas. Portanto, as leis são os instrumentos utilizados para garantir a superioridade da classe dominante contra a classe dominada.

Em uma sociedade capitalista, os capitalistas tem poder efetivo sobre os meios de produção. O que confere esse poder a um capitalista determinado, digamos, a um dono de fabrica? Com o que pode contar, se outros tentarem tomar o controle da fabrica de suas mãos? Uma parte importante desta resposta é esta: ele pode contar com a lei sobre a propriedade, que é reforçada pelo poder do Estado. A razão do poder econômico do capitalista é o seu poder legal. O que ele pode efetivamente fazer dependo do que tem direito legal de fazer. E essa é a regra geral de uma sociedade que segue estritamente as leis, com respeito a todos os poderes e agentes econômicos. Portanto, é possível afirmar que em sociedades apegadas às leis, as pessoas possuem o poder econômico que possuem por terem os direitos legais que têm (COHEN, 2010, p.68).

Neste sentido, são principalmente nos momentos de crises capitalistas que são organizadas intervenções globais em busca de contornar os efeitos desastrosos do modo de produção capitalista. Assim, os diversos governos dependentes dos países imperialistas assumem a tarefa de elaborar planos que assegurem os interesses da sociedade capitalista, onde quer que esteja, ou independente de quem assuma tais cargos. Se algum destes se rebelar contra tais determinações sofrerá todos os tipos de intervenções. Os países capitalistas que detêm o poder de controle das regras burguesas definem as regras a serem seguidas em todos os lugares em que exercem tal poder. Estas regras são condicionadas aos países que se submetem as mesmas de forma violenta, usando a força (guerras, golpes...) ou por sanções

econômicas. Mas podem também ser apresentadas como alternativa democrática de desenvolvimento capitalista parecendo trazer vantagens para aqueles que de uma forma ou de outra aceitam “o convite” para desenvolver ações modernas do projeto capitalista em seus territórios.

2.2 O DESENVOLVIMENTO COMO “CHAMARIZ IDEOLÓGICO”

Estabelecida a hegemonia no bloco imperialista, com a reorganização das grandes economias capitalistas que foram devastadas pela Segunda Guerra Mundial, somadas aos avanços tecnológicos e conhecimento social que se dá com o desenvolvimento da produção após o aquele conflito, se faz necessário uma nova orientação internacional, conhecida como Divisão Internacional do Trabalho, que aqui podemos identificar a partir de dois aspectos fundamentais:

1) necessidade de redistribuir internacionalmente o aparelho produtivo e a industrialização capitalista – que não podiam mais ser contidos nas suas fronteiras tradicionais de antes da Guerra, haja vista ao enorme potencial produtivo gerado por esse novo conhecimento produzido durante a mesma, e 2) a necessidade de fazê-lo como estratégia de contenção ao avanço histórico do Socialismo, ao qual aderiam várias sociedades. Este último aspecto tornava necessário produzir um chamariz ideológico que convidasse as sociedades subordinadas a aderirem ao projeto capitalista, e que surgiu sob a forma do convite ao Desenvolvimento (LEAL, 2006, p. 18).

Estes aspectos se tornam uma regra para a ampliação destas ideias para outros países, que buscava apresentar um novo modelo de desenvolvimento, que tinha como exemplo a ser seguido, os Estados Unidos. É por isto que:

Antes disso, nenhuma palavra jamais havia sido aceita universalmente no mesmo dia de sua cunhagem. O discurso de Truman tinha subitamente criado uma nova percepção do “eu” e do “outro”. Duzentos anos de construção social do significado histórico-político do termo desenvolvimento foram naquele momento vitoriosamente usurpados e transformados. Uma proposição política e filosófica de Marx, subitamente colocada em um pacote tipicamente americano, como uma arma contra o comunismo e a serviço dos desígnios hegemônicos dos Estados Unidos, conseguiu permanecer nas mentes populares e intelectuais pelo resto do século (SACHS, 2000, p. 60).

O “chamariz” ideológico para atrair o interesse do desenvolvimento local tinha como um dos inúmeros slogans a ideia de “maximizar potencialidades” existentes nos Estados para onde era exigida a participação no projeto desenvolvimentista, porque por outro lado, a adesão significava “reduzir fraquezas”. As perspectivas apresentadas eram a de permitir a estes países grandes vantagens no mercado devida sua capacidade de maior competitividade

junto a outros países vizinhos. Contudo, as vantagens anunciadas acabavam ampliando concorrências entre os países em uma determinada região geográfica ou ainda aumentando as diferenças regionais dentro dos próprios países que desenvolveram tais políticas (GOMÉZ, 2002, p. 5).

O discurso do desenvolvimento tem uma conotação muito clara, já que surge em um momento de crise econômica do pós-guerra, que segue orientações bem claras sobre seu objetivo de contornar as crises, buscando ampliar sua produção, encontrando ao mesmo tempo locais de consumo de suas mercadorias.

Buscam-se saídas para as crises contínuas que atravessa este sistema. Saídas, no entanto, dentro da lógica do capital, ou seja, subordinando todas as funções reprodutivas e sociais à sua própria expansão e procurando como finalidade essencial expandir constantemente o valor de troca (Antunes, 2000). O desenvolvimento local é uma dessas estratégias que reformulam, sem modificar essencialmente, as formas de acumulação do capital (GOMÉZ, 2002 p. 5).

Escobar (2007), em seu trabalho “La Invención del Tercer Mundo” acrescenta essa ideia de criar um caráter profissional e institucional ao desenvolvimento para buscar contornar os efeitos negativos da sua própria intervenção, assim diz este autor que:

El desarrollo fue una respuesta a la problematización de la pobreza que tuvo lugar en los años posteriores a la Segunda Guerra Mundial, y no un proceso natural de descubrimiento y tratamiento gradual de los problemas por parte de las ciencias e instituciones modernas. Como tal, debe tomarse como una construcción histórica que crea un espacio en el cual los países pobres son conocidos, definidos e intervenidos. Hablar del desarrollo como construcción histórica requiere un análisis de los mecanismos que lo convierten en fuerza real y activa, mecanismos que están estructurados por formas de conocimiento y de poder, y que pueden ser estudiados en términos de sus procesos de institucionalización y profesionalización (ESCOBAR, 2007, p. 86)²

Sendo a pobreza um elemento comum em determinados espaços territoriais, a intervenção feita pela proposta do desenvolvimento local trazia consigo a ideia de uma maior estrutura produtiva e, ao mesmo tempo, em que estes mesmos países poderiam passar a ter uma população envolvida no discurso desenvolvimentista de que poderiam alcançar melhor qualidade de vida. Com esta base não seria difícil envolver a maioria dos países que passavam por dificuldades financeiras e sociais a aceitarem a proposta. Portanto, a proposta do desenvolvimento atacava qualquer possibilidade de avanço do socialismo naqueles países e ao

² O desenvolvimento foi uma resposta à problematização da pobreza que ocorreu nos anos após a Segunda Guerra Mundial, e não um processo natural de descoberta e tratamento gradual dos problemas pelas ciências e instituições modernas. Como tal, deve ser tomado como uma construção histórica que cria um espaço no qual os países pobres são conhecidos, definidos e intervencionados. Falar de desenvolvimento como construção histórica requer uma análise dos mecanismos que a tornam uma força real e ativa, mecanismos estruturados por formas de saber e poder, e que podem ser estudados em termos de seus processos de institucionalização e profissionalização.

mesmo tempo criava as demandas estruturais exigidas para participar deste “novo” modelo de desenvolvimento, potencializando ainda mais a dinâmica produtiva de um capitalismo expansionista.

Assim, após essa expressão, desenvolvimento local, existe toda uma construção ideológica funcional à reprodução do capital. Por um lado, a partir da ideia de desenvolvimento como progresso aceitável universalmente e, por outro lado, a partir do redimensionamento da escala de implementação das estratégias de reprodução do capital, escolhendo o local na tentativa de superar os empecilhos que entravavam essa reprodução. O local, portanto, serviria a um duplo objetivo: reforçar o controle exercido pela dinâmica do capital num âmbito territorial menor e incorporar algumas demandas originadas pela desestruturação, os desequilíbrios e as desigualdades produzidas pela própria lógica destrutiva do capital (GOMÉZ, 2002, p. 6).

Como a intensão da proposta desenvolvimentista busca apenas remediar as dores de mais uma crise econômica capitalista, o mito do desenvolvimento em muitos casos não conseguiu nem mesmo minimizar os efeitos destrutivos do capital junto aos seres humanos. O emprego de termos utilizados e associados ao desenvolvimento regional evidenciam a tentativa de criar uma harmonia entre os que coordenam a proposta e aqueles que assumem o papel de desenvolver a proposta. Contudo, o que se evidencia é a lógica do controle social, ampliando a concorrência e o aumento da rentabilidade. Este resultado é uma exigência do mercado e, portanto, sua efetivação tem como princípio agilidade. Evidentemente que aqueles que atuam nos processos de execução das tarefas precisam possuir as condições técnicas para tal. Embora o resultado seja capaz de produzir realidades muito mais duras daquelas iniciais.

En ocasiones el desarrollo resultó tan importante para los países del Tercer Mundo que sus ejecutores consideraron aceptable someter a sus gentes a una variedad infinita de intervenciones, a las formas más totalitarias del poder y de control. Tan importante, que las elites del Primer y el Tercer Mundo aceptaron el precio del empobrecimiento masivo, de la venta de los recursos del Tercer Mundo al mejor postor, de la degradación de sus ecologías físicas y humanas, del asesinato y la tortura y de la condena de sus poblaciones indígenas a la casi extinción. Tan importante, que muchos en el Tercer Mundo comenzaron a pensar en sí mismos como inferiores, subdesarrollados e ignorantes y a dudar del valor de sus propias culturas, decidiendo más bien establecer alianzas con los adalides de la razón y del progreso. Tan importantes, finalmente, que la obsesión con el desarrollo ocultó la imposibilidad de cumplir la promesa que el mismo desarrollo parecía hacer (ESCOBAR, 2007, p. 98).³

³ Às vezes, o desenvolvimento era tão importante para os países do Terceiro Mundo que seus executores consideravam aceitável sujeitar seu povo a uma variedade infinita de intervenções, às formas mais totalitárias de poder e controle. Tão importante que as elites do Primeiro e do Terceiro Mundo aceitaram o preço do empobrecimento maciço, da venda de recursos do Terceiro Mundo ao maior lance, da degradação de suas ecologias físicas e humanas, do assassinato e da tortura e da condenação de suas populações indígenas à quase extinção. Tão importante, que muitos no Terceiro Mundo começaram a pensar em si mesmos como inferiores, subdesenvolvidos e ignorantes e a duvidar do valor de suas próprias culturas, decidindo antes estabelecer alianças com os defensores da razão e do progresso. Tão importante, finalmente, que a obsessão pelo desenvolvimento escondeu a impossibilidade de cumprir a promessa que o próprio desenvolvimento parecia fazer.

São muito comuns nos anúncios de instalação de grandes projetos em determinadas regiões, como: portos, estradas, ferrovias, hidrelétricas e outros, virem acompanhados do discurso de desenvolvimento. A propagação é tanta que sempre recebe apoio da sociedade civil local. As condições desfavoráveis levam a população a acreditar que tais projetos realmente podem contribuir com o desenvolvimento daquelas regiões.

3 A MÃO DO ESTADO, NA AJUDA AO EMPREENHIMENTO PRIVADO NO BAIXO AMAZONAS

O Baixo Amazonas está repleto de exemplos que evidenciam vários processos de lutas sociais marcados pela disputa da terra e pela progressiva agressão aos recursos naturais existentes nos territórios das populações nativas. Este trabalho tentará mostrar que este avanço do capital para dentro destes territórios se dá à medida que os agentes do capital buscam matéria prima que possa atender à demanda do mercado internacional. Para garantirem a exploração dos recursos exigidos para a atuação do capital, vários atores passam a atuar delimitando cada espaço que desejam explorar.

Mas é bom lembrar que toda esta rapina não acontece sem a autorização ou a permissão do Estado. Portanto, as intervenções ocorridas em favor dos interesses capitalistas no Baixo Amazonas sempre tiveram a benevolência do Estado brasileiro. Os dois exemplos que trago neste primeiro momento para discutirmos o tema da Modernização Conservadora tem como elementos tanto a ideia do desenvolvimento regional, como evidenciar como o Estado assume a função de garantidor de todas as vantagens para que o Capital possa, sem nenhuma restrição, avançar e explorar as riquezas naturais exigidas pelo capital internacional.

O Estado, segundo a concepção de Engels (1984) em sua obra *A Origem da Família, da propriedade Privada e do Estado*, nos ensina que a natureza de classe do Estado tem no seu surgimento histórico a sociedade de classe que se dá pela eliminação da Economia Doméstica do Comunismo Primitivo que passa a ser substituída pelo Modo de Produção Escravista, inaugurado historicamente pelos gregos, que também foram, historicamente, os fundadores do Estado. Para Engels (1984), o Estado representa o defensor da classe dominante contra a classe dominada.

Considerando estes ensinamentos, observa-se que as ações do Estado se realizam em favor do interesse capitalista. Analisando o atual momento de ocupação e colonização da Amazônia e, principalmente no Baixo Amazonas, com toda a onda impulsionadora do desenvolvimento regional, temos o Estado - seja na pessoa – jurídica do ente federativo, o Estado do Pará ou no próprio Estado brasileiro como regulador de políticas públicas que permitem garantir os direitos dos empresários contra os direitos de todo o povo. Isto significa que a ação do Estado faz valer através de instrumentos jurídicos a garantia dos interesses do capitalista em se apossar dos recursos naturais existente em qualquer região, contra o interesse das populações nativas.

O Estado que se apresenta como um ente conciliador, que media os conflitos de uma sociedade, assume esta função à medida que são tratadas as condicionantes de mitigação ou compensações pelos danos causados àquelas populações nativas. Estes aspectos estão presentes nas ações do Estado no que se refere a vários exemplos da nossa realidade no Baixo Amazonas, com os diversos empreendimentos instalados em regiões com presença de comunidades nativas.

Sabe-se que a região amazônica, especificamente esta que estamos tomando como exemplo é ocupada por grupos nativos que convivem pacificamente com a natureza e que dela tiram seu sustento. Evidentemente que estas populações são consideradas empecilhos, ou como são comuns nos discursos dos “empreendedores” do capital, estes grupos são “problemas” ou “entraves” para o desenvolvimento da região. Como o Estado representa o capital é ele mesmo que muitas vezes desenvolve estratégias que promovam às mudanças nas vidas destas populações. É por este motivo que as construções de hidroelétricas, portos, estradas vêm desfazendo todas as relações dos nativos com seus territórios. Em outros casos nem é preciso à construção das infraestruturas, pois o próprio capital se encarrega disto. É só observamos os projetos minerários, a produção de monocultivos, da extração madeireira que temos nesta região. O resultado de tudo isto é um histórico aumento de conflitos, em que, o nativo acaba sendo também historicamente violentado.

Os grupos sociais nativos sejam eles descendentes de índios, descendentes dos antigos negros escravos, ou grupos que nela se estabeleceram ao longo de vários séculos de colonização, quer reproduzindo a sua cultura ancestral (o índio), quer adaptando a sua cultura ancestral ao novo meio ao qual foi entregue, forçado pela ação colonial (o negro), quer reproduzindo a cultura ancestral que é um dos elementos da sua existência como raça e como povo, todos esses grupos humanos continuaram sendo caçadores, pescadores, coletores dos frutos da floresta e das águas. Estas atividades são marcadas, fundamentalmente, pela administração coletiva dos seus meios de produção, e pela produção baseada nas suas necessidades domésticas como necessidades sociais.

Aqui se somam até mesmo aqueles grupos que foram sendo obrigados, pelas circunstâncias, a adaptar-se às condições do meio regional ao qual foram trazidos (muitas das populações oriundas de outros lugares aqui trazidas pelos movimentos migratórios com os ciclos econômicos), geralmente se transformaram em pequenos agricultores locais, sempre acabando por se organizar socialmente à base de uma produção doméstica, ditada pelas suas

necessidades simples, e intimamente ligada à natureza, voltada basicamente ao suprimento dessas necessidades.

Nestes casos, essas populações acabam por enquadrar nas condições descritas por Luxemburgo (1976) como “*Sociedade de Economia Natural*”. Estes grupos sempre ocupam os espaços para onde o capital busca se expandir, e, pelo caráter fundamental da sua organização e da sua prática econômica (apropriação coletiva dos seus meios de produção, produção regulada pelas suas necessidades domésticas, e ausência, absoluta ou relativa, de vinculação com o mercado) representam uma excrescência não capitalista a ser removida para que o capital possa ocupar as áreas ocupadas por elas, expropriando-as dos seus meios de produção fundamentais e das riquezas neles existentes.

[...], portanto a expropriação da grande massa da população de sua base fundiária, de seus meios de subsistência e instrumentos de trabalho, essa terrível e difícil expropriação da massa do povo constitui a pré-história do capital. Ela compreende uma série de métodos violentos, dos quais passamos em revista apenas aqueles que fizeram época como métodos de acumulação primitiva do capital. A expropriação dos produtores diretos é realizada com o mais implacável vandalismo e sob o impulso das paixões mais sujas, mais infames e mais mesquinamente odiosas (MARX, 1996, p.380).

O Estado não pode permitir que os espaços destinados ao capitalista estejam ocupados por populações nativas, para isto as joga na condição de populações marginais nas áreas urbanas, pois sua presença no seu ambiente natural não permitirá a expansão devida exigida pelo capital, pois o processo de conversão destas sociedades de economia natural ao capitalismo seria muito lento e, portanto inviável para os interesses desejados – aspectos que levam Luxemburgo (1976) a referir, de modo próprio:

Do mesmo modo que a acumulação do capital, com sua capacidade de expansão repentina, não podem aguardar o crescimento natural da população operária nem conformar-se com ele, tampouco poderá aguardar a lenta decomposição natural das formas não capitalistas e sua passagem para a economia de mercado (LUXEMBURGO, 1976, p. 319).

Depois de trazer este olhar através da literatura clássica pode-se com maior clareza compreender o processo mais recente de avanço do capital para a região do Baixo Amazonas e suas múltiplas facetas que propõe desenvolver sua contínua estratégia de saque aos recursos naturais como alternativa de desenvolvimento regional. O único resultado desta agressão, utilizando a violência física ou psicológica contra populações nativas, não apenas destrói o meio ambiente onde estas populações vivem, mas também exterminam suas vidas e seu modo de produzir.

Não se tenta aqui resgatar com detalhes e nem todos os processos existentes na história sobre o avanço capitalista em nossa região, contudo, quero trazer dois exemplos históricos da década de 1960 e 1970 facilitados com o advento da Ditadura Militar, que demonstram a realidade do avanço do capital na região do Baixo Amazonas, tendo o Estado como fomentador desta modelo de ocupação. O primeiro deles é o megalômano empreendimento do milionário norte americano Daniel Keith Ludwig, que foi instalado dentro da Floresta Amazônica, mais precisamente dentro do município de Almeirim, no Estado do Pará, no início do ano de 1967, que tinha como objetivo a produção de celulose e outras atividades. Outro grande empreendimento foi a Mineração Rio do Norte (MRN), localizada no município de Oriximiná também no Baixo Amazonas, Estado do Pará, que tem como objetivo a exploração de bauxita, matéria prima do alumínio, que iniciou seus trabalhos no ano de 1979. Nos dois casos, que acontecem durante a Ditadura Militar os personagens do latifúndio são estrangeiros, que recebem do Estado brasileiro todas as bênçãos para a implementação de seus megaempreendimentos com intuito de se apossar dos recursos naturais existentes nestes espaços.

Oliveira (2010), ao escrever sobre as aquisições de terras públicas por estrangeiros no Brasil relata que entre 1964 e 1970 o Instituto Brasileiro de Reforma Agraria e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário estavam assolados por corrupção com denúncias pela imprensa de grilagem e venda de terras para estrangeiros. Isto levou a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito em 1968. Foi com isto que surgiu o Relatório Velloso, que comprovou as acusações envolvendo funcionários públicos e cartórios. No relatório eram apontados que mais de 15 milhões de hectares estavam sendo negociados com estrangeiros na Amazônia.

Agora, passados muitos anos, pode-se concluir que não se tratava de uma ação de "maus brasileiros" como o relatório (Relatório Velloso) demonstrou, mas sim, de uma bem montada estratégia de permitir aos grupos internacionais e nacionais o acesso às riquezas naturais da região amazônica e do Brasil em geral. Essa estratégia fazia parte da política posta em prática pelos governos militares que passaram a comandar e planejar este processo. A prova inequívoca deste aparece evidenciada na estratégia que os grandes grupos econômicos nacionais e internacionais passaram a utilizar no Brasil da ditadura militar para conseguir vantagens e favores: incluir em cargos de suas diretorias altas patentes militares. Foi o caso de um dos maiores proprietários estrangeiros da Amazônia - Projeto Jari - que teve o Major Heitor de Aquino Ferreira, que tantos cargos ocupou, nos vários governos militares, como apontou SAUTCHUK et al, em seu livro "Projeto Jari - A invasão americana", como diretor da empresa (OLIVEIRA, 2010, p. 11).

3.1 O PROJETO JARI

A Jari começou a surgir no período imediatamente anterior ao golpe militar, no clima de avanço geral sobre a Amazônia logo após a Segunda Guerra Mundial, devido às condições do mercado mundial capitalista associada à integração das economias retardatárias à divisão internacional do trabalho do pós-guerra, uma das precondições à mundialização da sociedade de consumo de massa. Esse clima logo estimulou a livre ação do empresariado estrangeiro sobre a Região, empresariado esse que logo viria a açambarcar, protegido pelas condições criadas pelos militares, enormes extensões de terras (LEAL, 2010)

O milionário projeto de Daniel Ludwig ocupava terras que iam do Estado do Pará ao Estado do Amapá, grande extensão de terras que passavam a ficar sob domínio do norte americano para desenvolver suas atividades empresariais (OLIVEIRA 2010). Este conglomerado de empresas e de imenso latifúndio esteve sob o domínio de Ludwig que depois de vários problemas foi repassado ao Grupo Antunes, do milionário Augusto Trajano Azevedo Antunes, um dos empresários da ditadura militar, que a “herdou” em 1982. Em 22 de dezembro de 1999 a empresa Jari foi vendida por valor simbólico de um dólar ao grupo Organizações Sérgio Amoroso (ORSA) de Sergio Amoroso, que continua a frente da empresa até os dias atuais (CAMARGO, 2015). Os métodos de intervenção e atuação dentro da área do “empreendimento” desde a gestão do norteamericano as gestões dos empresários brasileiros são as mesmas, tendo como práticas a exploração das riquezas naturais, supressão da floresta nativa e expulsão das comunidades nativas.

O “*modus operandi*” implementado no desenvolvimento do projeto Jari indica um grau de intervenção com danos irreparáveis aos territórios das várias populações nativas que passaram a sofrer todos os tipos de violências provocadas pelas atividades do projeto. As atividades realizadas pelas populações nativas daquela região passaram a ser completamente mutiladas, já que a supressão da floresta nativa foi uma das mais amplas atividades, como objetivo do plantio de espécies exóticas para a fabricação da matéria prima celulose.

Camargo (2015) reforça o que apresentamos acima. Segundo seu trabalho que trata do projeto Jari, diz que houve grandes consequências provocadas pelas transformações implementadas com o desenvolvimento do projeto de Ludwig, os mais violentos foram a substituição de grandes áreas nativas para o monocultivo, para que pudesse atender a demanda da sua fábrica, quando a mesma viesse a funcionar, outra violência foi praticada contra a população nativa, pois com a derrubada de aproximadamente 70 mil hectares de

floresta nativa⁴, as comunidades que ali habitavam foram obrigadas a abandonar seus territórios e se deslocar mais adiante onde a floresta não tinha sido atingida, ou seguiram para as áreas urbanas de Almeirim e para as novas formações urbanas que surgiam na margem esquerda do Rio Jari, como diz em suas próprias palavras:

Poucos eram incorporados como mão de obra nas atividades da empresa. Muitos ficaram longe das áreas que foram expulsas até o final dos anos 80, quando começaram a retornar, ocupando (sendo novamente retirados) sistematicamente terras controladas pela empresa, mas não utilizadas por ela (CAMARGO, 2015, p. 75).

O tamanho das terras ocupadas pelo empreendimento norteamericano não é tão simples para ser definido. Como afirma Couto (2018), não é preciso definir a exata dimensão das terras adquiridas pelo projeto Jari. Pois os processos de legalização sempre foram complexos, mas o empresário reivindicava terras no entorno de três milhões de hectares. Por algum tempo Ludwig conseguia apresentar documentos que buscavam apresentar propriedade sobre cerca de um milhão e seiscentos mil hectares de terra, entre títulos de propriedade plena, títulos de aforamento e títulos de posse legítimos. Para reforçar a ideia do tamanho destinado ao empresário norteamericano, Oliveira (2001), escreve sobre os capitalistas estrangeiros urbanos que se tornaram grandes proprietários de terra no Brasil durante a ditadura militar dando números maiores ao tamanho adquirido por Ludwig:

O exemplo mais clássico é o famoso Projeto Jari. Implantado pelo multimilionário Daniel K. Ludwig, foi “nacionalizado” no final do governo Figueiredo, quando passou para um grupo com cerca de 25 empresas, lideradas pelo grupo Azevedo Antunes. A área ocupada, depois da criação e atuação do Grupo Executivo do Baixo Amazonas (GEBAM) (3), citado em estudos publicados, tinha superfície superior a quatro milhões de hectares (OLIVEIRA, 2001, p. 186).

Como grande empreendimento o projeto Jari construiu sua própria cidade. Monte Dourado, cidade privada do projeto foi construída para o atendimento das necessidades de hospedagem de parte dos funcionários do “primeiro escalão” e toda parte administrativa. Todo o empreendimento foi construído às margens do Rio Jari, que separa o Estado do Pará do Amapá. Segundo depoimento de várias lideranças das comunidades como: Bandeira, Repartimento dos Pilões e outras, a propagação das notícias do grande projeto provocou grande deslocamento de pessoas de vários estados do Brasil para região. Para os trabalhos de aberturas e derrubadas da floresta muitos trabalhadores foram absorvidos pela empresa, mas a cidade privada não era para esta classe de trabalhadores. Assim, estes trabalhadores recém-chegados eram obrigados a procurar outros lugares para sua morada. Foi com isto que surgiu

⁴ Somente entre 1972 e 1979, 70 mil hectares de floresta nativa foram derrubados com esse fim (FOLHES, R. e CAMARGO, M. L., 2013).

a cidade de Laranjal do Jari, que fica na outra margem do Rio Jari. Em 1987 o Estado do Amapá criou o município de Laranjal que aumentou enormemente sua população com a chegada de trabalhadores da empresa Jari, que depois de sua jornada de trabalho eram obrigados a deixar a cidade particular planejada. Monte Dourado, além da parte administrativa tinha como função hospedar a classe de trabalhadores especializada vinda para desenvolver os trabalhos mais estratégicos do projeto, seja eles do sul e sudeste do Brasil, como de outros países.

As populações nativas que habitavam a região antes da chegada do empreendimento passaram a ser ameaçadas e serem expulsas de seus próprios territórios. Em alguns casos foram contratados para ajudar nos trabalhos dentro da floresta, já que os forasteiros tinham dificuldades de adentrar na floresta. Mas o fato de se tornarem funcionários da empresa Jari não lhes dava o direito de permanecer em suas comunidades, se naquele espaço houvesse necessidade de intervenção do projeto. Esta prática de absorver serviços de moradores das comunidades acontece até hoje, pelo atual grupo, mas com as velhas práticas de tornar tais relações dependentes e, aqueles que se oporem as regras ou as intenções da empresa sofrerão as consequências. Portanto, a regra é que tanto os moradores nativos como aqueles que migraram para buscar emprego na empresa deveriam estar fora da área reivindicada como sua e não insistir em encontrar algum lugar ali mesmo. Assim: “Estas pessoas foram, então, se assentando na margem esquerda do rio Jari, no município de Mazagão–AP, em precárias condições, desordenadamente, verdadeiras favelas sobre palafitas, apelidadas de Beiradão e Beiradinho” (CAMARGO, 2015, p. 76).

Relatos de que visitaram aqueles dois lugares, a cidade particular à margem direita e a cidade do beiradão à margem esquerda do Rio Jari, no auge do projeto, dizem que era flagrante e acintosa a diferença entre as duas cidades. O fato que passados quase cinco décadas da implementação dos trabalhos da empresa Jari, em Monte Dourado, a realidade dos serviços entre os dois espaços não sofreram mudanças. Mesmo a cidade privada passando por vários processos, inclusive sendo elevada a condição de Distrito de Almeirim, pela lei estadual nº 5075, de 02-05-1983, as realidades entre os dois ambientes são bem desproporcionais no que tange infraestrutura e outros serviços básicos.

Nas primeiras duas décadas do projeto Jari havia um grande número de pessoas que chegavam de várias regiões em busca dos empregos. Muitos permaneciam por algum tempo, mas quando perdiam seus postos, não tinham para onde ir e permaneciam na região. Segundo os relatos das lideranças locais (comunidades de Repartimento dos Pilões, Morda Nova...),

muitos dos trabalhadores que perdiam seus empregos na empresa constituíam famílias na região e permaneciam nas comunidades ou na cidade de Laranjal do Jari, uns na expectativa de em outro momento retornar para a empresa e outros para desenvolver outras atividades possíveis nas comunidades. Como a região reivindicada pela empresa Jari era de dimensões muito grandes, muitos dos migrantes conseguiram se estabelecer nas comunidades mais afastadas, seja por casamento ou por amizade para desenvolver a agricultura familiar, atividade reprimida desde que as comunidades foram sobrepostas pelo empreendimento. Contudo, para evitar a proliferação de pessoas e atividades rurais dentro das terras que a empresa declarava ser sua, a empresa criou um grupo de segurança armada particular, que assumia o papel de polícia. A atuação desta segurança causou inúmeros desmandos, já que além de fazerem a derrubada das plantações das famílias, expulsavam aquelas que eram consideradas invasoras ou inimigas da Jari.

Multiplicavam-se assim, sítios com roçados de mandioca e culturas anuais, além de outras benfeitorias. Parte das posses, quando descobertas pela empresa mesmo depois de vários anos, era violentamente destruída com a utilização do seu aparato de segurança privada (CAMARGO, 2015. p. 77).

Moradores da comunidade de Bandeira (informação verbal)⁵ relataram que os seguranças chegavam a se envolver nos conflitos familiares, atuando como se fossem “juízes”, tomando decisões sobre os problemas ocorridos em favor daqueles que acreditavam estar com a razão. A empresa construiu torres dentro da floresta que auxiliava os seguranças a fazerem o monitoramento de toda a área, o que facilitava o trabalho de identificação das atividades agrícolas dos moradores. Como os serviços do Estado se faziam ausentes, pois toda a área da empresa se tornava uma propriedade privada, os seguranças se achavam no direito de solucionar qualquer que fosse o problema existente nas comunidades.

Esta prática também se observa ainda hoje, disfarçada de “grupo de conciliação” e, com a participação do delegado local havia até bem pouco tempo uma espécie de “tribunal” que resolvia os conflitos internos dentro das comunidades. Segundo uma liderança comunitária que pediu para não divulgar seu nome devido investidas de represálias, contou que até 2017 havia um grupo que se reunia para mediar e resolver conflitos comunitários, muitos deles sobre questão fundiária. Este grupo, além de contar com presença do delegado tinha ainda a presença de outras pessoas, entre elas funcionários da Fundação Jari, policiais militares e, claro, as pessoas em “conflito”. Todas as reuniões de “conciliação” sempre

⁵ Informação fornecida por moradores da comunidade de Bandeira no ano de 2006, em visita de trabalho pela CPT.

aconteciam no escritório da Fundação Jari. A mesma liderança conta ainda, que já em 2018 este grupo passou a se chamar de “Comitê de Mediação de Conflitos” e se somaram a ele dois advogados mantidos pela Fundação, que atuam como “juizes” nas lides envolvendo moradores.

O discurso do desenvolvimento regional é usado como forma de convencimento da população para a necessidade e permanência do projeto Jari, desde sua implementação na região. A promessa de empregos, o discurso da eficiência da produção, fundações para serviços sociais, técnicas modernas de produção, sustentabilidade, tudo isto são motes apresentados por décadas para legitimar suas ações na região. Esta é uma estratégia de marketing elaborada pela Fundação da Empresa para ter apoio dentro do próprio município. Isto tem sido assimilado, principalmente por aqueles que assumem cargos eletivos no município, como vereadores, prefeitos, comerciantes, mas também por parte de moradores da zona urbana e rural de Almeirim.

Em muitas comunidades ouve-se um discurso de parceria e dependência, com relação à empresa, e ecoa na boca dos camponeses, uma pergunta que também parte da Jari: “o que vai ser de nós se a Jari for embora?” Assim, enfraquecido o sistema de aviação, relações de dependência se repõe pela participação de comunidades em programas e projetos desenvolvidos, pela empresa social do Grupo, a Fundação Orsa, que em grande medida, ocupam o vácuo deixado pelo Estado. Assim, as famílias beneficiam-se dos projetos e da “permissividade” da empresa em aceita-los na terra enquanto garantem o marketing social, tão bem explorado pelo Grupo (CAMARGO, 2015, p. 83).

Durante todo este tempo, o que é hoje o distrito de Monte Dourado tornou-se o centro econômico e político do município de Almeirim. Mesmo com o grupo ORSA, que assumiu o projeto a partir dos anos 2000, a dependência política e econômica do município de Almeirim é evidente. Por este motivo prefeitos, vereadores e outros agentes políticos do município têm uma relação estreita com diretores da empresa. Nas diversas reuniões em que envolveram situações de conflitos entre a empresa e comunidades foi perceptível a defesa que com cargos públicos, sejam no executivo ou legislativo municipal fazem em favor da empresa. Esta relação tem se estendido para outros órgãos do governo, seja federal ou estadual.

Segundo um morador que prefere não dar o nome (informação verbal)⁶, o Banco da Amazônia – BASA, quando procurado para algum financiamento exige dos trabalhadores uma declaração de aprovação da empresa para poder dar continuidade aos procedimentos. Segundo este mesmo morador, a negociação da compra de um caminhão estava acertada com a empresa de veículos e ao ir ao banco para fazer o contrato final foi alertado da necessidade

⁶ Informação verbal fornecida por morador da Comunidade Estrada Nova no ano de 2015.

da anuência da empresa Jari, como o trabalhador não se sujeitou a esta anuência não conseguiu fazer a compra do caminhão através do empréstimo. Outros relatos são com relação à atuação EMATER Pará, que sempre exige anuência da Jari para qualquer atividade solicitada aquela Empresa de Assistência Técnica.

Em abril de 2018 a Comissão Pastoral da Terra – CPT divulgou uma nota com o título: “Almeirim 50 Anos de Conflitos”⁷, na qual denuncia o “conluio de autoridades policiais e empresas privadas de segurança para cercear os direitos de trabalhadores do campo, no município de Almeirim, no estado do Pará”. Neste documento além de denunciar a ação truculenta do delegado de polícia civil, aponta que estas ações ocorreram com a participação de seguranças particulares da empresa Jari. Acrescenta ainda a nota que:

Esta violência perdurou durante todo o período em que a empresa estrangeira esteve à frente do monstruoso projeto econômico privado e continuou depois que um grupo de empresários brasileiros adquiriu, em 1982, com financiamento público, a empresa. E a partir do ano 2000, com o grupo ORSA, a perseguição e violência continuam. Vários documentos registram uma série de irregularidades das empresas com a benevolência do Estado brasileiro (CPT, 2018).

Todos estes conflitos e articulações com órgãos públicos se dão para evitar que a empresa possa ser importunada pelas comunidades locais. Mesmo na Zona de plantio de eucalipto há presença de dezenas de comunidade, mas a maioria está nas áreas com florestas nativas. A empresa Jari fez um levantamento de toda a área e solicitou aprovação de Planos de manejos florestais, que foram inicialmente todos aprovados. Desta forma a empresa propôs atividades econômicas em toda a área que diz ser proprietária. Segundo a Promotoria Agraria de Santarém, que atua naquele município, são 153 comunidades hoje que vivem nesta área e aproximadamente 15 mil pessoas envolvidas no conflito. Com toda esta agressão às comunidades, apesar de impedidas pela Jari, resistiram e passaram a se organizar requerendo a regularização de suas terras. Algumas comunidades buscaram regularizar seus territórios de forma coletiva. Esta modalidade é a mais combatida pela empresa. Aqui, vale apresentar um mapa elaborado pela Promotoria Agraria que demonstra claramente como as comunidades estão ameaçadas pelos projetos da Jari, tanto na parte dos plantios de eucaliptos, como pelos Planos de Manejos Florestais.

⁷ Nota elaborada pela CPT em Santarém para denunciar violência praticada por autoridades públicas contra trabalhadores. A nota foi protocolada no MPPA e contém cópia nos arquivos da CPT em Santarém.

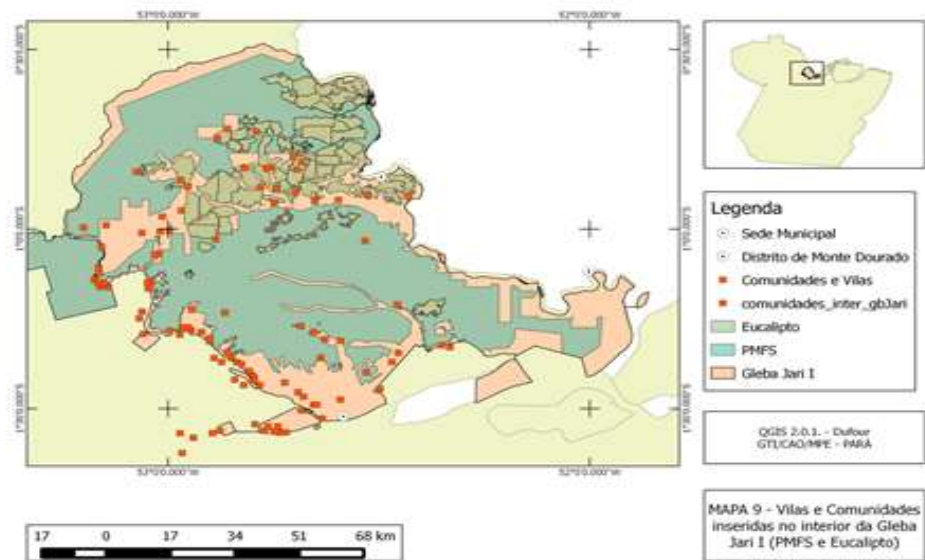


Figura 1: Mapa apresentando as comunidades atingidas pelo Projeto Jari (Fonte: Promotoria Agrária de Santarém, 2017).

Nesta disputa fica evidente o poderio econômico que a empresa tem e usa para garantir seus interesses. Lideranças das mesmas comunidades citadas anteriormente relatam que uma estratégia muito usada contra os comunitários é acusa-los de crimes ambientais. Os seguranças monitoram os focos de fogo e se algum comunitário faz alguma queima para seus roçados, logo são recebidos pelos seguranças que o impedem de continuar suas roças. Outra forma é fazendo denúncias diretas ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que atua de forma muito ágil contra as aberturas para roçados dos comunitários. Somam-se a isto, inúmeros pedidos de reintegrações de posses contra os comunitários, sempre com a alegação que a empresa é dona das terras.

O poder econômico e político que a empresa exerce na região se revelam à medida que os órgãos públicos, em nome do Estado, atuam em favor da empresa Jari, seja em atender prontamente suas demandas ou de agir contra os interesses das comunidades. Os direitos destas comunidades, que é a simples garantia de suas terras, sejam coletivamente ou individual, mas que são ignorados pelo Estado do Pará. A questão fundiária envolvendo a Jari e o Estado do Pará segue a lógica muito comum na Amazônia de primeiro atender o interesse de regularização da empresa. Como o interesse de regularização da Jari se sobrepõe a todas as comunidades existentes na zona rural de Almeirim que ficam entre os rios Parú e Jari, excluindo as Unidades de Conservação, todas estas comunidades que existem mesmo antes da

chegada dos primeiros latifundiários tendem a ser tratados como inimigos ou como invasores dos seus próprios territórios.

Comunidades bastante antigas, que remontam aos primórdios do extrativismo da seringa e da balata, não têm sua área regularizada, o que, sem dúvida, esbarra na capacidade do órgão responsável, o ITERPA, de atender essa demanda, tanto de estrutura quanto de financiamento. Porém, após tantos anos de conflitos e tão pouco encaminhamento neste sentido, me parece uma obrigação do pesquisador se perguntar o quanto dessa demora se deve à pretensão da Jari sobre aquelas terras e a decisão política do Estado de agir no sentido de atender essa demanda (CAMARGO, 2015, p. 198).

Para mascarar todas suas ações de violência e de abuso econômico a empresa utiliza sua fundação. A Fundação ORSA (que também é conhecida localmente como Fundação Jari) tem a função de desenvolver projetos socioambientais. No relatório Anual e de Sustentabilidade 2010⁸ apresentado pelo Grupo ORSA, já no item identidade, aparece a Fundação dentro do conceito de filosofia empresarial. Assim eles definem sua filosofia:

O Grupo trabalha na busca de seu crescimento econômico, aliado à geração de riqueza para a sociedade, atuando de forma justa e equilibrada em todas as relações: comerciais, industriais, sociais e com o meio ambiente. A empresa procura ser uma “semente maior” de transformação, apoiando atividades socioambientais que possam ser replicadas como políticas públicas ou privadas. Adota uma filosofia empresarial que busca, acima de tudo, qualidade, eficácia, ética e transparência como pilares da governança corporativa, além de investir na melhoria da qualidade de vida das pessoas, para que tenham um papel fundamental dentro de uma estrutura sustentável de sociedade. **Destina 1% de seu faturamento aplicado por meio da Fundação Orsa para o desenvolvimento de projetos socioambientais**, como compromisso da execução dessa filosofia (ORSA, 2010, p. 3. grifo nosso).

Segundo informações de várias lideranças comunitárias (informação verbal)⁹ a Fundação ORSA é o principal ator nas discussões que envolvem as comunidades, sejam voltados para os conflitos internos nas comunidades, como no relacionamento com órgãos públicos locais e regionais. Como forma de desviar a atenção dos comunitários são feitas várias propostas aos mesmos, entre elas assinaturas de termos de cessão de uso, em que a pessoa que receber a cessão da Empresa passa a usar a terra com a autorização da empresa e com isto os comunitários passam a ter garantidas, pela empresa, as condições de acesso a recursos financeiros como do fomento florestal, para o cultivo de eucalipto. No caso dos termos de cessão de uso, o comunitário que aceitar a proposta “ganha” a autorização para usar a terra, mas deve reconhecer que a proprietária da terra é a Jari. No outro depoimento apresentado, a estratégia é incentivar financeiramente algumas lideranças a fazerem as plantações de eucalipto em suas próprias áreas com a garantia de compra da produção pela

⁸⁸ Relatório Anual e de Sustentabilidade publicado em formato de revista em 2010, pelo Grupo ORSA

⁹ Informações fornecidas por lideranças das Comunidades de Repartimento dos pilões e Morada nova em reuniões comunitárias com a CPT no ano de 2015.

própria Jari. No mesmo Relatório Anual do Grupo ORSA, quando tratam do item “estratégia e gestão” demonstram de forma clara como se dá a proposta:

Diretriz macro do Grupo Orsa, o fomento florestal é um dos principais exemplos de materialização da filosofia dos 3Ps (People/Pessoas, Profit/Lucro e Planet/Planeta) adotada pela organização. Conduzido pelo Grupo Orsa desde 2001, incentiva pequenos proprietários de terra a plantar pinus e eucalipto, utilizados como matéria-prima, em áreas ociosas ou degradadas de suas propriedades, com o compromisso de compra da produção da madeira pela Jari Celulose, Papel e Embalagens (ORSA, 2010, p. 20).

O Relatório apresenta de forma positiva os ganhos para as famílias que integrem este projeto. Apontam que no Vale do Jari “88 pequenos agricultores participam da iniciativa” e que segundo o mesmo Relatório no ano de 2013 estas pessoas já teriam seus primeiros ganhos. Nas mesmas conversas realizadas em reuniões em Almeirim com lideranças, as informações são as de que a maioria daqueles que acreditaram na proposta da Fundação desistiu de desenvolver a atividade. Para muitos o retorno só poderia aparecer depois de seis anos (tempo que o eucalipto fica viável para ser cortado) e que as promessas de apoio não eram cumpridas. Por isso, as famílias tinham que usar muito tempo para dedicação ao cultivo do eucalipto enquanto que outras atividades agrícolas eram deixadas de lado, pois não dava para dedicar a outras culturas. Para as lideranças contatadas nas reuniões, o fomento proposto tinha como estratégia tirar a prática cultural dos comunitários da agricultura e introduzir uma nova atividade, que não tendo condições de desenvolver terminariam endividados e sem condições de continuar em suas terras. Assim, estes agricultores ficavam totalmente dependentes da empresa, já que não tinham as habilidades para competir no mercado do eucalipto.

Contudo, no Relatório anual do Grupo ORSA (2010), não era isto que se previa, muito pelo contrário, afirma que, o objetivo era garantir espaços para a agricultura tradicional. Porém, deixava claro a necessidade de integrá-los, com a nova atividade, no mercado do reflorestamento à medida que sua produção de pinus fosse desenvolvida, sem que para isto os mesmos deixassem suas terras. Vejam outro trecho do Relatório:

Nas áreas de fomento do Grupo Orsa, a companhia orienta os agricultores a realizar o reflorestamento em partes menos nobres da propriedade, para não impactar as atividades de pecuária e agricultura familiar. Além de permitir a inserção de pequenos proprietários em um mercado dominado pelas grandes empresas de reflorestamento, o programa de fomento florestal aumenta a renda familiar, incentiva à permanência dessas famílias em suas terras e beneficia a preservação ambiental (ORSA, 2010, p. 20).

Esta estratégia de enquadrar os comunitários ao mercado fica muito claro quando explicada pelo próprio coordenador de relações institucionais da empresa Jari Celulose. Vejamos o que foi dito a revista *ÉPOCA*¹⁰ sobre esta nova diretriz:

Criar opções de geração de renda para as comunidades que vivem na área é uma das saídas do grupo para evitar invasões e conflitos sociais. É também uma forma de diversificar os negócios e encontrar outras atividades que possam ser lucrativas no futuro. Uma das possibilidades é a exploração de produtos não madeireiros, como o óleo da castanha-do-pará. Outra é a criação de projetos de agricultura como o do curauá, uma fibra usada na indústria automobilística. Já foram plantadas 125 mil mudas de curauá em áreas degradadas do Jari. Algumas estão no terreno cultivado por seu Manoel. Ele também integra o programa de fomento florestal, que será essencial para garantir o suprimento de eucalipto para a nova fábrica de celulose. "Já temos 600 hectares de fomento e esperamos chegar a 2 mil no ano que vem", diz Augusto Praxedes Neto, coordenador de relações institucionais da Jari Celulose. "Integrar a população a novos negócios que sejam viáveis em longo prazo é um dos maiores desafios" (ROSENBERG, 2009).

A tentativa de mudar o modo de produção das comunidades introduzindo o plantio de outras culturas para integrá-los ao mercado não vem alcançando o sucesso esperado pelos chefes da empresa, pelo contrário, muitas pessoas que receberam o Fomento desistiram das plantações ou não conseguem atingir a eficiência necessária para desenvolver o monocultivo. Além disto, surgiram inúmeros conflitos entre os moradores das comunidades. Em reportagem recente no site do Brasil de Fato foram expostos conflitos envolvendo comunitários provocados pela tentativa de executar o projeto de fomento florestal incentivado pela empresa Jari. Vejamos a denúncia feita ao jornalista:

O extrativista Valmir Langer teria sido agredido por um produtor de eucalipto, vizinho de sua propriedade, na comunidade Estrada Nova, região rural da cidade de Almeirim, no Pará, na última semana. A liderança local, *Luiz Souza [nome fictício], que procurou o Brasil de Fato para fazer a denúncia, afirma que o agressor seria um dos participantes do programa Fomento Florestal desenvolvido pelo Grupo Jari e, para ampliar seu plantio de eucalipto, resolveu queimar a área da propriedade de Langer (CAMPELLO, 2017, p. 1 e 2).

Apesar da grande investida do grupo ORSA contra as comunidades, seja no campo das tentativas de expulsão direta de suas terras, ou introduzindo novas práticas produtivas para a desagregação das mesmas, a resistência das comunidades tem feito com que o grupo não tenha grande sucesso no seu projeto contra as populações nativas. Desde que o Grupo buscou unificar os títulos inerentes ao latifúndio foram empreendidos vários mecanismos legais para identificar as irregularidades no domínio da área, as lideranças comunitárias vem buscando mecanismos para reivindicar seus direitos e com o apoio de algumas organizações sociais, a atuação da Defensoria Agrária e do Ministério Público Estadual e, logo depois, com sua

¹⁰ CHINTHIA ROSENBERG (<http://epocanegocios.globo.com/Revista/Epocanegocios/0,,EDR77547-8384,00.html>) – Época – o desafio de salvar o Jari. 2009

Promotoria Agrária, algumas Glebas fundiárias que a empresa defendia como sua foram questionadas na justiça pelo próprio Estado do Pará, que recentemente conseguiu na justiça uma decisão favorável de cancelamento de uma área reivindicada pela Jari, chamada Fazenda Saracura, que inicia nas comunidades ribeirinhas do Rio Amazonas e Arraiolos, na parte leste do município de Almeirim chegando e ultrapassando as comunidades que ficam às margens do Rio Parú, na parte oeste desse município. A área da Fazenda Saracura sempre foi declarada pela Jari com o tamanho de 2.640.000 hectares, mas nunca foram comprovados estes limites (FOLHES e CAMARGO, 2013), mas segundo informações obtidas junto a Promotoria Agrária em Santarém em 2018, é que a Certidão de Registro de Imóvel do Cartório único Ofício de Almeirim, a antiga Gleba Fazenda Saracura, possui oficialmente o tamanho de 386.244,3460 hectares.

Antes da atuação da Promotoria Agrária e Defensoria Pública nos casos da Jari, inúmeras reintegrações de terras eram requeridas pela Jari na justiça local, que de imediato deferia os pedidos da empresa e com a ajuda de seus seguranças particulares derrubavam cassas, roçados e outros bens dos moradores. A atuação destes dois órgãos e a ampliação dos processos organizativos das comunidades apoiados por algumas organizações, passaram a questionar os pedidos e as decisões de reintegração de posse da Jari, e com isto, estes pedidos passaram a serem tratados junto a Vara Agrária do Fórum de Santarém, e assim os pedidos não tiveram a mesmas agilidades e os resultados de reintegração em favor da Jari quase que já não existem até este momento.

A empresa Jari enquanto fazia as mudanças necessárias do seu complexo industrial para a produção de celulose líquida investiu na exploração da floresta nativa fazendo Planos de Manejos facilmente liberados pelos órgãos estaduais. A Jari investiu na nova atividade e conseguiu uma certificação ambiental junto a uma organização independente não governamental chamada Forest Stewardship Council – FSC, que foi criada para promover o manejo florestal responsável ao redor do mundo. A certificação tem a prerrogativa que a atividade de exploração madeireira segue critérios ambientais e sociais adequados e que por possuir tal certificação os valores de vende destes produtos alcançam valores mais vantajosos internacionalmente. Em seu website¹¹ a FSC Brasil explica o objetivo da certificação:

Fundado em 1993 como resposta às preocupações sobre o desmatamento global, o FSC é um fórum pioneiro, que reúne vozes do hemisfério norte e sul, para definir o que é um manejo florestal ambientalmente adequado, socialmente benéfico e

¹¹ <https://br.fsc.org/pt-br/fsc-brasil>

economicamente viável, e identificar ferramentas e recursos que promovam uma mudança positiva e duradoura nas florestas e nos povos que nela habitam.

Considerando todas as ações promovidas pela empresa em detrimento às comunidades, muitas denúncias foram feitas junto aos representantes do FSC no Brasil, mas mesmo com estas denúncias os relatórios de monitoramento feitos pela empresa Sysflor (empresa contratada para fazer os relatórios de monitoramento das ações da Jari para a manutenção da certificação) não apontavam grandes problemas sociais ou qualquer outro problema que possibilitasse a perda do selo pela Jari. A Associação do Micro e Pequenos Produtores Rurais e Extrativistas da Comunidade de Repartimento dos Pilões - ASMIPP chegou a elaborar uma carta a FSC Brasil informando diversos erros contidos nos relatórios feitos pelo Sysflor. Mas o que acabou causando grande repercussão junto ao FSC e que levou a decisão de suspender a certificação, não foi as denúncias das comunidades, mas sim, a multa aplicada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA em 2015, após a realização da “Operação Gêneses” que encontrou irregularidades em seu Plano de Manejo. Segundo a reportagem intitulada: *Madeira tem atividades suspensas por fraudes em manejo florestal no PA*, do G1 Santarém de 09/07/2015¹², a empresa Jari Florestal foi multada em R\$ 5,989 milhões e teve as atividades suspensas por irregularidades em manejo florestal. Segundo a reportagem:

De acordo com o superintendente do IBAMA no Pará, Hugo Américo, todos esses fatos foram suficientes para que houvesse a punição à Jari Florestal. “A empresa, além de fraudar o sistema florestal, que já é bastante grave, prejudicou o meio ambiente local, mostrando total descompromisso com as comunidades ribeirinhas e com a legislação ambiental”, destacou.

Enquanto a empresa vinha tendo que se defender das irregularidades praticadas e agora observadas pelos órgãos de fiscalização, as comunidades passaram a se organizar e buscar mecanismos legais para a regularização de suas terras. Nesse contexto foi criada a Rede Intercomunitária Almeirim em Ação – RICA, que passou a articular aliança com as comunidades das regiões das Estradas e dos Rios para buscarem formas de mobilização que pudessem apontar caminhos para garantir a permanências em seus territórios. Apesar das várias tentativas de acabarem com a RICA, tentando criminalizar as lideranças, foram feitos vários registros de boletins de ocorrências de ameaças contra as lideranças e até mesmo as difamações dos coordenadores das associações que se juntavam a Rede Intercomunitária Almeirim em Ação (RICA), a rede se manteve firme. Foram feitas inicialmente várias

¹² G1 Santarém de 09/07/2015, <http://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2015/07/madeira-tem-atividades-suspensas-por-fraudes-em-manejo-florestal-no-pa.html>,

tentativas de regularização fundiária a partir de acordos entre o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), Grupo ORSA e Ministério Público Estadual (MPPA), mas que nunca se efetivaram, principalmente devido algumas comunidades demandarem territórios coletivos, os quais nem a Empresa, nem o ITERPA admitiam.

A longa espera pelas regularizações tratadas por anos entre a empresa, Ministério Público Estadual e ITERPA desanimavam cada vez mais os moradores, principalmente porque a empresa mantém sua presença em todo o território, cometendo os mesmos abusos históricos e ainda, com as posturas pró-empresa muitas vezes externalizados pelos sucessivos governos do Estado do Pará, algumas comunidades iniciaram, conjunto com organizações parceiras discussões sobre modalidades de destinação de terras públicas. Esta postura levou a empresa através de sua Fundação a aumentar suas estratégias de intimidar as lideranças que atuavam em favor da regularização de seus territórios. Segundo os relatos das lideranças da RICA, os próprios servidores do ITERPA, quando visitava as comunidades na tentativa de cumprir o Termo de Compromisso feito com o Ministério Público Estadual, orientavam as famílias que só iriam realizar o trabalho de identificação das famílias que poderiam ter suas terras regularizadas se elas escolhessem a modalidade individual, que não trabalharia com comunidades que pleiteassem regularizações de territórios coletivos.

As diversas reuniões envolvendo várias comunidades levou a observância que como o modo de vida da maioria dos moradores se encaixa no termo de populações tradicionais (Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007), termo este criado para definir grupos sociais que tem como prática o uso dos bens naturais extraíndo os mesmos para sua sobrevivência e de suas famílias, dois grupos iniciaram o processo de regularização de seus territórios na modalidade Unidade de Conservação e fizeram os pedidos de viabilidade diretamente ao governo Federal, já que o Governo do Estado tem sempre se demonstrado complacente com a empresa do Grupo ORSA e em nada contribuiu para regularizar as terras para as comunidades em Almeirim, exemplo disto é que, até hoje, nenhuma comunidade em Almeirim teve a destinação legal de terras públicas.

Em um dos territórios pleiteados pelos moradores estão presentes 30 comunidades, que durante dois anos discutiram e chegaram à conclusão das suas necessidades e depois de diálogos com o Órgão responsável pela elaboração do relatório de viabilidade das Unidades de Conservação, realizou o trabalho e identificou a viabilidade de criação da Unidade de Conservação de Uso Sustentável. Acontece que isto provocou o descontentamento da empresa e de seus apoiadores, pois a possibilidade da destinação de terras públicas de forma coletiva

para um grande número de comunidades poderia “animar” outras comunidades a seguirem o mesmo exemplo. Mesmo a área das 30 comunidades não estando diretamente na porção pretendida, ou grilada, pela empresa Jari, só o processo organizativo das comunidades para garantir seus territórios e ainda recorrer a União para esta destinação causa uma grande ameaça ao latifúndio ocupado pela empresa. Foi logo que a Câmara de vereadores de Almeirim saiu em defesa da empresa e contra a proposta das comunidades. Somaram-se aos vereadores empresários do ramo da madeira e da pecuária, agentes públicos do governo do Estado que atuam no município, que se organizaram em caravanas para as comunidades para intimidar as lideranças envolvidas nas discussões de regularizar o território coletivamente. Divulgaram em vários meios de comunicação e em faixas que criar um território coletivo seria um atraso para o desenvolvimento do município e que as comunidades deviam se aliar aos grupos produtivos que querem vir para o município e aqueles como a Jari que quer continuar em Almeirim.

O resultado da intervenção do Estado em favor do empreendimento capitalista no município de Almeirim segue com as mesmas práticas, já que este é o papel que o Estado deve desenvolver. A presença originária de inúmeras comunidades, naquele município, não motiva nem de longe a garantia de direitos preestabelecidos nas normas brasileiras. O Estado age, muitas vezes, contra suas próprias regras para garantir os interesses da classe dominante. É por isto, que mesmo passados mais de 50 anos de implementação do Projeto Jari, as mesmas violências que as populações nativas sofriam para deixar suas terras permanecem até os dias atuais, pois o que está em jogo não é o interesse das comunidades locais, mas sim o interesse capitalista que tanto o Estado como a empresa desejam.

3.2 A MINERAÇÃO RIO DO NORTE - MRN

A corrida para a Amazônia em busca da exploração do ramo mineral era uma demanda capitalista do pós-guerra. Com o golpe promovido pelos Militares em 1964 foi implementado o Código de Mineração de 1967, que abriu espaço irrestrito à ação privada ao patrimônio mineral brasileiro. Isto significou o apossamento imediato das mais importantes jazidas minerais na Amazônia por grandes carteis dos diversos grupos capitalistas que controlavam as fontes energéticas de matéria prima, como são os casos da: Alcan Company of Canadá (ALCAN), Aluminum Company of America (ALCOA), Kaiser, Omnium, NALCO, Azevedo

Antunes, Lacombe e outros, que controlam – explorando ou mantendo cativas – importantes jazidas e/ou empreendimentos metalúrgicos ligados à exploração delas (LEAL, 2010)

A facilitação estabelecida pela Ditadura Militar aos grandes grupos capitalistas da mineração, que teve como seu elemento legal o próprio Código Brasileiro de Mineração de 1967, permitiu um saque de décadas a uma das maiores riquezas existentes na Amazônia. Deste modo, os grandes projetos que se assentaram nela [Amazônia] a partir da Ditadura - exceto um que já se assentava quando eclodiu o golpe, foi para saquear a melhor bauxita do mundo aquela época, no Rio Trombetas (Mineração Rio do Norte, 1975), em Oriximiná destinada a extrair o minério do alumínio (LEAL, 2016, p. 85-103).

Este livre esquadrinhamento dos recursos naturais da Região, permitido pelo Código Mineral orquestrado pelo governo militar, permitiu às multinacionais, acesso fácil a duas extraordinárias ocorrências minerais na Amazônia, as jazidas de bauxita do Rio Trombetas, e o complexo mineralógico da Serra dos Carajás. um bilhão e cem milhões de toneladas das jazidas do Trombetas foram repartidos entre a ALCAN, a ALCOA e o americano Daniel Ludwig, ligado à Kaiser Aluminum. O Carajás – cujas jazidas tem permitido que sejam exploradas em média anual de 74,75 bilhões de toneladas de minério de ferro entre 1986 a 2013 (COELHO, 2014), mas que nem são a parte mais valiosa do seu extraordinário complexo mineral – que ficou sob o controle da Amazônia Mineração S.A (AMZA), sociedade entre a estatal Vale do Rio Doce, e a Meridional, subsidiária da United States Steel (LEAL, 2010). A partir desta “distribuição” surgem os dois maiores projetos mineiros hoje em funcionamento na Amazônia. O de Trombetas, que a ALCAN se supre de uma enorme quantidade de bauxita, junto com outras várias multinacionais, sócias do projeto, a preço verdadeiramente aviltado. Já, no Carajás, o Japão leva boa parte do ferro que consome, em condições de preço semelhantes às da bauxita. (LEAL, 2016).

Este modelo trouxe consigo, um mecanismo de ocupação e exploração das riquezas naturais da Amazônia em grande escala, que seguem desde sua origem até os dias de hoje. Toda esta ocupação acontece mediante grande dano ambiental e a expulsão agressiva das populações nativas. Deixando um rastro de violência por todos os lugares onde estes projetos foram implementados, sempre com a anuência do Estado e a subserviência daqueles que ocuparam os cargos públicos nos governos brasileiros, que com o discurso da necessidade de desenvolver o Brasil, passaram a entregar quantidades das riquezas estratégicas para o país em troca de submissão, danos ambientais e destruição do modo de vida das populações nativas.

O outro exemplo é a implementação do Projeto da Mineração Rio do Norte, que assim como o Projeto Jari segue as mesmas recomendações dos países imperialistas ao terceiro mundo. Tendo como características parecidas o controle destes empreendimentos por empresários estrangeiros, seja na exploração das riquezas naturais, no caso da MRN, ou a propriedade diretamente de grandes extensões de terra e tudo que nela tiver, como o caso da Jari no município de Almeirim, como víamos acima.

A constituição da Mineração Rio do Norte se dá em 1967, em decorrência de vários fatores, principalmente devido às seguidas etapas de instalação, com seguidas paralizações e retomadas, somente alguns anos depois foi registrado o primeiro embarque de bauxita no ano de 1979 (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE GRI 2010-2012). Contudo, até este período existiram vários relatos com inúmeras ocorrências. Entre elas, algumas que constam no trabalho de Machado e Lima (2007), denominado “Implantação do projeto Trombetas na Amazônia: de 1962 a 1972”, em que retrata várias situações deste período. Neste trabalho os autores se propõem recontar como se deram as pesquisas na Amazônia e como foi frustrante para a ALCAN não executar logo seu projeto minerário, que poderia substituir o minério retirado da Guiana, já que consideravam perder este minério com a inevitável independência da colônia Inglesa, ao mesmo tempo em que havia uma demanda maior após o conhecimento mundial da importância da jazida no Rio Trombetas. Acrescentam ainda que o baixo nível de produção em Minas Gerais levou a buscar novas reservas de bauxita na “desconhecida” Amazônia, pois se fazia necessário ampliar o suprimento de bauxita em nível internacional. Em 1963, o Geólogo da ALCAN que realizou esta tarefa foi o Holandês Johan Arnold Staagaard, o mesmo descobriu a presença de grandes reservas comerciais de bauxita de boa qualidade no afluente da margem esquerda do Rio Amazonas. Este rio era o Trombetas. Em seguida, maiores valores foram dedicados às pesquisas do geólogo Edmund Greig, geólogo chefe da ALCAN. Estas orientações eram feitas diretas de Montreal, capital Canadense, de onde se originava a ALCAN. Assim, nasce a MRN, que a época era organizada como sociedade anônima tendo como diretores funcionários da ALCAN.

Segundo Leal (1989), foi com a descoberta das jazidas do Trombetas que a ALCAN se prontificou a explorá-la de imediato. Já que ela tinha sido detentora dos direitos de pesquisa, ao serem descobertos os depósitos de bauxita, passava a ter direito na exploração, pois era isto que previa o novo Código de Mineral. Foi assim que a mesma (ALCAN) dividiu com mais dois grandes grupos mineiros a exploração, mas sem deixar antes de tomar a

dianteira, assegurando-lhe a primazia. Imediatamente se constituiu em sociedade anônima Mineração Rio do Norte.

Leal (1989, p. 186), acrescenta, ainda, que o que ocorreu no Trombetas para se dar a exploração seguiu a mesma estratégia do Amapá, por conta da exploração do manganês, pela empresa Indústria e Comércio de Minérios S.A (ICOMI), que foram: “1) Tomar conta da mina; 2) iniciar os trabalhos; 3) encontrar um bom obstáculo que pudesse servir de motivo para interrompê-los; pedir ajuda do Estado, e consegui-la.” Uma estratégia bem conhecida quando corporações monopolistas se organizam para evitar arcar com despesas de investimentos, sugerindo ao Estado que se responsabilize em fazer os investimentos iniciais, para só depois a empresa iniciar suas atividades. Ou seja: [...] “O Capital se recusa a correr os riscos, então pede ao Estado que os corra. E o Estado aceita. Alegando todos os benefícios que deveriam advir de instalação de uma atividade mineira no Trombetas.

O trabalho de Machado e Lima (2007, p. 6) traz outro elemento interessante que pode ser observado ainda hoje, que é a relação da empresa com as populações nativas. Trata-se da escolha e aquisição do local para a construção do porto da MRN. Dizem estes autores que a escolha do local foi uma das primeiras decisões dos representantes da empresa. Foram até a margem do Rio pelo único caminho que poderia chegar até ali, o próprio Rio Trombetas. O local onde foi “decidido localizar o porto” no ano de 1970 foi o “Sítio Conceição” que pertencia a uma família que tinha como atividade a extração de castanha. A senhora Isaura era com quem se buscava fazer a negociação para a compra. Segundo os autores, a senhora Isaura “estava indecisa” e para “ajudar” na compra o engenheiro Marcio Ferreira Veloso com o devido acompanhamento de um advogado vindo de São Paulo fizeram as tratativas com a família e, quando “finalmente” dona Isaura “decidiu vender”, agiram rápido para não perderam a oportunidade e elaborou “o documento para garantir a finalização do negócio”, o documento foi feito de forma tão rápida, tanto, que o mesmo ficou no nome do engenheiro como comprador.

A região do Rio Trombetas tem um histórico muito bem definido da presença humana. Guapindaia (2008), em sua tese de doutorado, que tem como título: “Além da Margem do Rio – A ocupação Konduri e Pocó na região do Rio Trombetas, PA”, nos fala da presença de assentamentos populosos as margens do Rio Trombetas a época dos primeiros contatos. Outro trabalho que demonstra a presença de populações na região do rio Trombetas, muito antes das descobertas das jazidas é do pesquisador Wanderley (2008), assim ele diz:

No Trombetas, antes de serem descobertas as jazidas minerais, já ali habitavam os descendentes dos centenários quilombos extintos, que se distribuíam esparsamente pelo vale, organizados coletivamente e praticando o agroextrativismo. Estavam, porém, à margem da sociedade e invisíveis ao poder público e suas políticas de desenvolvimento territorial. Durante a instalação da MRN, os negros foram atropelados, ignorando-se seu direito a terra e ao uso dos recursos naturais. As áreas ocupadas para alocar a company town, assim como os platôs que se transformariam em minas, foram considerados espaços vazios, terras devolutas, sem habitantes ou usos (WANDERLEY, 2008. p. 19).

A presença humana sempre foi um “problema” para a MRN, assim como para os demais grandes projetos aqui implantados. Para livrar os empreendimentos do incomodo das populações nativas foram pensadas estratégias que tinham o discurso da conservação. Evidentemente que houve tentativas de garantir através de regularização fundiária das áreas identificadas para exploração pela MRN, mas isto foi negado e a estratégia foi de criar territórios tampões (WANDERLEY, 2008). Foi assim que a estratégia de criação das Unidades de Conservação (UC) servia tanto as exigências internacionais dos grupos conservacionistas, como a empresa mineradora que tinha interesse em maiores áreas para expandir sua exploração, já, que as áreas ambientais criadas como reservas serviam como garantia para as futuras concessões ao mesmo tempo em que isolava esta mesma área das possíveis disputas territoriais.

Assim, foram criadas duas Unidades de Conservação. A Reserva Biológica do Rio Trombetas, criada em 21 de setembro de 1979, através do decreto 84.018, com 407.759,21 hectares, sendo assim uma das maiores reservas biológicas criadas no Brasil. Segundo o Ministério do Meio Ambiente os objetivos de criação foram de proteger amostras de ecossistemas amazônicos; assegurar a sobrevivência da tartaruga da Amazônia (*Podocnemis expansa*) e demais quelônios; assegurar a permanência dos processos naturais de sazonalidades; e, proteger áreas encachoeiradas, que abrigam fauna e flora particulares. Esta análise foi realizada com recursos da Compensação Ambiental atendendo ao disposto no Contrato nº 2005/02. Plano de Manejo Reserva Biológica Rio Trombetas. Dez anos depois foi criada a Floresta Nacional de Saracá-Taquera, com o Decreto nº 98.704 de 27 de dezembro de 1989. Sua área tem 441.282,63 hectares. (BRASIL, 2004).

O interesse em garantir maior tranquilidade à empresa mineradora foi tanta que os procedimentos de criação foram muito rápidos, nenhuma das comunidades locais foi ouvida ou se quer conhecedoras dos processos de criação. Segundo Wanderley (2008, p. 47): “A homologação da Reserva Biológica do Trombetas no Congresso Nacional ocorreu sem qualquer estudo ou debate prévio em 1979, curiosamente também o primeiro ano de operação da mineradora”. Isto demonstra claramente que o Estado atuou de forma especial em favor

dos interesses da empresa, criando uma Unidade de Conservação que impede a presença de pessoas no seu interior.

Assim como as áreas de exploração mineral, as Unidades de Conservação foram criadas sobrepostas às comunidades nativas que ali habitavam. Portanto, o conflito provocado pela presença da mineração na região foi ampliado à medida que foram delimitadas e criadas as novas áreas de conservação para beneficiar a MRN.

O principal conflito existente no espaço do entorno mineral em Oriximiná refere-se ao reordenamento territorial promovido pelo Estado por indicação e lobby da MRN nas décadas de 1970 e 1990, que resultaram na delimitação de duas UCs. Essa política de criação de territórios institucionalizados pretendia o controle social sobre o espaço e sobre os indivíduos do entorno (WANDERLEY, 2008, p. 46).

Com esta nova delimitação, a partir de Unidades de Conservação, o Estado passava a atuar oficialmente como defensor destas reservas, mas que na verdade as reservas serviam de “proteção” territorial as atividades exploradoras da MRN. Assim, o reordenamento territorial imposto pelo Estado, por um lado transformava a dinâmica da vida das populações nativas, ao mesmo tempo em que, garantia através de seus órgãos “fiscalizadores” a diminuição do incomodo dos nativos para a empresa mineradora.

A hipótese aqui defendida (apoiada nos estudos de COELHO et. al., 2002; 2007) aponta que o Estado, por meio das instituições públicas, especialmente os órgãos ambientais, atua como executor e protetor dos interesses do capital nas regiões de grandes projetos minerais na Amazônia. Assim, priorizam exercer uma forte repressão sobre os povos locais e um controle intensivo das dinâmicas populacional e do espaço no entorno, pretendendo impedir qualquer pressão ou mobilização que possa a vir colocar em risco ou prejudicar os negócios (WANDERLEY, 2008, p.46).

As duas reservas somadas, ultrapassam 800 mil hectares e ficam em uma região estratégica para o interesse minerário e o interesse madeireiro. Centenas de famílias estão dentro destas áreas ocupando seus territórios muito antes da chegada do projeto minerário. Contudo, estas inúmeras comunidades sempre foram ignorados pelo poder público em tudo que se trata de direitos. Com os mapas elaborados pela Organização Pró Índio, que desenvolve trabalhos com os quilombolas na região do Trombetas, em Oriximiná, são possíveis dimensionar como as Unidades de Conservação, de certa forma, protegem geograficamente o projeto minerário da MRN e a exploração madeireira ao mesmo tempo em que se sobrepõe as dezenas de comunidades ali existentes, impedindo a destinação legal das terras destas populações.

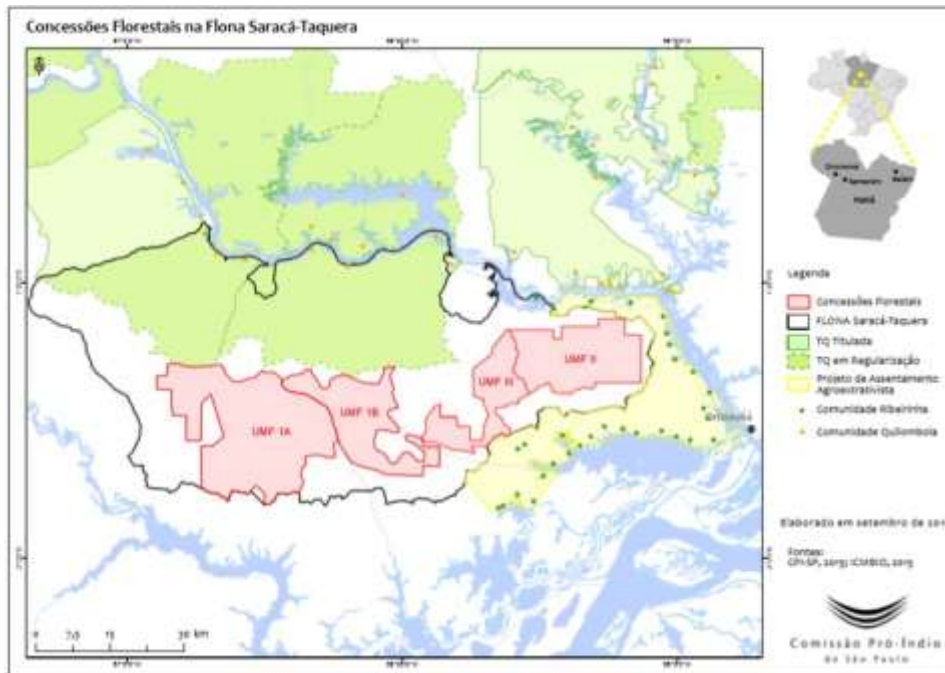


Figura 2: Mapa das concessões florestais na flona Saracá-Taquera (Fonte: <https://www.quilombo.org.br/mapas>).

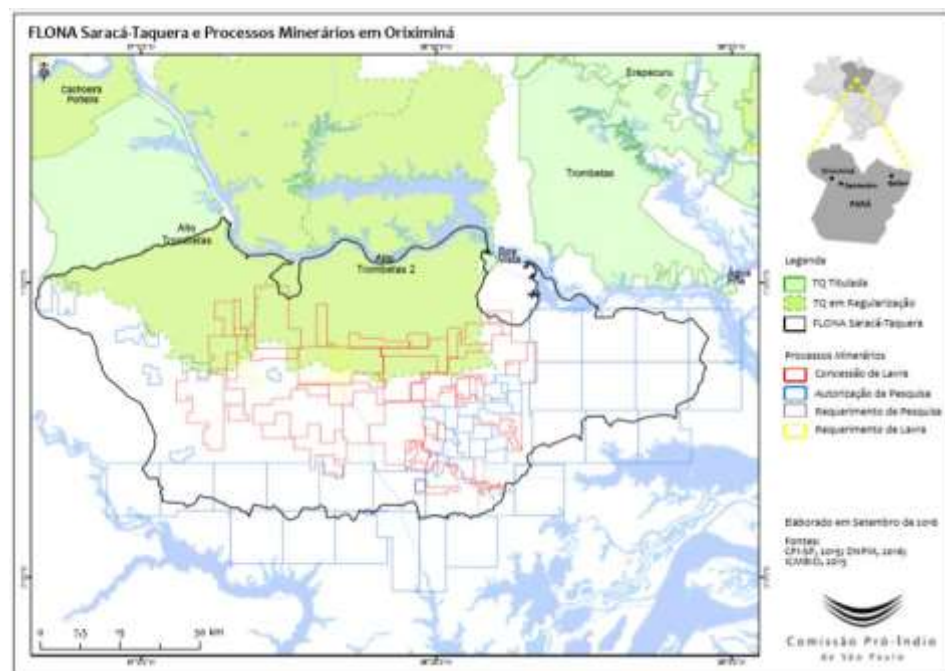


Figura 3: Processos minerários no município de Oriximiná/PA (Fonte: <https://www.quilombo.org.br/mapas>).

Analisando as figuras 2 e 3 observa-se que as UCs, em primeiro lugar, neste caso específico a Flona Saracá-Taquera, engloba a área que detém as riquezas naturais mais abundantes, seja mineral ou florestal. Segundo, que se sobrepõem as terras historicamente usadas pelas comunidades locais. Como forma de compensação o Estado espremeu em um Assentamento Agroextrativista 31 comunidades na pequena faixa existente entre a Flona

Saracá-Taquera e o Lago do Sapucaá, na várzea do Rio Amazonas. Outras comunidades ficaram dentro da sobreposição da UC e sofrem todas as tentativas de serem retiradas com argumentos da preservação ambiental.

Leitão, 2004 (apud CHACPE, 2014) explica que no Brasil há uma polêmica entre os movimentos sociais e ambientais. De um lado aqueles que acreditam ser positiva a presença humana dentro das Unidades de Conservação e, outros que entendem que esta presença seja danosa à preservação do meio ambiente. Aqueles que defendem a presença de pessoas nas UCs se baseiam na ideia que a presença destes sempre é anterior a criação das UCs e que o patrimônio que se quer preservar é fruto do resultado da interação destas pessoas e a natureza. Os contrários a este posicionamento, dizem que tais populações e suas praticas de exploração da natureza causam impactos a preservação do meio ambiente.

A concepção dos adeptos da corrente preservacionista parece ser a que mais agrada a MRN, pois a retirada daquelas populações evitaria dar maior repercussão com as inúmeras denúncias de crimes ambientais provocados pela exploração mineraria. Contudo, isso nos mostra a grande contradição entre este pensamento, já que para o pensamento preservacionista as leis são feitas pelos homens para deferem-se um dos outros, ou seja, para evitar que o homem cause mal a outro ou a natureza. Milano, 2002 (apud CHACPE, 2014, p. 41-42), diz que é cinismo ou ignorância considerar que os interesses são naturalmente bons e compatíveis para com a conservação da natureza. Para ele “a essência da conservação da natureza é a defesa em relação às atitudes humanas, majoritariamente destrutivas”. Acrescenta que não é possível compatibilizar a conservação da diversidade biológica com a presença humana e o uso dos recursos naturais nas UCs.

O fato que no caso da mineração em Trombetas a lógica de criação de Unidades de Conservação se torna enormemente contraditória, já que as atividades da mineração e a conservação são processos completamente antagônicos. Apesar de todas as garantias tecnológicas modernas, a atividade minerária provoca grandes impactos. Pois, o único fato de realizar a exploração da bauxita em uma área de floresta, significa a supressão de toda a vegetação de grandes áreas.

Na Amazônia, a exploração mineral derruba árvores protegidas por lei - como a castanheira, contamina ecossistemas desconhecidos cientificamente, como igarapés e lagos, resultando, consecutivamente, em problemas sociais graves. Há também grande perda de biodiversidade pela retirada dos animais de seu habitat, pela devastação de ecossistemas e pela devastação do bioma amazônico. Se a floresta amazônica é pouco conhecida pelos pesquisadores contemporâneos, os impactos de sua destruição são ameaças imensuráveis (WANDERLEY, 2008, p. 60-61).

No caso mais específico da MRN, no Rio Trombetas, os danos ao ambiente e a população são notórios e públicos. Contaminação dos rios afluentes do Rio Trombetas, lagos e outros espaços levaram prejuízos irreparáveis aos moradores locais, assim como episódios de completa destruição de alguns espaços, que quase impossíveis de serem revertidos, como o caso do Lago do Batata. Sobre isto continua Wanderley:

O impacto sobre o lago Batata atingiu ampla notoriedade em níveis nacionais e internacionais. A emissão do rejeito no lago perdurou do início da atividade extrativista, em 1979, até 1989, quando se transformou num escândalo, sendo considerado o maior desastre industrial da Amazônia. A poluição das águas tem sua origem na operação de lavagem da bauxita, que gera finos rejeitados. Estima-se que foram lançados 1,5 milhões de toneladas de rejeitos por ano do lago. Até meados de 1984, os rejeitos foram lançados no igarapé Caranam, que drena para o Batata (WANDERLEY, 2008, p. 68).

Contudo, a criação das Unidades de Conservação no Vale do Trombetas, como já afirmado inicialmente, tem como objetivo maior proteger o empreendimento minerário da MRN e, portanto, mesmo estando as áreas de lavra dentro da Reserva, o Estado sempre será complacente ou no mínimo benevolente com os crimes ambientais que ali acontecem. O papel do Estado não é o de intervir ou muito menos impedir as atividades capitalistas da empresa, mesmo que os danos sejam irreversíveis ao meio ambiente. Por isto que os agentes do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), depois IBAMA e agora Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio) são muito criticada por lideranças das comunidades locais, pois, enquanto os nativos que habitam nas áreas de UCs são constantemente prejudicados em suas atividades culturais à medida que as intervenções de fiscalizações dos mesmos órgãos estatais os impedem de exercer suas praticas de subsistência ou até de regularização dos seus territórios. Neste sentido, o que realmente importa à empresa e ao Estado é a exploração minerária para atendimento do mercado. O modo de vida da população não importa, ou melhor, precisa ser destruída. Sobre isto, A Pública, Agência de Jornalismo Investigativo em sua Matéria jornalística “A guerra secreta pela bauxita” escreveu, que:

Na vila de Porto Trombetas, ao contrário do que ocorre nos povoados do entorno, ninguém está preocupado com a hora em que a castanha vai cair do pé, com o roçado da mandioca ou com o moqueio do peixe para o almoço. A preocupação dos 6 mil moradores de Porto Trombetas, funcionários ou parentes de funcionários da Mineração Rio do Norte (MRN), traduz-se em recordes de produção. O último, do ano passado, foi de 18,3 milhões de toneladas embarcadas, que se converteram num lucro líquido de R\$ 361 milhões [...]. Legalmente, essas áreas de preservação não podem ter um proprietário privado, o que inviabiliza a posse de terras aos quilombolas. O ICMBio, contudo, pode ter ido além das questões legais, tomando atitudes que, em última instância, negligenciam a existência das comunidades e favorecem a MRN (CHIAVERINI e MENDES, 2016).

O que evidenciamos nestes relatos demonstra que a criação das UCs estabelece critérios muito mais favoráveis às concessões florestais e minerárias do que para os processos de regularização fundiária das comunidades nativas, mas não só para o reconhecimento legal daqueles territórios, mas principalmente para a continuação do seu modo de vida, à medida que as modalidades criadas impedem o uso dos recursos para as atividades extrativas daqueles moradores. Assim, são os interesses capitalistas das empresas que organizam os espaços geográficos nestes territórios. O Estado relega ao esquecimento proposital as populações nativas, sem resguardar seus direitos, numa ação clara de que estas não venham atrapalhar os interesses comerciais da empresa. Mas para isto buscam atuar junto com a empresa, no sentido de criar a ideia que agem para sanar os conflitos, criados pela própria empresa, se propondo atuar identificando os locais de possíveis regularizações. O Estado, que tem como interesse atender às demandas do capital, e para realizar isto participa fielmente como “guardião” dos territórios protegendo o entorno mineral. “A nova ordem é ditada a partir dos interesses do capital que transbordam os limites espaciais do parque industrial, afetando as dinâmicas regionais” (WANDERLEY, 2008, p. 18).

Neste sentido, a criação das UCs foi muito interessante às empresas que ali se estabeleceram justamente e de forma contraditória, para explorar os recursos naturais existentes com abundância. As UCs em Trombetas servem, principalmente, aos interesses das empresas, pois tornam a presença das comunidades indevida ou ilegal dentro das Reservas. Baseadas neste pretexto as empresas sempre buscam mecanismos para demonstrarem sua preocupação com tais comunidades e com o meio ambiente. Suas táticas são as de negociar com órgãos públicos, que deveriam executar políticas públicas para aquela região, meios e formas que possam proteger e ao mesmo tempo diminuir as demandas sociais. Esta prática busca em primeiro lugar diminuir a pressões que a empresa passa a ter com as diversas denúncias de crimes ambientais e restrições de uso da floresta pelos nativos. Com esta estratégia a empresa busca alcançar, em muitos casos, a simpatia de lideranças e organizações locais e, em segundo lugar, permite aos agentes dos órgãos públicos maior capacidade de desenvolver atividades à medida que são garantidos recursos financeiros para melhorar, tecnicamente e estruturalmente, as ações dos órgãos na execução das atividades naquela região.

É Evidente que o interesse das empresas mineradoras não é o território, mas sim as riquezas que neles existem, portanto, não são contra a regularização dos territórios, desde que isto não impeça o curso natural da exploração, até o esgotamento daquele recurso. Contudo,

em locais onde o Estado se faz presente mesmo estando ausente, já que sua ausência aqui é entendida como proposital, a empresa assume o papel do Estado e ao assumir desenvolve as políticas em benefício próprio, parecendo estar sensibilizada com as questões irregulares que ela mesma provoca, ou pelas mazelas sociais provocadas pelo Estado. Ao assumir este papel, ela, a empresa, define suas ações que parecem que atendem o interesse local, mas na verdade não muda em nada sua prática principal que é a ampliação da exploração dos recursos que é seu único objetivo. Suas ações devem seguir suas próprias regras. Se algo foge do seu controle aciona imediatamente o Estado, que nesse momento se torna ágil e eficiente para garantir o interesse da empresa.

Esta é uma prática comum dos grandes projetos na Amazônia. Tornam-se pequenas “prefeituras”, constroem suas próprias cidades e passam a dominar a vida política e social dos municípios onde se instalam. Podemos exemplificar aqui a “cidade” de Monte Dourado em Almeirim controlada pela empresa Jari, já tratado anteriormente e a de Porto Trombetas em Oriximiná sobre o controle da MRN. Nestas “cidades” particulares o funcionamento tem o único objetivo de atender os interesses comerciais da empresa. Estas “cidades” possuem dinâmicas muito mais modernas que as cidades sede dos municípios. Contudo, é a partir das “cidades particulares” que esses municípios tomam as principais decisões administrativas.

Estas diferenças que existem entre as “cidades” particulares e as cidades sedes dos municípios são enormes. Nas “cidades” das empresas a qualidade de vida é incomparável se aplicada à vida da cidade sede. Os serviços básicos são de boa qualidade, mas devem funcionar apenas para aqueles escolhidos para ali morar. Estas “cidades” se tornam referências para os munícipes que por não terem as mesmas disponibilidades de serviços em suas cidades sedes, passam a reivindicar aqueles serviços nas “cidades” particulares, mas como o propósito é o atendimento dos seus funcionários/moradores, estas comunidades do entorno não podem ser atendidas. Em muitos casos o atendimento de alguns casos específicos acontece, quando em casos muito graves que não podem ser transferidas, ou a partir de seleções feitas pela própria empresa, sendo geralmente alguém que tenha ou que possa ter uma postura favorável à empresa. Uma espécie de “troca de favores”.

Estes serviços prestados naquilo que Wanderley (2008) chama de “company – town” implica primeiro em um conflito, à medida que as comunidades do entorno demandam seus serviços e não são atendidas e de outro lado, criam uma situação de desigualdade entre os próprios moradores nativos, já que alguns se tornam “privilegiados”. Sobre o caso da “cidade” no Trombetas:

O acesso a outros serviços, como bancos e supermercados, é outro ponto de discórdia. O acesso à rede de ensino e à energia elétrica da termoeletrica, apesar de serem reivindicações relacionadas à socialização dos serviços, não criou um conflito direto. Os negros do entorno também clamaram pelo direito de vender seus produtos agrícolas na cidade da empresa, mas ficaram restritos a uma pequena feira às margens do rio, sendo a totalidade dos produtos trazida de outras regiões da Amazônia e do Brasil. Para diminuir a tensão, a corporação desenvolve programas de saúde, apoia uma escola local e disponibiliza algumas facilidades no porto do núcleo urbano, para uso da população do entorno. Contudo, o acesso ao interior da company-town continua vedado, com exceção de aproximadamente setecentas pessoas cadastradas, dentre trabalhadores de Porto Trombetas e moradores antigos das comunidades mais próximas - basicamente quilombolas. Algumas vagas são disponibilizadas na escola Pentágono excepcionalmente para moradores de Boa Vista (comunidade quilombola mais próxima e impactada pela MRN). A partir da atuação empresarial, surgem diferenciações sociais entre e no interior das comunidades do entorno: quem tem projetos sociais e quem não tem; quem trabalha na empresa e quem não trabalha; quem está na lista e quem não está. São diferenças que se expressam ainda nos níveis econômicos e educacionais (WANDERLEY, 2008, p. 33).

Retomando a discussão sobre a importância de criação de UCs dentro das áreas minerárias fica evidente o ganho que as empresas têm, pois detêm tanto o aval do governo federal como o controle administrativo dentro dos municípios onde se instalam, pois assumem o papel de incentivar e até financiar ações ambientalistas para as comunidades. Pois com esta prática a empresa define as ações a serem implementadas pelas comunidades, dando a ideia de preocupação com o meio ambiente, seja dentro da área de exploração como no seu entorno. Repassando para as comunidades a responsabilidades de recuperação de alguns danos. Para além disto, a empresa demonstra a sociedade suas boas intenções a medida que busca alinhar tais ações em parceria com o Estado. Assim, Wanderley (2008), ao falar da MRN em Trombetas e da criação das UCs, diz que:

As empresas pretendiam e pretendem a proteção e o controle do entorno, utilizando-se das políticas de preservação ambiental e de responsabilidade social. Os empresários aproveitam seu poder de influência para desenvolver ações e interações junto ao Poder Público, como criar e consolidar territórios. Os novos territórios ficam a encargo das instituições governamentais (IBAMA, INCRA e Fundação Nacional do Índio - FUNAI), muitas vezes recém-chegadas à região de exploração mineral - antes desprovida de qualquer presença de governo - de forma combinada e coligada com as grandes mineradoras. Foram essas parcerias de novos gestores do território que, a partir de então, criaram, aplicaram e ditaram as novas normas, regras e limites territoriais no entorno da área do empreendimento, de acordo com os interesses capitalistas, de modo eficaz e com baixo ônus para a empresa (WANDERLEY, 2008, p. 08).

Estas dinâmicas demonstram as diferenças nas relações de poder entre as empresas e as populações locais. Isto é muito comum quando estas populações exigem que os critérios para definição dos limites dos seus territórios compreendam áreas que interessam às empresas. Se isto acontece, suas demandas são negadas. Para Wanderley (2008), estes

conflitos socioterritoriais e ambientais acontecem à medida que são reestruturados os espaços para ampliação da exploração minero-industrial na Amazônia. Para o mesmo autor é comum que com estes conflitos surjam movimentos sociais que se organizam para fazer o enfrentamento aos interesses territoriais das empresas. Em muitos casos este enfrentamentos não se propõem a lutar contra a mineração, mas pelo acesso legal de suas terras ou territórios e as políticas públicas básicas, sem perder o desejo de participar do tal “desenvolvimento” pregado pelos defensores da exploração presentes nos grandes projetos.

Os territórios quilombolas do Trombetas encontram-se ou titulados, ou parcialmente titulados ou em processo de titulação. A comunidade de Boa Vista, que teve a construção da Sede da MRN ao lado do seu território, foi o primeiro território Quilombola titulado no Brasil, isto aconteceu em 1995. Outras comunidades quilombolas impactadas pela pretensão minerária da MRN somam 14 comunidades, que estão nos territórios do Alto Trombetas I, Alto Trombetas II. Estes territórios foram atingidos pela criação da Flona Saracá-Taquera e a Reserva Biológica (REBIO) do Trombetas. A busca pelo reconhecimento dos seus territórios já se estende por vários anos causando inúmeros conflitos, isto levou o Ministério Público Federal pedir a Justiça, que determinou que fossem elaborados e publicados os RTIDs (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) destas comunidades. Mas mesmo os órgãos tendo cumprido a data para publicação dos RTIDs, os passos seguintes para a titulação não seguiram seu curso normal, exatamente por se encontrarem dentro das áreas pretendidas pela MRN.

Os RTIDs dos TQ Alto Trombetas I e Alto Trombetas II foram publicados em 14 de fevereiro de 2017, em obediência à sentença que, em 2015, condenou a União, o Inbra e o ICMBio a concluírem em até dois anos o procedimento administrativo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelas comunidades de remanescentes de quilombo Alto Trombetas I e II. A solução do procedimento, contudo, tem sido postergada devido à dificuldade de se chegar a consenso, entre os órgãos federais, quanto às sobreposições dos referidos TQ's com a Floresta Nacional Saracá-Taquera e a Reserva Biológica do Trombetas (FIGUEIREDO 2017, p. 35).

Com a previsão de exaustão da bauxita nos atuais locais de exploração, a MRN expande sua exploração para novas áreas, já pré-definidas. Estas novas áreas, assim como antes incidem sobre os territórios das populações quilombolas, que exatamente por conterem em seu subsolo a bauxita são impedidos de titularem seus territórios, até que sejam definidos os procedimentos que garantam os interesses da MRN em se apropriar definitivamente do minério. Elaboração de documentos, os chamados relatórios são sempre um recurso utilizado para justificar e protelar os trabalhos que podem favorecer as demandas das comunidades, pois estas pesquisas muitas vezes financiadas pela própria empresa são, em geral, realizadas

nas regiões onde há a presença de grandes projetos. O resultado destas pesquisas, relatórios, documentos tem o objetivo final de legitimar a exploração mesmo sem o consentimento dos nativos. Quando muito, estes documentos “garantem” medidas de mitigação e compensações às vítimas da exploração.

Para criar um sentimento entre os moradores do município da inevitabilidade e da importância econômica para a região são utilizados vários discursos das vantagens que trazem estes projetos e que qualquer luta contra para acabar com estes empreendimentos podem causar inúmeros prejuízos. Esta campanha faz parecer que qualquer um que seja contra a expansão dos negócios da empresa, ou que porventura lute contra o empreendimento, seja taxado de irresponsável e incoerente, pois a hipótese de saída da empresa significa grande prejuízo financeiro para a região. Assim, os trabalhos de ONGs financiadas pela própria empresa e os trabalhos de pesquisadores tem o objetivo de chamar a atenção para tais prejuízos e ao mesmo tempo propor mecanismos que possam minimizar possíveis prejuízos. Não tendo outra opção, grande parte dos moradores acabam se rendendo às compensações oferecidas pelos empreendedores.

No caso da MRN, suas pretensões significam criar toda a estrutura necessária para a expansão planejada. As mesmas condições que por décadas agrediu a natureza e causou inúmeros prejuízos para o modo de vida das populações atingidas por aquela mineradora. Segundo as informações colhidas dos funcionários da MRN nas reuniões realizadas pelos responsáveis de elaborarem o Estudo do Componente Quilombola (ECQ), dizem que será necessária para as novas operações, a construção de uma vila que servirá de abrigo para os funcionários, instalações de correias que servirão para o carregamento do minério desde os novos platôs até o local onde a bauxita será beneficiada (FIGUEIREDO, 2017). Acontece que todas estes novos prejuízos, aos moradores das comunidades que serão afetadas pelas construções e pela exploração que acontecerá em seus territórios, já são bem conhecidos por todos, pois durante toda estas décadas todos os moradores foram vítimas da extração dos primeiros platôs.

Neste sentido, são necessárias inúmeras medidas para criar uma espécie de “permissão” dos nativos para que se legitime a expansão. São estas medidas que permitem as discussões da possibilidade de regularização fundiária das comunidades no Trombetas. Com a intervenção do Ministério Público Federal tem havido demandas para cumprimento de algumas exigências legais. Assim, são contratados profissionais com grande capacidade técnica para fazer cumprir tais orientações propostas. Contudo, os processos vão acontecendo

na lógica de garantir e manter tudo aquilo que já estava pré-estabelecido desde o início, ou seja, a ampliação da exploração minerária, em que se mudam os meios para garantir o fim, que é a exploração do minério. Vejamos outra parte do Estudo do Componente Quilombola, realizado no Trombetas:

No processo de LA [Licença Ambiental] de que trata este ECQ, cumpre identificar os possíveis impactos socioambientais da mineração e propor ações de mitigação e compensação dos mesmos, a partir do ponto de vista das comunidades quilombolas afetados. Neste sentido, o levantamento de dados documentais e primários para o ECQ demonstra que, ao longo das quatro décadas de lavra de bauxita, as comunidades no entorno da MRN relataram problemas socioambientais diversos que poderão se estender às comunidades hoje mais distanciadas espacialmente das áreas de operação: doenças respiratórias provocadas pelo pó da bauxita, poluição de lagos e rios (cujo exemplo mais emblemático é o ocorrido no Lago do Batata) [que foi todo poluído por rejeitos da bauxita], prostituição nas comunidades e no entorno delas, aumento do consumo de álcool e drogas, e incidência de violência (roubos, furtos, brigas), dependência econômica e outras ocorrências destoantes e consideradas ameaçadoras dos modos de vida, economia e cultura locais, como desmatamento, afugentamento de fauna e escassez de recursos naturais (FIGUEIREDO 2017, p. 54).

Para os moradores dos territórios atingidos pela nova exploração da MRN em Trombeta, resta definir as compensações que podem receber por “permitir” a lavra e todos os prejuízos, já vividos, em seus próprios quintais. As principais propostas e ações são os ditos “projetos”, a qual a empresa parece “ajudar” os moradores naquilo que o Estado deixa, de atuar, ou seja, em necessidades básicas, como educação e saúde. Os projetos seguem a lógica capitalista, que convida os moradores das comunidades a desenvolverem atividades que possam integrá-las ao mercado. Estes projetos buscam se distanciar das antigas práticas dos moradores. Com o discurso do novo, os projetos se apresentam como um avanço, uma melhora no modo de produzir. Com essa expectativa, muitas famílias se envolvem acreditando que eles podem estar almejando o desenvolvimento proposto pelos projetos. Atividades antes nunca praticadas são apresentadas como inovadoras que remetem à ideia de grande viabilidade econômica. No relatório do Estudo do Componente Quilombola, fica evidente que na região do Trombetas os Projetos que a MRN implementa direcionam para esta lógica.

Projetos da MRN por eixo de atuação: Eixo Projeto Educação, Cidadania e Cultura: projeto Apoio a Educação Formal de Ribeirinhos, Inclusão Digital, Projeto Educação Ambiental e Patrimonial. Segurança e Saúde: Projeto Quilombo, Construções de Microsistemas de água e Poços Artesianos manuais, Combate à Malária e Projeto Leme. Sustentabilidade: Projeto Agricultura Familiar, Piscicultura, Manejo das Populações de Copaibas, Meliponicultura e Sistemas Agroflorestais. Meio Ambiente: Projeto Pé de Pincha (FIGUEIREDO, 2017, p. 55).

Na maioria dos eixos os projetos demonstram transferir para as próprias comunidades a responsabilidade de contornar problemas que só existe devido ao modelo de exploração

minerária que a MRN utiliza. Para os moradores¹³ o problema com as tartarugas, por exemplo, não é devido ao consumo dos nativos, mas provocados pela frequência dos navios que navegam dentro do rio para o embarque da bauxita. Não é a presença dos quilombos dentro das reservas que causam dano ambiental. Nisto os nativos demonstram ter muita clareza.

Isto revela como toda a vida dos quilombolas do Trombetas foi alterada a partir da chegada do grande capital. Inicialmente perderam o acesso às suas terras, foram cerceados de continuar suas atividades produtivas, que se dava baseada nas coletas feitas em seus territórios. A coleta não tinha limites territoriais, era livre para encontrar na natureza tudo aquilo que supria suas necessidades básicas. Após a perda de seus territórios, os quilombolas são condicionados a novas práticas produtiva, sejam elas nas inúmeras iniciativas proposta pelo capital para que suas atividades deixassem de ser para sua subsistência, mas sim para o mercado.

O Plano de Manejo da FLONA Saracá-Taquera, que tem como objetivo estabelecer as normas gerais de uso da Unidade, em sua página 33 trata do “Programa de Incentivo à Alternativa de Desenvolvimento”, na qual estabelece que as comunidades ali existentes devam se integrar na execução dos programas ambientais que foram estabelecidos no Plano de Manejo. O texto traz ainda frases como “novas oportunidades”, “frentes de trabalho”, “novos produtos” “comercialização de produtos”, mas é no Item que trata das atividades que fica bem evidente como o Estado, neste caso, através do órgão gestor da Unidade estabelece as condições para que os moradores passem a desenvolver as atividades produtivas. Mesmo sendo um pouco longa a citação, parece importante expô-la para que possamos entender melhor o que é normatizado no Plano de Manejo, Vejamos:

1. Articular com instituições parceiras a realização de **cursos para a população** em geral voltados à utilização sustentável dos produtos da floresta e às técnicas de agricultura sustentável;
2. Celebrar convênios, termos de reciprocidade ou de cooperação técnica, entre outros instrumentos, com organizações com atuação regional, tais como: prefeituras, instituições de apoio ao pequeno e micro empreendedor (SEBRAE), instituições de apoio ao produtor rural e florestal (EMATER, SFB), e outros, para **promoção de cursos de treinamento das comunidades locais** para capacitar os comunitários na **formação de organizações comunitárias para atender as suas necessidades de produção** ;
3. Promover parcerias com as comunidades locais e suas entidades representativas, voltadas para a **produção e comercialização de produtos originários da Floresta Nacional Saracá-Taquera** ;

¹³ Esta concepção está registrada na Memória da Reunião Sobre Identificação e Demarcação do Território Quilombola Trombetas I e II e Sobreposição Sobre a Rebio Trombetas e Flona Saracá Taquera, realizada nos dias 10 e 11 de maio em 2017, no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Brasília.

4. Estimular a elaboração de **estudos da cadeia produtiva** dos principais produtos da floresta com potencial de exploração, para aferir sua viabilidade comercial.
5. Estabelecer mecanismo de **monitoramento e controle da apanha/coleta dos produtos da Flona realizada pelas populações tradicionais**
6. **Apoiar a inclusão da população** tradicional residente em Programas Sociais vinculados à conservação da natureza, tal qual o bolsa verde, **com vistas a reduzir a pressão sobre os recursos naturais e melhoria da condição de vida.**
7. Elaborar e buscar a **aprovação de Acordo de Gestão**, observando as diretrizes deste Plano de Manejo, para regular o uso da área e o manejo dos recursos naturais pela população tradicional residente na Flona, determinando os possíveis usos nas zonas populacionais e de manejo florestal comunitário.
8. Realizar o **cadastro dos moradores** da Flona (BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2014, p. 33, grifo nosso).

A ocupação territorial capitalista que se dá com a chegada da mineração condicionou os grupos sociais nativos no Trombetas às suas próprias regras, pois ao retirá-los dos espaços de coleta e ao mesmo tempo dos seus meios de produção, não deixam outra opção que não fosse a subordinação às relações de trabalho apresentadas pelo capital. Há aí uma inversão no papel da extração do recurso natural, que antes tinha o único interesse de garantir a subsistência dos seus antigos donos, enquanto que no novo modelo mercadológico, a extração da bauxita tem fim de atender o interesse do capital. Só que no novo modelo, o quilombola, que antes era detentor de seu meio de produção, passa a vender sua força de trabalho à empresa capitalista.

As transformações que se desencadeiam no território a partir da subjugação da força de trabalho quilombola ao capital, vêm incidindo não somente em mudanças no modo de regulação da vida social dos quilombolas, mas, principalmente, na destruição das formas de organização do trabalho tradicional. Isto tem ocasionado a metamorfose do quilombola, que tradicionalmente teve na floresta, no rio e na pequena agricultura seu sustento, tendo total domínio sobre o seu trabalho, forçadamente passa a ser transformado em trabalhador para a produção e reprodução do capital, provendo sua sobrevivência não mais dos frutos da floresta, mas dos baixos salários e diárias recebidas na atividade mineradora (CORRÊA, 2016, p.16).

Todas estas mudanças na vida daqueles quilombolas, que passaram a ser a força de trabalho para o empreendimento, vêm acompanhadas com as dinâmicas existentes no jogo da proletarianização, no qual as novas relações de trabalhos são definidas pela competição conflituosa, metas de produção, jornadas de trabalho específicas, condições de competência e eficiência. Para um quilombola que detinha não só os objetos de seu trabalho como os meios para sua produção, ao serem subordinadas às regras do trabalho capitalista como funcionários são também obrigados a seguir as regras definidas por aqueles que o contratam. Desvinculando completamente do seu modo de vida anterior.

Homens e mulheres quilombolas passam a compor a mão de obra da empresa em atividades na vila, ferrovia, porto, enfim, em todas as instalações da mineradora. Desse modo, todos os dias acordavam cedo e utilizavam suas pequenas

embarcações, as canoas, remando em direção à empresa, onde trabalhavam durante o dia e retornavam à noite para suas casas. Tal rotina impedia de realizarem práticas como o puxirum, a caça, a pesca, o descanso e, principalmente, os costumes, cada vez mais sendo distanciados de suas tradições e das suas práticas agroextrativistas (CORRÊA, 2016, p.89).

A vida daqueles moradores no ritmo dos trabalhos exigidos pelo empreendimento sujeita-os a realizarem trabalhos cada vez mais cansativos, tirando deles os momentos de convivência com outros comunitários e, até mesmo, a dedicação aos trabalhos coletivos em prol de sua comunidade. Outro fator desagregador é que, como não há vagas para todos os empregos na empresa passam a ser disputados por pessoas da mesma região, tornando-os concorrentes entre si.

4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO ESTRATÉGIA DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

Todas as necessidades sociais identificadas ou demandadas pelo povo de uma nação são entendidas pelo poder público como uma obrigação de dar como resposta mecanismos que respondam a estas necessidades. Neste sentido, o Estado busca materializar esta atitude no que chamamos de Políticas Públicas. O Estado representa o poder público e é, portanto, este que busca materializar suas ações frente às demandas sociais existentes. Neste sentido, que as Políticas Públicas, em essência, se tornam o resultado da atitude do Estado para dirimir as questões sociais. Contudo, quando o Estado precisa agir sobre questões que envolvem essencialmente as desigualdades existentes em decorrência das diferenças de classes, as chamadas Políticas Públicas ganham o caráter de Políticas Sociais.

Muito embora o Sistema e seus pensadores apresentem o Estado como um ente conciliador das classes, o Estado é um instrumento de classe, pois suas decisões sempre buscam atender aos interesses da classe que o controla e a classe que o controla é a classe dominante, aquele que se sobrepõe a outra para garantir seus privilégios. Foi com a aparição histórica do Modo de Produção Escravista, que se dá o surgimento da Sociedade de Classe. Em uma sociedade de classes os interesses são antagônicos e para regular a ordem social provocada por este antagonismo se faz necessário o surgimento de um instrumento político institucionalizado, que garanta em suas ações ordenadas os privilégios dos interesses da classe dominante. Sendo o Estado criado nestas condições, assume a função de ser um instrumento de dominação de classe, no que, independentemente de suas especificidades, tem como objetivo final agir em favor da classe que o controla, ou seja, a classe exploradora contra a classe explorada.

Evidente que com o final do feudalismo e o surgimento da sociedade burguesa, ou capitalista, o Estado assume conotação mais específica, que é derivada desta nova sociedade, e passa a regular o sistema regido pelo Capital, que se torna a nova forma predominante de riqueza social, e também a nova relação de trabalho, o trabalho assalariado. Esta ação busca garantir o Capital como forma predominante da riqueza e a relação de trabalho assalariado estabelecida pela sociedade capitalista. Isto é assumido pelo Estado burguês, que mesmo com diferentes especificidades em sua natureza, conserva a essência geral de Estado, ou seja, realizando o papel de instrumento para a dominação a serviço da classe que o controla, a classe dominante, neste caso é a classe capitalista.

É com esta lógica que as Políticas Públicas apresentadas pelo Estado burguês sempre são pensadas buscando atender a ordem econômica seguindo as orientações do mercado. Retomando os ensinamentos de Engels (1984), de que o Estado é um instrumento da classe dominante, fica evidente que suas ações práticas seguirão aquelas orientações. Evidente que estas orientações não podem garantir o interesse das regiões ou nações, já que as medidas seguem a lógica determinadas pelo interesse capitalista. Neste sentido, em cada momento da história em que o sistema capitalista entra em crise as decisões são tomadas para que se garanta o interesse do mercado em detrimento dos interesses das regiões ou nações onde são definidas as orientações para a efetivação das Políticas Públicas.

Para entendermos melhor o assalto que assola a Amazônia nas últimas décadas, com a benevolência do Estado brasileiro, se faz necessário compreendermos as raízes deste movimento, que se dá de forma homogênea, por todos os países capitalistas do pós-guerra, através daquilo que já mencionamos anteriormente, com a ajuda de Leal (2010) chamada de “Nova Divisão Internacional do Trabalho”, que busca reordenar a economia planetária segundo as necessidades da produção capitalista. É após a segunda Guerra Mundial que os saques às riquezas naturais da Amazônia se dão em escalas inimagináveis para as populações locais. Estes saques são impulsionados pela necessidade de recuperação da economia capitalista que foi destroçada pelo conflito estabelecido com a própria guerra. O surgimento da Guerra Fria, a mundialização da sociedade de consumo de massa, os avanços observados nas nações que experimentavam o socialismo, o caráter hegemônico da economia norte-americana, estes e outros fatos se faziam necessários para uma nova orientação mundial, em que os países eram obrigatoriamente convocados a participarem, integrando à economia mundial capitalista, países até então agrários, como o caso do Brasil. Este convite propunha alcançar estágios avançados de desenvolvimento, mas para isto seria necessário modernizá-los, exigindo-se apenas que permanecessem fiéis a Ordem Mundial Capitalista.

Estas posturas evidenciavam que se fazia necessário estabelecer relações que permitissem a continuidade da expansão econômica assumida pelos Estados Unidos, já que, após a destruição dos países europeus que estavam em guerra, seria importante reorganizar internacionalmente o capitalismo. Era necessária uma postura forte que alcançasse a todos. Estas decisões dependiam da disposição daqueles que detinham o poder econômico de fazer propostas claras que envolvessem outros países. Portanto, se fazia necessário “ajudar” as nações com problemas econômicos. Com isto, poderia estar sendo garantida a continuidade da expansão econômica conduzida pelos Estados Unidos. Neste momento em que os Estados

Unidos, que tinham obtido as vantagens econômicas com o fim da guerra, passaram a ser vistos como exemplo de desenvolvimento e prosperidade, coube, portanto, a ele, a tarefa de “patrocinador” das condições necessárias para o desenvolvimento das economias destruídas na guerra ou aqueles, que mesmo guardando em seus solos grandes riquezas naturais, tinham uma estrutura com bases agrárias. Para separar estas nações surge o conceito de países “desenvolvidos” e de países que viviam as condições de “subdesenvolvimento”. Assim, a “ajuda” era uma forma de apoio para o crescimento e progresso daqueles países classificados como subdesenvolvidos. Os Estados Unidos como o grande interessado no controle econômico e político dos países subdesenvolvidos anunciam a 20 de janeiro de 1949, na posse do presidente Truman, a “era do desenvolvimento”. Com isto dois bilhões de pessoas passaram a condição de subdesenvolvidas (ESTEVA, 2000).

Conforme Esteva (2000) na concepção norte americana, o subdesenvolvimento era um fato concreto e estava “fora”, ou seja, uns eram desenvolvidos, e outros, subdesenvolvidos. Sendo assim, seria necessário encontrar as causas materiais e históricas que causavam aquele problema. Desta forma, a solução apresentada buscava convencer os países “subdesenvolvidos” da necessidade de se adequarem às propostas oferecidas para alcançarem o desenvolvimento. Uma proposta que permitiam criar a expectativa de garantir a igualdade entre as nações, já que se pretendia retirar as mesmas de suas condições inferiores.

La doctrina Truman inició una nueva era en la comprensión y el manejo de los asuntos mundiales, en particular de aquellos que se referían a los países económicamente menos avanzados. El propósito era bastante ambicioso: crear las condiciones necesarias para reproducir en todo el mundo los rasgos característicos de las sociedades avanzadas de la época: altos niveles de industrialización y urbanización, tecnificación de la agricultura, rápido crecimiento de la producción material y los niveles de vida, y adopción generalizada de la educación y los valores culturales modernos. En concepto de Truman, el capital, la ciencia y la tecnología eran los principales componentes que harían posible tal revolución masiva. Solo así el sueño americano de paz y abundancia podría extenderse a todos los pueblos del planeta (ESCOBAR, 2007, p.20)¹⁴.

Contudo, estes povos não poderiam seguir sozinhos o “sonho americano”, pois não teriam as condições necessárias para sair de suas condições de sociedades atrasadas. Assim, se fazia necessário definir e estabelecer as regras para que o desenvolvimento chegasse até os países não desenvolvidos. Portanto, os países considerados necessitados de ajuda deveriam

¹⁴ A doutrina de Truman iniciou uma nova era na compreensão e manejo dos assuntos mundiais, particularmente aqueles que se referiam aos países economicamente menos avançados. O objetivo era bastante ambicioso: criar as condições necessárias para reproduzir em todo o mundo as características das sociedades avançadas da época: altos níveis de industrialização e urbanização, tecnificação da agricultura, rápido crescimento da produção de materiais e padrões de vida. e adoção generalizada de educação e valores culturais modernos. No conceito de Truman, capital, ciência e tecnologia eram os principais componentes que possibilitariam uma revolução tão massiva. Só então o sonho americano de paz e abundância poderia ser estendido a todos os povos do planeta.

entender que a ajuda não seria mais aquela “ajuda da esfera da salvação da alma proposto pela igreja”, agora os interesses da necessidade burguesa eram o objetivo da ajuda. Isto sempre conduzida com suas formas burocráticas de organização assumidas pelos Estados. Assim, a nova proposta de ajuda ofertada só poderia ser concedida à medida que se adequasse ao novo processo de modernização (SACHS, 2000).

A mobilização promovida para ampliarem os interesses internacionais capitalistas encabeçados pelos Estados Unidos evidenciava na ideia do novo, portanto, ensejavam a ajuda como meio de romper com o passado. Um processo de modernização padronizada em que os países subdesenvolvidos buscassem chegar às condições e igualar-se aos países desenvolvidos. No conceito de desenvolvimento inclui um grande entusiasmo pelo projeto de padronizar. Para “desenvolver” requer homogeneizar tudo o que parece atrasado. Portanto, não é permitido resistir à modernização, mesmo que isto signifique um longo caminho (SACHS, 2000).

Diniz (2009, p. 230) afirma que há uma “generalização das políticas regionais nos países centrais que foi assimilada pelos países periféricos”. Foi por isto, que na América Latina, muitos governos criaram programas específicos de desenvolvimento regional. Na verdade o convite ao desenvolvimento não significava aceitar ou não aceitar o convite, mas uma regra imposta a todos os países dependentes do governo norteamericano. Foi por isto que as ditaduras militares estabelecida em países como Chile, Argentina e Brasil, foram necessárias para que o projeto e as novas regras previstas na Divisão Internacional do Trabalho fossem garantidas. É neste sentido que, desde a ditadura militar e até os atuais, governos do Brasil têm seguido esta regra do mercado. Assim, as políticas implementadas tendem a satisfação capitalista e, no nosso caso específico entregando as riquezas naturais, principalmente aquelas abundantes na Amazônia.

Fica evidente que é o Estado quem deve ser responsável para assegurar as condições de dominação. Por isto mesmo suas ações, são definidas através de suas políticas públicas que se tornam os instrumentos de desenvolvimento territorial, seja ele para atender demandas dos espaços periféricos ou de baixo grau de desenvolvimento social, não buscam fazer isto a não ser pelas necessidades do mercado. Por isso mesmo, as políticas públicas de desenvolvimento regional, elaboradas para a Amazônia, por exemplo, em vez de melhorar as condições sociais, econômicas e ambientais, agem muito contrariamente, piorando as condições de vida, principalmente das populações nativas. Muito pelo contrário, alguns setores, como do

agronegócio, ampliam o latifúndio ocupando as terras públicas e das comunidades nativas, principalmente na Amazônia, provocando um grande número de expulsão e violência no campo, não só pelas vantagens oferecidas para as atividades do agronegócio, mas principalmente pela concentração fundiária de terras públicas. São, portanto, estes grupos de empresários os beneficiários das políticas de desenvolvimento regional. Na maioria dos casos as empresas que se beneficiam destas vantagens migram de outras regiões expulsando o camponês para os bolsões de miséria das periferias urbanas.

Estas ações são observadas de modo muito nítidas nas práticas do Estado exatamente nos anos que se seguem à Ditadura Militar como um novo momento de colonização da Amazônia com a onda impulsionadora do agronegócio. Podemos dizer que isto se dá nos dois níveis, na pessoa jurídico-política dos Estados federados e na pessoa jurídico-política do Estado brasileiro, dentro da lógica do sistema capitalista, regulando as políticas públicas para legitimar e garantir o direito do empresariado contra os direitos do povo. No caso da Amazônia, privilegia o interesse do empresariado do agronegócio, em contraposição aos direitos das populações nativas, que em caráter imemorial, ocupam os espaços pretendidos pelo capital, algumas delas descendentes diretas do dono original da terra, o índio. Nesta direção o Estado se encarrega de garantir todos os tipos de infraestrutura que permitam o avanço das atividades capitalistas. Se necessário for, se encarrega de fazer ou até mesmo desfazer normas jurídicas para ampliar a ação das atividades exigidas pelo mercado. Com isto o Estado atua não só legitimando, mas legalizando os interesses do mercado.

Com as ordens estabelecidas para os países subdesenvolvidos com o pós-Segunda Guerra Mundial, elevou-se o Estado a um papel de destaque a ser desempenhado como ator social que viabilizaria os elementos fundamentais para a organização social, política e econômica destes países buscando alcançar os níveis exigidos de desenvolvimento. Era indispensável que houvesse uma série de intervenções econômicas tendo à frente um Estado ativo que garantiria a construção dos mecanismos modernos importantes que permitissem obter economias modernas de mercado, alcançando com isto rapidamente seu crescimento industrial. Sobre isto, Evans, (Apud LIMA e SIMÕES 2009) diz:

[...] que a natureza do papel do Estado era considerada essencial para o desenvolvimento econômico, pois sua efetividade seria um pré-requisito para a formação das relações de mercado e para as operações das grandes empresas capitalistas, que dependem da disponibilidade de um tipo de ordem que somente um Estado burocrático moderno pode oferecer (EVANS apud LIMA E SIMÕES, 2009, p. 26).

Os mesmos autores acrescentam que no caso brasileiro o estado providenciou as ações fundamentais nos processos de desenvolvimento econômico. A grande maioria das atividades desenvolvidas, principalmente no período que vai de 1950 a 1980, tiveram como principal impulsionador o Estado. Este período ficou conhecido como o período de industrialização da economia nacional. O que o Estado buscava com a intervenção era sair da condição de nação agroexportadora para a condição de economia industrializada (LIMA e SIMÕES, 2009, p. 28).

Com suas próprias palavras Lima e Simões (2009) destacam quatro formas em que o Estado brasileiro atuou:

i. o estado como principal condutor do crescimento: as metas do programa de industrialização tornaram-se o principal objetivo das políticas econômicas nacionais (cambial, tarifária e creditícia); ii) o estado como regulador/mediador das relações entre as classes operária e patronal e dos conflitos intra-capitalistas: criação de instituições para diminuir o conflito mercantil de tais relações e impor soluções que permitissem o bom andamento do processo de industrialização; iii) o estado como produtor: grande parte dos serviços públicos, relativos inclusive às atividades de infra-estrutura – rodovias, transporte marítimo, abastecimento de água, eletricidade, comunicações –, foi estatizada ou já nasceu sob a forma estatal, bem como atividades voltadas para a produção de bens intermediários, como petróleo, siderurgia, mineração e química; e iv) o estado como financiador do desenvolvimento: ampliação de seu papel de captador de recursos e de seu direcionamento para os setores de interesse. Percentual significativo da poupança nacional era administrada pelo sistema público de crédito, que controlava sua aplicação e assim conduzia a evolução da industrialização brasileira (LIMA e SIMÕES, 2009, p. 28).

Considerando todos os elementos estabelecidos pela nova ordem mundial capitalista com a Divisão Internacional do Trabalho definidos após a Segunda Guerra Mundial com o discurso de levar o desenvolvimento aos países do terceiro mundo, mostrou ser a única possibilidade de tirar estas nações subdesenvolvidas das suas condições de atrasadas. Tais orientações foram assumidas plenamente pelos governos brasileiros, por exemplo, que para garantir suas ações programam as políticas públicas sempre na perspectiva de atendimento aos interesses do mercado. Tais políticas assumem a condição de se tornarem os instrumentos para a modernização das atividades produtivas no campo e na cidade. O Brasil então assumiu o compromisso de desenvolver através dos diversos planos econômicos tecnologias capitalistas modernas. Neste sentido, analisaremos alguns programas de desenvolvimentos, tendo maior atenção para aquelas destinadas à Amazônia, que se desenvolveram desde o governo militar até os anos bem recentes. Faremos um olhar nestes programas buscando evidenciar seu caráter modernizador, para identificarmos sua estratégia conservadora. Não é nosso objetivo discutir a fundo os processos de elaboração e execução dos programas, mas

destacar alguns dos principais objetivos destes programas e a efetivação de políticas públicas que foram desenvolvidas com o objetivo de alcançar um nível de desenvolvimento desejado.

Iniciaremos nossas observações com os programas do governo militar. Mas vale considerarmos aqui, o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek, que antecedeu os planos elaborados pelos militares. O Plano de Metas continha em suas diversas metas uma divisão que se distribuía em seis grupos, que eram: a matriz energética, transportes, alimentação, desenvolvimento da indústria de base, educação e aquela que mais marcou seu governo, que foi a construção de Brasília. Com este Plano o governo de JK pretendia iniciar um processo de modernização no país numa parceria que envolvia o Estado e setor privado nacional e internacional. A principal meta do Plano era a de promover a industrialização do país, com crescente participação do Estado, das empresas nacionais e internacionais e do capital estrangeiro, que passou a exercer uma posição privilegiada, somada às novas estratégias das empresas transnacionais em relação aos países periféricos para a reprodução ampliada de seu capital. Em suas próprias palavras Rodrigues (2015), diz que:

Parece-nos, diante disso que, apesar da denominação na literatura econômica de período desenvolvimentista, o PM [Plano de Metas] atende aos interesses dos grupos monopolistas transnacionais que promovem investimentos industriais nos países periféricos, dentro de uma nova configuração do capitalismo a partir dos anos 1950 que vai, de acordo com Anibal Pinto (BUENO, 1981), agravar a heterogeneidade estrutural dos países da América Latina. Esse modelo recente (anos 50) de industrialização promove o aumento da dívida externa, a diminuição do poder de decisão interna por parte do Estado e a estrangeirização do parque industrial liderado pelo setor de bens de consumo duráveis, através dos automóveis. Não é coincidência que no período a malha rodoviária aumenta em 20.000 km, enquanto a ferroviária aumenta menos que 900 Km (RODRIGUES, 2015, p. 07-08).

A década de 1960 começou com um Brasil bastante diferente daquele que havia sido em 1950. O processo de urbanização andava a passos largos. A industrialização estava em marcha acelerada, estimulada pelo “Plano de Metas” realizado pelo Governo JK, o qual teve resultados expressivos nesse quesito. O PIB também mostrava bons sinais, puxado, principalmente pelos bons resultados da indústria, o que é bem expresso no comentário de Fausto, 2002 (Apud ASSUNÇÃO 2010, p. 3), a respeito: Os resultados do Programa de Metas foram impressionantes, sobretudo no setor industrial. Entre 1955 e 1961, o valor da produção industrial, descontada a inflação, cresceu em 80% com altas porcentagens nas indústrias do aço (100%), mecânicas (125%), de eletricidade e comunicações (380%) e de material de transporte (600%). De 1957 a 1961, o PIB cresceu a uma taxa anual de 7%, correspondendo a uma taxa per capita de quase 4%. Se considerarmos toda a década de 1950, o crescimento do PIB brasileiro *per capita* foi aproximadamente três vezes maior do que o do resto da América

Latina. A boa situação econômica, entretanto, trazia consigo também certos problemas, sobretudo nas áreas do comércio exterior e das finanças do Governo. Os gastos incorridos para a realização do Plano de Metas e das grandes obras associadas a ele, tais qual a construção de Brasília e a deterioração dos termos de troca da moeda brasileira, geraram um grande deficit financeiro. O deficit cresceu de 1% do PIB em 1954 e 1955 para 2% em 1956 e 4% em 1957. A inflação também se acelerou, chegando a 39,5% em 1959 2 (ASSUNÇÃO, 1960, p. 3).

4.1 OS PROGRAMAS DOS GOVERNOS MILITARES

4.1.1 Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG)

Com o Golpe de 64 os militares criaram de 1964 a 1968 o PAEG – Programa de Ação Econômico do Governo. Segundo Abreu (1989, p. 213-231) este programa atendia aos anseios do mercado e tinha como principal objetivo acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico. O Programa propunha uma política estabelecida nas orientações norte-americanas de recuperação da economia capitalista. Neste sentido, as Políticas implementadas no Programa propunham dinamizar e incentivar a exportação, definindo sua opção pela internacionalização da economia, abrindo-a ao capital estrangeiro, estabelecendo uma relação com os centros financeiros internacionais, o que demonstrou claramente seu alinhamento com o sistema norte americano da Aliança para o Progresso.

A Aliança para o Progresso surgiu no contexto da Guerra Fria, período em que a ameaça comunista colocava em xeque o chamado “terceiro mundo”, em especial a América Latina, isto conduziu os Estados Unidos a uma mudança paradigmática na política externa para a América Latina; uma política de “generosidade” econômica e estratégica [...]. Assim, Kennedy, como nenhum outro Presidente americano, imputou grande valor às relações intercontinentais e ainda que retificadas com nuances mais conservadoras por Johnson, um grande montante de ajuda financeira e técnica para a América Latina estendeu-se até 1969. O programa de ajuda externo norte-americano orientado para a América Latina lançado nos anos 60 durante a gestão de J. F. Kennedy (1961-63) se constituía de um plano de cooperação decenal, com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico, social e político (MATOS, 2008, p. 359–367).

Segundo Assunção (2010) o Programa de Ação Econômica do Governo aconteceu como uma necessidade imediata para os militares, logo que tomaram o poder com o Golpe de 1964. A instabilidade econômica e política exigia uma ação rápida do Governo Militar, que no mesmo ano do golpe lança o PAEG, que pretendia restaurar e estabilizar a macroeconomia do país, buscando retomar toda a trajetória de crescimento desejado pela sociedade. Os efeitos do Programa tiveram grande importância sejam eles para a estabilização econômica e para o próprio crescimento que foi identificado nos anos que se seguiram, a qual muitos chamaram

de período do “Milagre”. Por outro lado, os críticos alegaram que o programa trouxe ações para favorecer e beneficiar determinados setores da sociedade sustentados, o que ampliou antigos problemas econômicos e sociais no Brasil.

A incoerência no resultado deste programa para a sociedade brasileira demonstra claramente que o interesse dos militares não era resolver os problemas sociais, mas regular a economia em favor dos interesses do capital internacional ampliando as exportações e ampliando a entrada de capital internacional que convergiam para a política de Aliança para o Progresso.

As reformas financeiras e a estabilidade proporcionaram ao país, nos anos seguintes, o que veio a ser conhecido como “milagre econômico”. Com isso o Brasil voltou a crescer a números nunca vistos antes. A crítica se faz não ao desempenho absoluto do plano, mas ao que ele proporcionou para a maior parte da população, e nas palavras do próprio ministro da economia Delfin Neto “**É necessário fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo**”, mas os benefícios econômicos não atingiram a parte pobre da população, que sofreu com o achatamento dos salários e com a perda de direitos políticos e civis. Cabe destacar que até hoje esse bolo ainda não foi dividido (KERECKI e SANTOS, 2018, p. 185).

Não seria possível alcançar os interesses da população, pois o governo tentava ampliar apenas o “bolo” econômico, exigido pelo mercado e, esta exigência, levava à maior exploração tanto da natureza como da sociedade brasileira. Sem dúvida estabelecer um número positivo de crescimento era uma forma de demonstrar que avanços econômicos estavam dando certo e que se vislumbravam maiores perspectivas de crescimento que preparava o Brasil para um novo momento de desenvolvimento proposto.

4.1.2 O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)

Durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici entre os anos de 1968 a 1974 foi posto em prática, em 1970, o I Plano Nacional de Desenvolvimento. Como todos os planos nacionais dos governos militares o objetivo era o de colocar o Brasil entre as nações desenvolvidas pela via da industrialização. Para isto, se fazia necessário fortalecer a estrutura empresarial, o governo chegou até a criar um Programa específico para a promoção de Grandes Empreendimentos Nacionais e convocou o empresariado brasileiro a participar de setores estratégicos do desenvolvimento. Todos estes esforços se faziam patrocinado com recursos públicos destinados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e outros órgãos financiadores criados pelo Estado para este fim. Aqui como em outros Programas de desenvolvimento realizados a partir da Divisão Internacional do Trabalho do Pós-Segunda Guerra sempre encontraram no Estado o

instrumento fundamental para a efetivação do interesse do capitalismo. No documento feito por Juscelino Kubistchek em 1955, chamado “Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento” é retratada de forma clara a necessidade da presença do Estado, no que ele mesmo chamou de “batalha do desenvolvimento econômico de países retardatários na senda do progresso”.

Este papel que o Estado assume tem a função de dar às garantias para que as iniciativa privada tenham toda as condições de implementar suas atividades alcançando seus interesses particulares, recebendo do Estado todo o suporte, seja ele estrutural ou financeiro para que sejam realizados. Em suas próprias palavras Juscelino Kubistchek enunciou as diretrizes do seu programa:

Para esse fim, o programa de governo que me proponho a realizar, prevê, inicialmente, a adoção de um «Plano Nacional de Desenvolvimento», no qual se determinam os objetivos e as condições necessárias para que a iniciativa privada nacional, com o auxílio do capital estrangeiro e a eficaz assistência do Estado, possa realizar a grande tarefa de nosso desenvolvimento e emancipação. Como se verá, não se trata de um plano global e rígido de economia nacional, mas de uma programação metódica de medidas governamentais, de objetivos e metas para a iniciativa privada. Nele a posição que se atribui ao Estado será predominantemente de um manipulador de incentivos e não de um controlador de decisões; será de um investidor pioneiro e supletivo, em vez de um Leviathan absorvente. Antes de apresentar as linhas mestras desse Plano, julgo importante repetir alguns conceitos básicos (KUBITSCHKEK, 1955, p. 15).

Várias foram às consequências da inclusão do Brasil para os ditames definidos com a nova Divisão Internacional do Trabalho, que tinha como um dos princípios a industrialização. Pode-se tomar como exemplo a infraestrutura definida para a ligação terrestre entre a Amazônia com o Centro Sul, que permitiu uma das maiores corridas e apossamentos de terras ao longo das rodovias por empresários oportunistas da região do centro e do sul do Brasil. Neste sentido, as medidas institucionais implementadas pela mentalidade política dos militares coincidiam, propositalmente, com as aspirações burguesas do empresariado brasileiro. Por isto mesmo, que boa parte das reformulações nas leis, feitas pelos governos militares, garantiram e facilitaram a livre apropriação e exploração privada de territórios e riquezas naturais, que na sua maior parte existiam na Amazônia algumas decisões efetivadas pelos militares através das políticas, dentre elas podemos aqui citar: a Reforma do Estatuto Agrário, que ao final se tornou o Estatuto da Terra, a Reforma do Código Brasileiro de Mineração e os Incentivos Fiscais, permitiram uma farra na expropriação e apossamento

violento de terras ampliando a concentração das terras e ao mesmo tempo abrindo o acesso aos recursos naturais pelos grandes grupos ou corporações do Capital.

O I PND era todo carregado do discurso desenvolvimentista, nele se buscava caracterizar o modelo brasileiro de desenvolvimento, bastando que para isto o Estado passasse a moldar as instituições constituídas para transformar o Brasil em uma nação desenvolvida. Ao analisarmos a Lei N° 5. 727 de 4 de novembro de 1971, que dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974, podemos perceber como a lei está carregada do discurso de modernização e a corrida para alcançar o desenvolvimento proposto pelos países desenvolvidos. Na página 14 do texto publicado desta lei se diz que:

A modernização implica, notadamente, mudança de concepção no governo, na empresa privada e nos demais agentes econômicos, e não somente saltos quantitativos. Mediante esse processo, a comunidade brasileira constituirá forma de organização social dotada de alta criatividade e capacidade de realização, atenta ao mesmo tempo, às oportunidades de desenvolvimento em todos os campos e à necessidade de consolidar um modelo de competição e integração (BRASIL, I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), 1970, 1972/74, p. 14).

A lei aponta que para alcançar o desenvolvimento brasileiro se fazia necessário implementar um modelo econômico de Mercado, em que o Estado diminuísse seu papel de controlador, permitindo que as decisões econômicas e a expansão da renda estabelecessem a formação continuada do mercado de consumo. Segundo os elaboradores deste Plano, este modelo deveria, ainda assim, garantir uma aliança entre o governo e o setor privado, assim como entre a União e os Estados federativos. Com esta estratégia, as empresas nacionais privadas estariam mais fortalecidas para desenvolver suas atividades produtivas. Esta aliança deixa as empresas nacionais com maiores condições de competição com as empresa internacionais que chegavam ao Brasil (BRASIL, I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), 1970, 1972/74, p. 17).

O Plano tinha como pretensão global, desenvolver o crescimento produtivo combinado com a expansão do mercado. Esta visão de expansão se baseava na perspectiva de avanço para o norte e o nordeste, buscando integrar aos projetos econômicos do mercado regiões mais distantes, mas com grande potencial de mão-de-obra e de recursos naturais. Sobre isto o documento fala que:

A estratégia de desenvolvimento procurará realizar ao máximo o potencial de crescimento representado pelos fatores básicos de que dispõe o País, em três principais aspectos: 1) expandindo a fronteira econômica, para tirar partido da nossa dimensão continental; 2) aproveitando ao máximo os recursos humanos,

particularmente pela sua melhor qualificação; 3) consolidando a experiência havida com o desenvolvimento do núcleo básico do Centro-Sul e com a industrialização do Nordeste, reveladora da nossa capacidade de criar a base de mercado interno para a expansão da economia.

A estratégia de desenvolvimento mobiliza o País para fortalecer a competição nacional, dotando os principais setores de estruturas novas e mais eficientes, compatíveis com a moderna tecnologia industrial. Por outras palavras, realiza a **integração nacional**, não permitindo ficarem à margem do processo de desenvolvimento regiões como o Nordeste e a Amazônia.

Os setores diretamente produtivos – Indústria e Agricultura – acionam o processo desenvolvimentista, aumentando os investimentos, a produção e o emprego comunicando igual impulso à infra-estrutura econômica e social (BRASIL, I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), 1970, 1972/74, p. 19).

Para garantir que as empresas nacionais pudessem ter um poder de competição o Estado teria que fazer um investimento pesado. Este investimento coincidia com o desejo dos grupos capitalistas nacionais, que viam nesta proposta do Estado uma possibilidade real de ampliarem suas atividades econômicas. O Programa, portanto, permitia as empresas privadas nacionais que ampliassem seu capital de giro, para evitar endividamento, inviabilizando de continuar suas atividades produtivas de forma mais duradoura, por outro lado, estas empresas careciam de tecnologias modernas para competi-la com as empresa estrangeiras, assim, o Programa buscava garantir uma atualização tecnológica as empresas brasileiras, já que as demandas do mercado exigiam que as novas áreas a serem expandidas estivessem relacionadas com a indústria da exploração mineral, que exigia um elevado grau de tecnologia e investimento. Como diz a lei que criou o I PND: “Essa nova linha de atuação permitirá ao Brasil penetrar em importantes setores, com eficiência e em escala adequada, evitando a estatização ou a desnacionalização”.

A modernização das empresas nacionais era uma estratégia fundamental que o I PND buscava implementar para dar maior poder de competitividade às empresas nacionais. O próprio BNDE era responsável por este suporte. Foi efetivado por este mesmo banco o Programa de Promoção de Grandes Empreendimentos Nacionais, que permitia execução das obras ou as parcerias das empresas nacionais com empresa estrangeiras. A quarta estratégia elaborada para garantir maior poder de competitividade das empresas nacionais foi a “Política de modernização da empresa nacional”, que compreenderia:

- 1) Incentivos fiscais do imposto de renda à fusão e à incorporação de empresas, [...]
- 2) Modernização e reorganização industrial – pelo fundo específico, no BNDE, [...]
- 3) Modernização e reorganização do Comércio, [...]
- 4) Criação de estrutura mais eficientes para comercializar e distribuir produtos agrícolas, [...]

- 5) Desenvolvimento da empresa agrícola, para criar agricultura organizada à base de métodos modernos de produção e comercialização (BRASIL, I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), 1970, 1972/74, p. 20-22).

O Plano elaborado pelos militares buscava criar um mercado interno que pudesse garantir o consumo e com capacidade de demandar mercadoria e manter o crescimento acelerado. Esta estratégia estava baseada nas dimensões geográficas com a perspectiva de ligar as regiões do Sul e do Norte. Com isto, possibilitava uma descentralização econômica o que possibilitava uma dinâmica de integração agrícola-industrial-mineral. Esta estratégia que buscava criar uma dinâmica de desenvolvimento regional, se efetiva com a Política de Integração Nacional. Esta integração se amplia e:

Além da integração de sentido Norte-Sul, entre áreas menos desenvolvidas e mais desenvolvidas, realizar-se-á a integração do sentido Leste-Oeste, principalmente para permitir a associação destes fatores, relativamente abundantes nas duas áreas: no Nordeste, mão-de-obra não qualificada, e na Amazônia-Planalto Central, terra e outros recursos naturais. Isso implica reorientação dos fluxos migratórios, a fim de evitar que se dirijam para os núcleos urbanos do Centro-Sul (BRASIL, I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), 1970, 1972/74, p. 25).

As Políticas Públicas desenvolvidas no I PND objetivavam atender interesses do mercado e encontrou como resposta uma estratégia de desenvolvimento regional. Dois Programas ficaram bem conhecidos: o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), que complementam a estratégia de desenvolvimento em direção ao norte/nordeste. O governo então se empenhava para viabilizar o crescimento da economia regional e para isto, foram definidas as seguintes áreas:

I – No fortalecimento do processo de industrialização já iniciado, com o apoio [...] dos incentivos fiscais. [...]

II – Na transformação da economia rural, pela aceleração do crescimento agrícola, para sustentar o processo industrial, e transformar em economia de mercado a agricultura de subsistência na região, notadamente na faixa semi-árida. [...]

III – Na integração do Nordeste com a Amazônia e o Planalto Central, estabelecendo o sistema de vasos comunicantes que permitirá a reorientação dos fluxos de excedentes de mão-de-obra do Nordeste, com seu encaminhamento para aquelas regiões, em programa definidos, com recursos já existentes, e lhes assegurando níveis de produtividade satisfatória. [...] (BRASIL, I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), 1970, 1972/74, p. 28).

O desejo do capitalismo do pós-segunda Guerra era de buscar nos lugares mais longínquos a matéria prima necessária para atender o mercado, mas para isto se fazia necessário garantir o domínio dos espaços geográficos onde estas riquezas estavam localizadas. As ideias socialistas que estavam sendo experimentadas no mundo e na própria

América Latina ameaçava o controle político em países. Neste sentido foram dados todos os apoios às ditaduras militares em países como, Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia e Brasil. Esta vigilância sobre a América Latina estabelecia também as regras de funcionamento das políticas a serem implementadas sempre no sentido restrito de atendimento ao interesse dos países que controlam o mercado capitalista. Neste sentido, o I PND segue a cartilha da Aliança para o Progresso, instituído por Washington e lideranças daqueles mesmos países da América Latina, que estavam carregados de discursos que pregavam a melhoria dos índices econômicos, mas que ao mesmo tempo freava o crescimento das opções socialista.

O Brasil, país de grandes dimensões geográficas, exigia uma postura mais enérgica para estabelecer sua presença física e ao mesmo tempo estruturada nas regiões mais distantes do grande centro político-econômico. A construção da capital na região central e o Plano de Integração Nacional fazem parte desta estratégia. Diz o documento do I Plano Nacional de Desenvolvimento/PND (1970, p. 29):

A estratégia para a Amazônia, que é a de integrar para desenvolver, assentará em duas linhas mestras, complementares e interdependentes:

I – Integração física, econômica e cultural na comunidade brasileira: de um lado, com o Nordeste, no sentido Leste-Oeste, e, de outro, com o Planalto Central e, através deste, com o Centro-Sul, no sentido Norte-Sul.

II – Ocupação econômica e desenvolvimento, para tirar proveito da expansão da fronteira econômica para absorver excedentes populacionais de outras áreas e elevar o nível de renda e bem-estar da região.

A integração se realizará, principalmente: - com a construção da Transamazônica, da Cuiabá-Santarém e de outras rodovias de articulação com as demais regiões – com uma rede de aeroportos de função estratégica, notadamente p aeroporto de Manaus; - com medidas para integrar bacias fluviais da região com bacias do Centro-Sul; - com a instalação, já quase ultimada, de dois sistemas de telecomunicações entre a Amazônia e o resto do País: - com a cobertura da Amazônia por meio da radiodifusão; - e, ainda, com nova infra-estrutura das Forças Armadas na região (BRASIL, 1970, p. 29).

A estratégia do controle pela presença física e com a infraestrutura mínima para o acesso, tanto para o controle como para o acesso aos recursos naturais, vinham acompanhados da introdução de políticas que buscavam criar estruturas que permitissem maior modernidade para aqueles que queriam investir na Amazônia, por exemplo. Na infraestrutura se buscava modernizar portos, rodovias, energia, saúde e educação. Assim, para estes objetivos serem alcançado diz o próprio texto do I Plano Nacional de Desenvolvimento/PND (1970, p. 29):

A ocupação econômica e o processo de crescimento serão efetivados mediante: 1) Base de ocupação por meio de: expansão do contingente populacional da região [...]; construção de infra-estrutura econômica interna da região, rede rodoviária básica; reaparelhamento dos portos de Belém, Manaus e Santarém [...]; desenvolvimento da navegação fluvial; programa de energia; criação de um suporte de Educação, Saúde

e assistência que viabilize radicar as populações; Programa RADAM (Radar para a Amazônia)[...].

Ainda na lógica das estratégias internas o I PND criou o PROTERRA que seguia a linha de ocupação da Amazônia. Neste Programa o Estado propunha “apoiar” pequenos produtores que não tinham terra ou que possuíam pequenas quantidades de terras, os minifúndios. Na contra mão instalou projetos agrícolas incentivando o empresariado vindo do sul e sudeste para expandir suas empresas no Norte e Nordeste. Isto também era entendido como políticas para modernizar o setor agrícola.

Entretanto os militares avaliavam estabelecer estratégias externas para garantir os objetivos do seu Plano Nacional de Desenvolvimento. Estas estratégias se baseavam nas regras da Nova Divisão Internacional do Trabalho e os incentivos propostos pelos EUA para apoiar o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos à época. Para os militares não poderiam ser desperdiçadas às propostas externas. Estas eram vistas pelos militares como “oportunidades oferecidas pelo intercâmbio internacional”. “Aproveitar” os recursos disponibilizados pelos países desenvolvidos possibilitaria implementar o processo de modernização do País, além de “aproveitar” as experiências dos países desenvolvidos para reproduzir n o Brasil. Neste sentido o I PND:

Reafirma o Brasil, na sua estratégia econômica externa, a sua solidariedade com as nações em desenvolvimento, mantendo-se fiel ao conjunto de instituições do sistema interamericano, no empenho de acelerar o progresso da América Latina. Tudo será feito, por conseguinte, para consolidar os órgãos econômico-financeiros criados para aquele fim, tais como a CECLA, o BID, a ALALC e a CECON.

O Brasil continuará a crescer, tirando melhor proveito da sua dimensão continental, em consonância com sua tradição de expandir-se dentro das suas próprias fronteiras. Procurará, por outro lado, instituir novos processos para intensificar a cooperação comercial, financeira, técnica e cultural com todos aos países amigos da América Latina (BRASIL, 1970, p. 33 e 34).

4.1.3 O II Plano Nacional de Desenvolvimento

Criado durante o quarto governo militar foi proposto para o quinquênio 1975-1979 e tinha como meta ajustar a economia brasileira à situação da escassez do petróleo e ao novo estágio de “evolução” industrial do país, buscando consolidar suas pretensões de sociedade industrial moderna. Ampliava-se o desenvolvimento da política de integração nacional com os recursos para o Nordeste e maior ocupação produtiva da Amazônia. Para isto, surgiram os programas de Polos agropecuários e agrominerais da Amazônia. O II PND previa ainda a integração do Brasil ao mercado mundial, principalmente com produtos manufaturados e os produtos primários.

O Programa Polo Amazônia, que envolviam as atividades agropecuárias e agrominerais não alcançou seu objetivo de “concentração descentraliza” de desenvolvimento. Muito pelo contrário o Programa provocou um aumento das diferenças do desenvolvimento seja ela, inter-regional e intraregional. Provocou maior dependência, daqueles que estavam produzindo nas regiões periféricas, do setor privado internacional e das elites regionais nacionais através dos incentivos fiscais. Uma Modernização Conservadora “de cima”, segundo Kohlhepp (2002), pois os governos militares faziam uso dos incentivos fiscais para incorporar o setor privado às elites regionais, o que manteria uma aparência democrática de modo a não colocar em perigo créditos internacional.

O II PND já demonstrava em seu texto a preocupação com os problemas provocados com as decisões tomadas atrás, pois mesmo com certo avanço econômico do governo do general anterior que ocupava o cargo de presidente, ficavam cada vez mais evidentes os problemas sociais no Brasil. A dependência financeira internacional e a crise do petróleo levava o Brasil cada vez mais para o endividamento. No Capítulo 1, da parte 1, da Lei n.º 6.151, de 4 de dezembro de 1974, que institui o II PND diz que:

O que a Revolução [governo militar] mostrou, essencialmente, foi que problemas como esses podem ser resolvidos, com planejamento e capacidade executiva, prevalecendo, sobre quaisquer outros critérios, o interesse nacional. E mais: que podem ser resolvidos sem descontinuação do crescimento acelerado.

Por isso mesmo, em todos esses setores, grande progresso já se realizou. É inegável, embora, que, principalmente aqueles contrastes e distorções cuja correção depende de modernização de estruturas institucionais, no Governo e na sociedade, levam mais tempo do que a nossa consciência social admite. Mas isso não constitui razão para que não se exija uma ação mais produtiva em tais campos (BRASIL, 1974, p. 24).

Em outra passagem do texto da Lei fica evidente a decisão de que com toda a crise e os resultados sociais desfavoráveis os militares insistiam no PND condicionado aos interesses internacionais, ampliando a dependência econômica mesmo com os riscos percebidos. Diz o texto que:

A principal preocupação é adaptar-se, do ponto de vista de estrutura econômica, de forma segura e rápida, às necessidades da situação criada. Isso deverá viabilizar que, com um esquema financeiro externo cuidadoso e inteligente, seja possível preservar o desenvolvimento acelerado.

Tal ajustamento econômico impõe como já se está fazendo, a eliminação de subsídios ao uso de petróleo e de outros insumos dependentes, substancialmente, de importações. Impõe, igualmente, a mudança de ênfase relativa entre setores econômicos, e dentro da indústria, para reduzir importações ou aumentar exportações. Essas mudanças de ênfase vêm sendo realizadas com determinação e cautela, sem provocar choques, por isso que se efetivam através de alterações nos incentivos financeiros e fiscais.

Os resultados das modificações podem levar, em certos casos, de dois a três anos para manifestar-se, mas todos os ajustamentos, de objetivos e de instrumentos, já foram feitos ou deverão sê-lo em breve (BRASIL, 1974, p. 27).

Neste Plano buscava-se na Agricultura e na Pecuária uma estratégia que desempenhasse um novo papel de desenvolvimento. Foram direcionadas políticas através dos bancos oficiais para identificarem oportunidades de projetos industriais no Nordeste e na Amazônia, sempre na lógica de ampliar a produção envolvendo a integração da Indústria e Agricultura e entre a Indústria e Mineração. Aqui se observa também uma tendência e incentivo à expansão dos produtos de origem animal, qual foram criados programas especiais para a carne, suinocultura, avicultura e pesca. Estas ideias expansionistas dos governos militares abria caminho para o avanço agropecuário, já que a abundância de terra, que eram relativamente férteis, estava à disposição, e com a criação do sistema viário facilitava o deslocamento deste setor para o Centro-Oeste e para a Amazônia.

A estratégia agropecuária está orientada no sentido de criar as facilidades e dotar o setor de instrumentos para o pleno aproveitamento de seu potencial produtivo; ampliar o estoque de recursos produtivos pela atração de poupanças (internas e externas) e capacidade empresarial para as atividades diretamente ligadas à produção; estimular a participação mais intensa do setor privado para as funções de serviços de apoio à produção, circulação e transformação dos produtos agropecuários; dinamizar o processo de criação, importação, adaptação e difusão de tecnologia às peculiaridades regionais (BRASIL, 1974, p. 42).

O governo tinha carência de resolver os problemas com as regularizações oficiais das terras tanto no Centro-Sul como na Amazônia, pois com as facilidades para ocupação de terras, as disputas também aumentaram. Para isto o governo tinha interesse em resolver o assunto da regularização fundiária, pois com estas definições seria possível identificar as áreas que ainda estavam disponíveis para a expansão agropecuária e a colonização. O INCRA procurou resolver este problema buscando atender às demandas diretamente em cada região. As primeiras regularizações foram aquelas às margens das rodovias federais na Amazônia e nas áreas de maiores tensões buscava-se uma “melhor” distribuição das terras. Picolli (2006), diz que todo o processo de colonização da Amazônia foi o mesmo em todos os Estados. Que tais processos se deram durante a ditadura com uma distribuição tanto pelo governo, como pelas empresas de especulação imobiliária.

Percebe-se que no processo de ocupação da Amazônia as facilidades propositais do governo permitiram inúmeras irregularidades de ocupações, sem contar os processos de ocupação violenta com expulsão das populações originárias. Nos Programas de Desenvolvimento dos governos militares observa-se uma política específica para a

colonização, mas eram grupos imobiliários que faziam os procedimentos de execução destas políticas. Vejamos o que diz Picolli, 2006 sobre:

Os projetos de colonização promovidos por empresas particulares foram em número superior a 50, sendo que, nestes, se fixaram a maior parte dos migrantes, que ganharam vastas áreas de terras e em poucos anos foram criadas vários novos municípios em cada projeto. Exemplo neste sentido é o caso da Colonizadora Sinop S.A, que deu origem aos municípios de Sinop, Vera, Claudia, Santa Carmem, União do Sul e Feliz Natal (PICOLLI, 2006, p.57).

Ainda na estratégia de integração nacional a lógica permeava um fluxo de fatores de produção para as demandas de segmentos da indústria das regiões mais próximas como o nordeste, mas também no sentido das macrorregiões, que poderiam estabelecer um fluxo de mercadorias e um fluxo de capital e tecnologia do Centro-Sul para outras áreas. Evidentemente que tais políticas de desenvolvimento regional ampliavam e incentivavam os processos de colonização e ocupação para dentro da Amazônia. Assim, com os incentivos governamentais, estruturas ofertadas pelo Estado e pagamentos simbólicos e as conhecidas grilagens, os processos de colonizações tiveram as empresas capitalistas como principais responsáveis pelas escolhas e definições das áreas ocupadas. Entre elas a Sociedade Imobiliária do Nordeste do Paraná – Sinop S.A, que como dito pelo próprio Picolli (2006) originou várias cidades.

Podemos ainda destacar neste trabalho as principais obras do II Plano de Nacional Desenvolvimento, que caracterizam bem os objetivos do governo em garantir e ampliar a questão energética, efetivar o acesso ao setor minerário na Amazônia, o incentivo a agroindústria e desenvolver o setor de comunicação como estratégia de modernização:

- 1 – Usina Hidrelétrica de Itaipú em 1975;
- 2 – Angra 1 em 1975;
- 3 – Usina Hidrelétrica de Tucuruí em 1976;
- 4 – PróAlcool em 1975;
- 5 – Telebrás em 1972;
- 6 – Complexo Carajás em 1979.

5 OS GOVERNOS CIVIS RECENTES

5.1 O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (FHC)

Após o período militar de 21 anos tivemos a promulgação de uma nova Constituição entre governos civis eleitos indiretamente, e uma eleição popular que - para fugir do impeachment - o eleito renunciou. Em 1994, foi eleito Fernando Henrique Cardoso, um político que se auto considerava um social democrata, mas suas ações evidenciavam um governo neoliberal, que depois de conseguir maioria dos votos de parlamentares aprovou uma Emenda Constitucional permitindo a reeleição para presidente, foi reeleito e governou o Brasil de janeiro de 1995 a dezembro de 2002. Em seu governo conseguiu quebrar o monopólio estatal nas áreas de comunicação e petróleo, assim como conseguiu eliminar as restrições ao capital estrangeiro. Isto permitiu ao governo fazer uma ampla política de privatizações de empresas estatais, entre elas tivemos as dos setores de telefonia e na extração e comercialização de minérios.

Com discurso modernizador o governo de FHC cuidou da elaboração de políticas estruturais mais consistentes para o funcionamento e organização do Estado brasileiro. Para isto, inúmeras reformas foram feitas. Como observamos nos Planos Nacionais de Desenvolvimento da ditadura militar o objetivo pelo desenvolvimento continua o mesmo no governo de FHC. Em seu Plano as reformas propostas tinham sempre como argumento a necessidade de fomentar a modernização das estruturas do Estado para se alcançar o desenvolvimento econômico e para isto se fazia necessário integrar este desenvolvimento ao mercado. Tais posturas levaram a críticas de setores de esquerda que acusavam estas políticas de atender o interesse capitalista, ou seja, políticas “neoliberais”, já que as defendiam o interesse do capital estrangeiro, pois transferia o patrimônio público para a iniciativa privada. Além disto, em seu governo evidenciava a lógica de retirar os direitos propondo reformas para diminuição dos direitos de trabalhadores e trabalhadoras, além de executar políticas econômicas que traziam prejuízos às camadas mais pobres dos brasileiros. Por outro lado, os defensores do governo, e ele próprio, defendiam que no governo FHC foram efetivadas várias políticas sociais que buscassem transferir melhores condições para aquelas populações mais carentes, e dão como exemplo, o bolsa-escola, o vale-gás e o bolsa-alimentação.

Peço permissão para me limitar a dois documentos de autoria do próprio Fernando Henrique Cardoso que tratam das suas propostas, principalmente para o segundo mandato, que são: *Mãos à Obra, Brasil* e *o Avanço, Brasil: Nos dois textos FHC invoca os primeiros*

resultados do Plano Real como mecanismos de retomada do crescimento. Considera que a inflação deixada por governos anteriores trouxe inúmeros prejuízos à população local e afastou investidores estrangeiros, fazendo com que o Brasil tivesse dificuldades para sair desta crise, ms foi com o governo de Itamar Franco que foi possível dar este passo, e era necessário enfrentar o desafio de organizar um projeto de desenvolvimento que criasse as condições de melhoria de vida para o conjunto da sociedade (CARDOSO, 2008, p.02 e 03)

Os dois Programas executados pelo governo FHC foram os Programas “Brasil em Ação” e “Avança Brasil”. O primeiro objetivava estabelecer as orientações para o período de 1996 a 1999 e o segundo para o período de 2000 até 2007. Nos dois casos várias pesquisas foram realizadas com o objetivo de compreender a necessidade brasileira de desenvolvimento e elaboração de projetos técnicos e de investimentos financeiros que pudessem em períodos curtos, médios e de longo prazo alcançar os objetivos modernizadores do governo. Estes programas desejavam alcançar as antigas metas nacionais de integração das regiões, efetivando ou dando continuidade às obras de corredores estratégicos para o desenvolvimento.

No documento “Mãos a obra”, o governo propõe em médio prazo apoiar a consolidação, expansão e modernização da agricultura e do parque industrial brasileiro, setores nos quais tem se baseado o desenvolvimento recente do país. Seria dada atenção muito especial às pequenas e médias empresas, responsáveis por parcela importante do emprego e da produção industrial. No documento FHC dizia que o Brasil poderia e deveria aproveitar muito mais intensamente seus recursos naturais para gerar empregos e divisas, sem abrir mão dos cuidados com o meio ambiente e a preservação da biodiversidade. Um dos potenciais geradores de empregos era o turismo, em especial nas regiões Norte e Nordeste, lugares ainda com baixa dinâmica turística, mesmo que isto viesse a acontecer em etapas considerando que não seria fácil desenvolver isto rapidamente (CARDOSO, 2008, p.5).

Gostaria aqui de trazer um elemento que nos Planos do governo FHC são bem recorrentes que é o termo “sustentabilidade”. Já na década de 70, mas principalmente na década de 90 o mundo passa a se questionar sobre os efeitos da exploração dos recursos naturais finitos de forma descontrolada. Conferências internacionais como a de Estocolmo em 1972 e a do Rio de Janeiro em 1992, somadas as outras inúmeras reuniões realizadas em várias partes do mundo, buscavam tratar deste tema. No caso brasileiro, as diversas políticas de desenvolvimento avançavam para uma região mais estratégica para o capital, devido seu potencial natural de matéria prima. Toda infraestrutura visava dar acesso à exploração destes

recursos sem o devido controle. O processo frenético de destruição da floresta chama a atenção do mundo, mas não para frear o acesso às riquezas naturais, mas sim, garantir que tais riquezas não fossem destruídas pelos capitalistas arcaicos que derrubavam a floresta para plantar capim para gado. Em outras palavras seria “matar a galinha dos ovos de ouro”.

Com estas discussões são elaborados vários relatórios entre eles o Relatório de Brundtland que identifica no Estado um ator importantíssimo para controlar através das políticas públicas processos econômicos e sociais em longo prazo, mas o mesmo documento afirma que o Estado não pode excluir através do poder burocrático a participação da sociedade (BRITO, 2001, p. 157). Diante disto, no período que se estende pela década de 90, vários programas e projetos voltados para a conservação da floresta passaram a ser desenvolvidos no Brasil, sejam eles em parceria direta com o Estado ou com organizações não governamentais. Assim, os Programas governamentais buscavam seguir as orientações internacionais numa tentativa de ampliar ou modernizar os sistemas de infra-estrutura usando para tal o discurso da sustentabilidade, “desenvolvimento sustentável”.

Como consequência da preocupação internacional com a destruição das florestas tropicais, criou-se o Programa Piloto Internacional para Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG-7), por iniciativa alemã, na reunião de cúpula dos países do G-7 em Houston, em julho de 1990 (Kohlhepp, 1995). A proposta do G-7 de apoiar financeiramente a reorganização dos modelos de desenvolvimento regional para a Amazônia foi aceita pelas autoridades brasileiras. O PPG-7 foi aprovado às vésperas da cúpula da UNCED, no Rio de Janeiro, em 1992 (ECO 92). Os países do G-7 reafirmaram seu compromisso de apoio financeiro, com doações de cerca de US\$ 290 milhões e assistência técnica. O Banco Mundial foi encarregado de coordenar o programa e criou-se um Rain Forest Trust Fund de US\$ 60 milhões, sob a administração do referido banco.

O PPG-7 é um empreendimento conjunto do governo do Brasil, da sociedade civil brasileira, do Banco Mundial e dos países do G-7. O programa consiste em um conjunto de projetos que devem contribuir para o uso sustentável dos recursos naturais e para uma substancial redução da taxa de desflorestamento. O objetivo geral é “maximizar os benefícios ambientais das florestas de uma maneira que seja consistente com os objetivos de crescimento do Brasil” (Banco Mundial, 1994) (KOHLHEPP, 2002, p. 37-61).

Portanto, se observarmos os documentos que apresentam o Plano de governo FHC para o seu segundo mandato vamos identificar uma preocupação recorrente em trazer o termo sustentável em vários momentos. Compromete seu governo em encontrar formas próprias para garantir os mecanismos de desenvolvimento, mas dentro de um modelo “ambientalmente sustentável”, tendo sempre como norte a preocupação com a ecologia “presentes em todas as decisões” (CARDOSO, 2008).

A necessidade de estar contida a expressão “desenvolvimento sustentável” não inibe que nos mesmos documentos haja a proposição de geração de riquezas a partir das mesmas riquezas naturais encontradas em nossa floresta tropical. Uma contradição, já que não é possível produzir riqueza sem intervir diretamente na natureza e o desejo da produção sustentável não cabe dentro da lógica capitalista de acumulação progressiva de capital, qual exige cada vez mais produção de mercadorias. Isso evidencia que a introdução do discurso ambientalista, propondo mecanismos inovadores e modernos que contenham uma perspectiva de uso adequado dos recursos naturais, na verdade apenas ampliam e conservam o modo de acesso e acumulação da riqueza existente. No documento apresentado por FHC como proposta para sua reeleição “Avança Brasil”, no item “agenda Ambiental: Desenvolvimento Sustentável” explica que:

A incorporação da dimensão ambiental ao desenvolvimento econômico vai muito além da recuperação ou preservação dos recursos naturais. Degradação do meio ambiente implica não apenas escassez de recursos antes tidos como inesgotáveis, mas também aumento dos gastos públicos e dos custos das empresas e, notoriamente, piora da qualidade de vida da população. Por fim, áreas degradadas expulsam empresas e empregos. O Brasil detém a maior diversidade biológica do planeta, quarenta por cento das florestas tropicais e vinte por cento da água doce. Além disso, aproximadamente 45% do PIB e 31 % das exportações estão associados diretamente à nossa base de recursos naturais. À medida que avança o conhecimento sobre o patrimônio natural brasileiro, consolida-se o reconhecimento de que o país pode e deve se valer dessa inegável vantagem comparativa. Isso significa gerir e usar adequadamente os recursos naturais como parte essencial do processo de geração de riquezas (CARDOSO, 2008, p. 61).

O programa Avança Brasil proposto por FHC buscava concretizar uma gestão que propusesse facilitar aos brasileiros melhores serviços da gestão pública. Assim foi proposto pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ações dentro do “Programa de Modernização do Poder Executivo Federal”, que se propunha a modernizar a gestão de órgãos e entidades da administração pública. Este Programa de Modernização nada mais foi que a transferência de serviços públicos para o setor privado e para isto teve apoio financeiro do Banco de Desenvolvimento (BID) através de convênio feito com Secretaria de Gestão (Seges). Este Programa de Modernização buscava definir modelos e ferramentas que possibilitasse a gestão com maior agilidade no cumprimento de suas competências. Alguns órgãos ligados ao Ministério da Cultura, Meio Ambiente, Justiça e Defesa passariam a ser administrado pelo setor privado, através de contratos. A modernização neste sentido, não significa aumentar a capacidade e mecanismos para melhorar o atendimento ao cidadão, mas, dividir, ou mesmo, transferir ao setor privado o gerenciamento de determinadas estruturas do Estado brasileiro. O Site do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão foi

publicada uma notícia no dia 06/11/2001 com a gerente do Programa Gestão Pública Empreendedora, Maria Marlene Almeida, que trata deste tema e afirma que:

Várias instituições vinculadas ao Governo Federal estão passando por essa modernização, como o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), do Ministério da Justiça; o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (INPA), e o Laboratório Nacional de Astrofísica, do Ministério de Ciência e Tecnologia; a BioAmazônia, do Ministério do Meio Ambiente, entre outras.

Essa modernização não está ocorrendo apenas no Executivo Federal. Os Estados de São Paulo e Bahia, por exemplo, criaram leis estaduais que permitem parcerias entre os setores público e privado nas áreas de saúde, educação e cultura, melhorando o desempenho de hospitais, escolas e outros órgãos (BRASIL, 2001)¹⁵.

No plano do governo FHC era proposto em médio prazo, fortalecer e consolidar a expansão e a modernização da agricultura e do parque industrial brasileiro, já que estes eram os setores nos quais se baseava o desenvolvimento recente do país. Portanto se fazia necessário dar uma especial atenção às pequenas e médias empresas, entendidas como responsáveis por parcela importante do emprego e da produção industrial. Entretanto, no documento fica claro que o Brasil poderia e deveria aproveitar muito mais intensamente seus recursos naturais para gerar empregos e divisas, mas tudo isso sem abrir mão dos cuidados com o meio ambiente e a preservação da biodiversidade. Outro olhar que o programa faz para o norte e nordeste é sobre o potencial turístico existente nestas regiões, contudo, nada de especial foi pensado neste sentido.

A expansão da agricultura, a exploração dos recursos naturais e do turismo demandam investimentos na recuperação e na ampliação da infra-estrutura de energia, transporte, comunicação e saneamento. O discurso presente nesse programa de apoio a estes setores da economia indicam a ampliação de empregos em curto prazo. Isto é uma verdade, já que em construções de grandes projetos como construções de hidrelétricas é natural a migração de milhares de pessoas para trabalhar temporariamente nas empresas terceirizadas, que ganham as licitações. Contudo, fica evidente que o maior interesse do Estado está em atender às demandas do capital internacional pelas condições mais favoráveis de acesso aos recursos naturais disponíveis através da infraestrutura. O aumento da produção de grãos, em especial a soja, tem demandado maiores facilidades para um transporte com menor custo. Assim, várias rotas e sistemas de escoamento são exigidos pelo setor do agronegócio. Por isto temos

¹⁵ Avança Brasil - Programa de Modernização dá agilidade a órgãos do Governo. Publicado: 06/11/2001 16h57, Última modificação: 01/03/2016 20h24. Brasília, 06/11/2001
<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planejamento-e-investimentos/noticias/avanca-brasil-programa-de-modernizacao-da>

projetos de barragens de rios para as hidrelétricas, mas também para a criação de hidrovias, como o caso do Tapajós/Teles Pires.

O principal objetivo do planejamento infra-estrutural nesse grupo de projetos é possibilitar o transporte da produção agrícola, por meio da conexão dos sistemas de transporte fluviais e rodoviários. A via navegável do rio Madeira, capaz de operar com chatas o ano inteiro, foi melhorada com custos muito baixos e está ganhando importância no transporte, principalmente de soja, por chatas de reboque de até 6 mil toneladas, que descem o rio até Itacoatiara, a leste de Manaus. Esse novo terminal no rio Amazonas possibilita o transporte de soja para o mercado europeu por cargueiros de até 80 mil toneladas brutas, reduzindo consideravelmente o tempo e os custos de transporte em relação aos portos graneleiros de Paranaguá e Santos, distantes até 2 mil quilômetros por rodovia (KOHLHEPP, 2002, p. 37-61).

Em todo o Programa de governo de FHC existe à preocupação em demonstrar textualmente a busca pelo desenvolvimento a partir de uma modernização necessária da infraestrutura para as melhorias das condições econômicas do país. O uso frequente do termo modernização fica evidente, não é possível saber se pela ausência de outros termos, ou se como estratégia de se aproximar das exigências internacionais. Contudo, no documento proposto à sociedade para sua reeleição estimular aos seus eleitores o “novo” ou ao “moderno” como forma de melhorar os processos produtivos, mas não só produtivo, mas também da modernização dos serviços oferecidos pelo Estado. Contudo, os processos apresentados de desenvolvimento ou de modernização encontravam sempre no setor privado a fórmula para o novo, ou seja, a transferência dos serviços públicos, seja com as privatizações de setores estratégicos para o capital ou com a terceirização de serviços básicos a sociedade brasileira. Uma modernização que em medida alguma provocasse qualquer ameaça às antigas práticas econômicas do modo de produção capitalista.

Conservar o acúmulo dos capitalistas é uma garantia, do discurso desenvolvimentista e modernizador trazido pelo governo FHC. A recorrência a estes termos chega a ser incômoda aos leitores de sua proposta o Programa “Avança Brasil” e o documento “Mãos à Obra, Brasil”. Neste último, documento a palavra desenvolvimento aparece 147 vezes e modernização ou moderno 36 vezes. No caso do “Avança Brasil” estes termos modernização ou moderno aparecem 88 vezes e o termo desenvolvimento 267 vezes. Uma evidência clara da necessidade de propagar estes termos a seus eleitores. Entretanto, o resultado de seu governo pode ser lembrado muito mais pela transferência de empresas estatais ao setor privado, que por suas perspectivas de desenvolvimento social, muito propagado. Contudo, se faz necessário reconhecer seu empenho e, em muitos casos, lograr mecanismos de modernização exigidos pelo mercado. Principalmente com a ampliação de investimento e

financiamentos no setor agrícola para aquisição de equipamentos modernos de produção e escoamento dos produtos agrícolas.

5.2 O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO DO GOVERNO LULA

O PT vence as eleições de 2002 e Lula depois de três pleitos finalmente torna-se presidente do Brasil. Lula Governa o Brasil de 2003 a 2010. No final de seu governo consegue eleger sua substituta do partido, Dilma Rousseff. Assim, o PT ficou no poder por 14 anos. Durante esse período o governo foi marcado pelos casos de corrupção, prisão de membros do governo, impeachment no meio do segundo mandato da então presidente Dilma Rousseff, mas também tem o reconhecimento de suas políticas que obtiveram sucesso, com os diversos programas sociais. Foi também no governo do PT que foi observado, entre 2003 a 2006, a diminuição da taxa de desemprego e um aumento de pessoas com carteira assinada. O próprio salário mínimo teve um aumento de 155%. Mas o governo não deixou de atender todas as exigências do mercado internacional e para isto não só dedicou setores estratégicos do governo a pessoas aliadas de bancos e outros setores econômicos, assim como, dedicou a maior fatia do orçamento de seu governo à grandes obras para a ampliação do acesso do capital as riquezas naturais, seguindo as práticas dos governos que aqui já tratamos.

Em seu primeiro pronunciamento como presidente eleito do Brasil, feito no dia 28 de outubro de 2002, Lula iniciou sua fala da seguinte forma: “ontem o Brasil votou em mudar, sendo que nossa vitória significou a escolha de um projeto alternativo e o início de um novo ciclo histórico para o país. A maioria da sociedade brasileira votou pela adoção de outro modelo econômico e social, capaz de assegurar a retomada do crescimento econômico, do desenvolvimento com geração de emprego e distribuição de renda” (MATTEI e MAGALHÃES, 2002, p.1).

O discurso, ainda emocionado pela vitória eleitoral decidida apenas no segundo turno indicava a preocupação em resolver problemas econômicos e sociais deixados pelo governo anterior. Chegando a levar interpretações de um modelo econômico bem diferente que foram os governos anteriores. Mas isto não seria possível, já que meses antes das eleições o então candidato elaborou um documento dirigido aos eleitores, chamada de “Carta ao Povo Brasileiro”, que entre palavras de mudanças e acordos, tranquilizava o mercado assumindo respeito a tudo que tinha sido acordado. Em uma passagem em que fala do seu futuro governo sua carta diz:

[...] O **novo modelo** não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança

pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

Premissa dessa transição será naturalmente o **respeito aos contratos e obrigações do país**. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.

À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existe, **o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia** e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores.

Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições. [...] (TRIBUNA DE DEBATES DO PT, 2018, grifo nosso).¹⁶

Esta mesma postura foi apresentada por Lula no dia 10 de dezembro de 2002, no Clube de Imprensa dos EUA (Washington). Ali o então presidente eleito reafirmava o propósito de seu governo em fazer os ajustes necessários e respeitar os acordos existentes internacionalmente, garantindo ainda, a todos os interessados, um país seguro para investimentos. Estes aspectos são evidentes durante o primeiro mandato de seu governo, apesar de que não se trata de uma simples continuação da política anterior, mas a manutenção dos acordos já existentes para evitar uma pressão do mercado. Isto não impediu que Lula buscasse criar medidas importantes para a contenção da inflação, retomada do emprego e criação de programas sociais importantes aos mais pobres (MATTEI e MAGALHÃES, 2002, p. 3).

Para um partido que governou por doze anos o Brasil, não é possível neste trabalho discutirmos todas as políticas efetivadas, nem é nosso objetivo, mas buscaremos trazer para nossa análise algumas das políticas públicas implementadas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Identificar como tais políticas estabelecem uma harmonia com os propósitos da modernização conservadora, em que os resultados de tais políticas, apesar de parecerem inovadores e de maior apoio às camadas mais pobres da população, na verdade, ampliava um conjunto maior de consumidores, ao mesmo tempo em que garantia a apropriação das riquezas naturais, a concentração fundiária, incentivos ao grande capital nacional. No fundo, o PAC foi um grande incentivo ao mercado, um programa desenvolvimentista, que em nenhum momento buscou romper com os desejos neoliberais de outrora.

¹⁶ Tribuna de Debates do PT <http://www.pt.org.br/ha-16-anos-lula-lancava-a-carta-ao-povo-brasileiro/>

O PAC, assim como outros programas e outras políticas públicas, não se materializa em ações deslocadas; envolve diversos atores e setores da sociedade e o impacto da sua execução não é pontual, ou seja, não se limita às pretensões anunciadas pelo governo. A execução do programa ocorre na disputa de recursos do fundo público, por meio de desonerações tributárias e de priorização de ações orçamentárias em detrimento de outras. Isto tudo, em um contexto de crise do capitalismo, marcado por décadas de política neoliberal e de predomínio do capitalismo financeiro, que tem como uma de suas consequências a prioridade do pagamento de juros e amortização da dívida nos orçamentos públicos (RODRIGUES e SALVADOR, 2011, p. 132).

O PAC é nitidamente uma ação do Estado tomando as rédeas da economia, um Estado que assume de forma firme a retomada do desenvolvimento. São suas ações que podem garantir a recuperação da economia. Para isto, os diversos setores e instancias dos Estados são convocados a assumirem esta postura. No texto do documento “Programa de Aceleração do Crescimento – 2007 – 2010”, o presidente, então candidato à reeleição, faz uma convocação a todos para acelerar o crescimento desejado, Assim diz o texto:

A minha intenção é estimular todos os setores do país a participarem deste esforço de aceleração do crescimento, pois uma tarefa dessas não pode ser uma atitude isolada de um governo – mas de toda a sociedade. Um governo pode tomar a iniciativa, pode criar os meios, mas para que qualquer projeto amplo tenha sucesso é preciso o engajamento de todos (BRASIL, 2007, p. 2).

O discurso convocatório demonstra claramente o compromisso do governo em colocar todos os setores a serviço do desenvolvimento. O Estado assumindo o principal papel para execução de meios que garantissem maior dinamismo ao capital, permitindo amplo processo de acesso aos recursos naturais e expansão das atividades que garantissem as estruturas necessárias exigidas pelo mercado. O empenho ou como diz o texto “o engajamento de todos” seria necessário para que o Estado, como um todo, pudesse assumir o mesmo compromisso, já que o desenvolvimento entendido pelo mercado se dá à medida que se ampliam as condições de produção de mais mercadorias. Neste sentido, as atividades se desenvolvem em várias formas e etapas, o uso da força de trabalho, ampliando o número de empregos se dá através da construção de grandes obras, como hidrelétricas, transposições, mineração, estradas, portos e outras que, conseguem criar grandes concentrações de trabalhadores que vêm de todas as partes em busca de empregos. Mas estas atividades ao final apenas ampliam e garantem as condições de apropriação das riquezas naturais ou maior acesso às terras para os monocultivos, por exemplo. Neste caso, a modernização está em criar uma infraestrutura mais dinâmica e eficiente de exploração e movimentação das riquezas, diminuindo tempo e custo aos capitalistas que desenvolve as atividades em todo o país. Neste sentido, que o discurso do governo fala da necessidade dos governos nas unidades federativas se comprometer em desenvolver, nos seus estados, políticas que se integrem a este projeto nacional.

Ao mesmo tempo o empenho do governo através do seu Plano de Crescimento Econômico, PAC, se dá nas estratégias de apoio ao setor produtivo sem deixar de lado os benefícios sociais. Aqui podemos observar que são nestes setores que há maior dedicação do governo para a modernização, isto pode ser observado nos investimentos no setor da indústria de base, assim como para o agronegócio. Talvez seja no agronegócio que se possa evidenciar melhor o modelo da modernização conservadora, pois se tomarmos este setor como exemplo, pode-se observar que foi onde foram feitos os maiores investimentos para desenvolver a produtividade, principalmente dos monocultivos que além de se ampliarem para dentro do bioma amazônico, tornou-se muito mais moderno a partir dos equipamentos e métodos de produção que ampliaram o resultado produtivo daqueles que passaram a ocupar as terras com tal objetivo. Por outro lado, todo este viés modernizante, conserva uma das mais antigas práticas do setor agrário, que é a concentração fundiária.

Animado com resultados positivos dos primeiros anos de seu governo, Lula aposta todas suas fichas no PAC, destinando grandes somas em recursos para desenvolver tal Plano, que é anunciado inicialmente com um montante de R\$ 503,9 bilhões, mas que depois ultrapassam os 600 bilhões para garantir as principais obras de infraestruturas prometidas. Assim, anunciava Lula em seu documento sobre o PAC:

O PAC vai aplicar em quatro anos, um total de investimentos em infra-estrutura da ordem de R\$ 503,9 bilhões, nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos. Este valor está dividido em R\$ 67,8 bilhões do orçamento do governo central e R\$ 436, bilhões provenientes das estatais federais e do setor privado. O conjunto de investimentos está organizado da seguinte forma: logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias); energia (geração e transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural e combustíveis renováveis); e infra-estrutura social e urbana (saneamento, habitação, transporte urbano, Luz para Todos e recursos hídricos). O PAC é o maior programa estratégico de investimentos do Brasil nas últimas quatro décadas (BRASIL, 2007, p. 3).

Sem dúvida a aposta do governo Lula no PAC tinha como objetivo ser um elemento importante para sua reeleição. Nele buscava atender os interesses do setor produtivo e, ao mesmo tempo, garantir a sociedade civil como um todo meios de acesso a direitos sociais. Um desafio, mas que foi favorecido pelos ganhos obtidos nos primeiros anos de seu mandato. Observa-se que o interesse do governo buscava dar maior benefício aos setores da sociedade das regiões mais pobres, pois apesar do volume dedicado a esta tarefa não ser de grande volume, podemos ver que foram um dos mais volumosos se comparados com outros governos. Contudo, da mesma forma se observa um investimento pesado na garantia da infraestrutura, com a promessa desenvolvimentista do governo Lula.

O programa é o mais referenciado no segundo mandato do governo Lula, com a promessa de estimular os setores produtivos e, ao mesmo tempo, levar benefícios sociais para todas as regiões do país (BNDES, 2008). O PAC, além de prever obras de infraestrutura, também propõe medidas de caráter econômico que visam manter a estabilidade econômica e o cumprimento dos acordos internacionais assinados ainda na década anterior (RODRIGUES e SALVADOR, 2011, p. 129-156).

As Políticas Públicas concretizadas pelo PAC seguem todos os moldes das políticas de desenvolvimento dos governos anteriores, contudo o PAC demonstra de forma mais clara a estratégia da modernização conservadora à medida que não apenas investe na modernização da infraestrutura, mas permite maior acesso das regiões mais pobres aos mercados. Para entendermos melhor isto vamos apresentar algumas políticas pensadas pelo governo Lula para desenvolver o seu Programa. Com a lógica capitalista de desenvolvimento o governo brasileiro tem sido fiel nesta perspectiva de atender as demandas dos grupos que controlam o mercado. Sempre são definidos como necessidades fundamentais ampliar o acesso às riquezas naturais, por isto o investimento à infraestrutura está sempre presente e sempre com os maiores volumes de dinheiro. Este investimento tem além do dinheiro público, muito investimento privado que tem orientado a execução das obras exigidas para o desenvolvimento.

O PAC buscou romper com a prática das ideias neoliberais, pelos quais se acredita que o próprio mercado pode regular as condições econômicas. Com esse Programa o governo levava o Estado a reassumir sua função de controlador e criador de políticas que poderiam dar as melhores condições para que o mercado voltasse a ser beneficiado, buscando garantir mecanismos que atingissem todas as regiões, principalmente aquelas que o mercado considera menos desenvolvido economicamente. O Estado assume um papel controlador da economia brasileira elaborando as políticas que incluam de forma direcionada todas as regiões, acreditando que o caráter liberalizante provoca exclusão de algumas regiões em detrimento de outras que se destacam melhor economicamente. Neste sentido que o PAC passa a ser uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional (ARAUJO, 1999, p. 144-161).

O investimento em infraestruturas para regiões mais afastadas do centro econômico brasileiro ocorrem devido à presença das riquezas naturais ali existentes, como o caso da presença mineral, na região norte e nordeste, por exemplo, ou ainda, pela presença de grandes cursos de água que permitem maior produção de energia, ou ainda a extensão dos territórios regionais para a produção de monocultivos. Somam-se a isto as vantagens econômicas para o escoamento de toda a produção destas matérias primas para o mercado internacional. Neste

sentido, as políticas de desenvolvimento para as regiões norte e nordeste desde a ditadura militar seguem preocupadas em atender aos mesmos interesses capitalistas.

Com a execução do PAC o governo traz o discurso de um desenvolvimento que tenta ao garantir os interesses capitalistas em explorar as riquezas, também possa levar ganhos sociais às populações destas regiões. O resultado pode ter alcançado alguns ganhos sociais, contudo, tais ganhos não refletem uma oposição ao modelo de economia sempre desenvolvido no Brasil, muito pelo contrário, tais políticas sociais, que permitiram pelo menos aparentemente maiores benefícios sociais, convergem perfeitamente com os desejos do grande capital internacional. Isto ocorre, pois os investimentos das políticas públicas voltadas para o atendimento de necessidades da população garantem ao mesmo tempo a ampliação do desenvolvimento do capital, seja com o maior poder aquisitivo da população, da capacitação da força de trabalho, ou estimulando o desenvolvimento das atividades produtivas das populações locais integradas ao mercado.

Na página 15 e 16 do documento apresentado por Lula sobre o PAC ele define a importância dos investimentos em infraestrutura e sua relação com os benefícios sociais propostos para todos:

A expansão do investimento em infra-estrutura é condição fundamental para a aceleração do desenvolvimento sustentável no Brasil. Dessa forma, o país poderá superar os gargalos da economia e estimular o aumento da produtividade e a diminuição das desigualdades regionais e sociais.

Mais que um plano de expansão do investimento, o PAC quer introduzir um novo conceito de investimento em infra-estrutura no Brasil. Um conceito que faz das obras de infra-estrutura um instrumento de universalização dos benefícios econômicos e sociais para todas as regiões do país, para que elas sejam capazes de trazer riqueza a todos e não apenas lucro para poucos.

O PAC vai estimular, prioritariamente, a eficiência produtiva dos principais setores da economia, impulsionar a modernização tecnológica, acelerar áreas já em expansão e ativar áreas deprimidas, aumentar a competitividade e integrar o Brasil com o Brasil, com seus vizinhos e com o mundo. Seu objetivo é romper barreiras e superar limites.

Um programa dessa magnitude só é possível por meio de parcerias entre o setor público e o investidor privado, somadas a uma articulação constante entre os entes federativos. O esforço concentrado pelo desenvolvimento será feito em três eixos decisivos: Infra-Estrutura Logística, envolvendo a construção e ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias; Infra-estrutura Energética, correspondendo a geração e transmissão de energia elétrica; produção, exploração e transporte de petróleo; gás natural e combustíveis renováveis; e Infra-estrutura Social Urbana, englobando saneamento, a universalização do programa Luz Para Todos, habitação, metrô, trens urbanos e infra-estrutura hídrica (BRASIL, 2007, p. 15).

5.2.1 O PAC e a IIRSA

Na lógica capitalista se faz necessário que naqueles países onde a presença de matéria prima é abundante seja obrigatório criar as condições para a apropriação deles. Se esta riqueza estiver em uma determinada região onde há vários países, mais importante ainda, se faz necessário determinar os mecanismos para o controle de tais matérias primas. O controle destas riquezas naturais pode ser garantido com o uso da força, através das guerras ou controlando os representantes de governos dos países possuidores dos tais riquezas, para que eles possam garantir as condições mais favoráveis para a entrega das matérias primas estratégicas para o mercado. Neste caso, são frequentes a existências de programas exógenos a serem desenvolvidos pelos países controlados. Para aqueles que obedecerem as regras são garantidas as vantagens dentro do sistema, mas aos insatisfeitos com as regras passam a sofrer com as punições dura do capital.

O melhor caminho para facilitar o acesso às riquezas naturais é interligar essas áreas a grandes centros ou para áreas de fácil escoamento. Portanto, integrar é uma palavra chave dentro deste contexto. É por isto que desde os militares, mas bem antes deles também, que o termo integração faz parte de seus Planos de desenvolvimento. Nesse sentido, o PAC segue a mesma regra. Seu desenvolvimento está assentado na lógica da IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana) e por sua vez a IIRSA está conectada com o que foi o Projeto dos Grandes Lagos Amazônicos da década de 1960, que tinham e têm os mesmos interesses que o PAC em atender às necessidades e controle das matérias primas comandadas pelos EUA sempre que o capitalismo entra em crise.

Com o apoio informal do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Aliança Para o Progresso, tendo como respaldo o controle político da sociedade brasileira pela força militar, e levando em conta a liderança delegada do Brasil na América do Sul, o referido instituto apresentou um plano “de desenvolvimento” para a Amazônia, que depois ficou conhecido como o projeto do Grande Lago Amazônico. Ao contrário do que até hoje se pensa, o projeto não se constituía de um lago só. Era um esquema integrado, que consistia em barrar inteiramente a rede hidrográfica do Amazonas, e interligá-la com a do Orinoco e a do Paraguai. O plano previa a construção de oito grandes lagos, sendo o maior de todos o que deveria ser formado pelo barramento do Amazonas à altura de Monte Alegre. Deveria criar outro canal do Panamá na fronteira entre o Panamá e a Colômbia (o chamado Projeto Chocó), navegável por navios de até 100.000 toneladas, um lago que substituiria o Casiquiare, entre o Orinoco e o Negro (o Pimichín), um lago que levaria o acesso livre do Amazonas até as encostas andinas pelo Rio Caquetá (o La Araracuara), um lago em Pucallpa, no Peru, pelo barramento do Ucayali, a ligação das bacias do Ucayali e do Madre de Dios, no leste boliviano, pela formação de um lago sobre o Urubamba e o Istmo de Fitzcarrald, e um lago sobre o Guaporé, interligando as bacias do Amazonas e do Paraguai. E, por fim, o maior de todos: um verdadeiro mar interior, formado pelo barramento em Monte Alegre. Centrando as alegações sobre os benefícios do projeto, os técnicos do Instituto exaltavam os grandes

avanços que êle traria à Amazônia: eletrificação acessa a “novas” terras, o surgimento da pesca como atividade industrial, navegação muito mais fácil, exploração de madeiras, e o surrado chavão do *land and resource development*, que, como todo chavão norteamericano, discursa que o que é coisa útil para os americanos, deve ser útil para todos. Em síntese, os argumentos dessa tentativa incorporavam muita coisa da cantilena ideológica que justificaria, logo depois, tudo o que os militares acabaram por impor à Região, na desordem da ocupação que comandaram (LEAL, 2006, p. 20).

Nos anos 90, com governos marcados por posturas liberais iniciaram as discussões para uma aliança entre países da América do sul de desenvolverem infraestruturas conjuntas. Assim, em 2000, em Brasília estiveram reunidos vários presidentes e chefes de Estados da América do Sul, onde foi lançada a IIRSA. Isto foi acordado em um documento chamado de Declaração de Brasília. Neste ato era sinalizada a adesão conjunta ao regime liberal internacional, mesmo tendo algumas ressalvas (BOFF, 2015, p. 80).

O texto da Declaração de Brasília, portanto, indica que os países da América do Sul deixaram as portas abertas para a ALCA. Esse fator deu espaço para críticas mais incisivas, como a de Hernández, 2010 (Apud BOFF, 2015), que defende que a IIRSA faz parte de um projeto de livre-comércio, orientado pelo BID, que é produto da estagnação da ALCA. Ele vê a Iniciativa de Integração da Infraestrutura, em conexão com o Plan Puebla-Panamá (PPP), servirá como base infraestrutural para um grande plano de dominação neoliberal dos Estados Unidos, exatamente o que este país tentava através da ALCA e que, atualmente, refaz através de tratados bilaterais (BOFF, 2015, p. 82).

Segundo Bartesaghi et al. (2006, p. 2), no comércio mundial, os países do terceiro mundo exportam produtos de baixo valor agregado, com isto têm perda relativa nos seus preços. Por outro lado, importam produtos industrializados com altos preços. Desta forma, os países industrializados estão sempre em vantagens nesta relação comercial. Acrescenta ainda, que nas décadas de 70, 80 e 90, depois dos prejuízos sofridos pelas empresas transnacionais nos setores de informação, telecomunicações e os transportes, buscou-se uma nova lógica para a economia mundial, que levou a uma nova etapa do sistema de produção capitalista, que ficou conhecida como globalização, dando maior flexibilidade à produção, ao trabalho, ao consumo e à territorialidade das unidades produtivas. Portanto:

Es en este contexto que las empresas transnacionales encuentran como principales espacios atractivos para sus actividades a aquellos países que les brinden mayores beneficios en cuanto a infraestructura, mano de obra, ubicación geográfica estratégica, recursos naturales y legislación ambiental permisiva, entre otros, organizando la producción según las ventajas que cada país o región ofrezca [...] Esta nueva fase del sistema capitalista ha provocado intensos cambios económicos, sociales, ambientales, políticos y territoriales, beneficiando principalmente a los actores que promueven y apoyan este modo de producción. Es así que en las últimas

décadas, la lógica del sistema capitalista ha provocado la generación de: una importante mutación del sistema productivo, gran aumento de la inequidad social, marginación territorial y social de la población, cambios en la configuración del poder, pérdida de culturas, deterioro ecosistémico, sobreexplotación de los recursos y pérdida de biodiversidad (BARTESAGHI et al., 2006, p. 3)¹⁷.

No caso da implementação da IIRSA se dividiam interesses de países representados por governos liberais, mais pelo protecionismo do que pela proposta de livre comércio apresentada pela ALCA, mas isto tudo sem deixar de seguir o moderno paradigma de desenvolvimento. Com a realização da II Cúpula Presidencial da América do Sul em 2002, em que foi lançado o “Consenso de Guayaquil sobre Integração, Segurança e Infraestrutura para o Desenvolvimento” foi expresso para a IIRSA compromissos fortes com instituições dos EUA, em que se comprometiam com o combate ao terrorismo, reconhecimento a OEA e do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. Contudo, na América do Sul passaram a ser eleitos governos com tendências mais progressistas, que buscaram adequar a IIRSA aos seus próprios desejos de desenvolvimento (BOFF, 2015, p. 82-84).

Boff (2015, p.84) segue dizendo que o Brasil, mesmo com a eleição de Lula continuou assumindo a liderança dentro da proposta prevista no IIRSA, mas que deixou de lado as intenções previstas nos governos dos anos 90, em que o mercado poderia regular tudo. Lula buscou intervir diretamente na execução da logística necessária para o desenvolvimento da Integração, sendo isto uma investida em um novo paradigma, no qual o Estado através do seu aparato passaria a apoiar o setor produtivo.

Para Paz (2015, p. 2-4), com a chegada de Lula à presidência da República, o Brasil tomou a dianteira de projetos que visavam consolidar a integração da América do Sul nas diversas iniciativas de integração regional, já existentes (CASA, UNASUL e MERCOSUL), tentando conciliar as diversas iniciativas, em um tipo de regionalismo, para o que converge aos interesses da IIRSA sem sobrepor as ações do plano bilateral. A mesma autora acrescenta que o BNDES foi um grande ator de políticas externas no governo Lula. Para ela, através do BNDES se trabalhou pela defesa dos interesses econômicos do Brasil na América do Sul à medida que as empresas brasileiras passaram a ser financiada pelo Banco para desenvolver

¹⁷ É nesse contexto que as corporações transnacionais encontram como principais espaços atrativos para suas atividades aqueles países que lhes proporcionam maiores benefícios em termos de infraestrutura, mão-de-obra, localização geográfica estratégica, recursos naturais e legislação ambiental permissiva, entre outros, organizando a produção. de acordo com as vantagens que cada país ou região oferece [...] Esta nova fase do sistema capitalista provocou intensas mudanças econômicas, sociais, ambientais, políticas e territoriais, beneficiando principalmente os atores que promovem e apoiam esse modo de produção. Assim, nas últimas décadas, a lógica do sistema capitalista levou à geração de: uma importante mutação do sistema produtivo, um grande aumento da desigualdade social, marginalização territorial e social da população, mudanças na configuração do poder, perda de culturas, deterioração do ecossistema, exploração excessiva de recursos e perda de biodiversidade.

atividades de construção das infraestruturas em outros países. Com isso Lula ao privilegiar o espaço sulamericano com o financiamento de obras através do BNDES, beneficiou a expansão do empresariado nacional.

Saindo um pouco do papel do Brasil na execução da IIRSA, vamos retomar aos objetivos a qual ela foi criada. Pois complementarmente à construção da infraestrutura física, foi criada também uma estrutura burocrática, os Processos Setoriais de Integração, com o objetivo de identificar os obstáculos normativos que impedem o desenvolvimento da infraestrutura nas regiões e propor ações que possam superá-los, pois sua intenção é garantir que, em qualquer região, este trabalho viabilize a infraestrutura no sentido de promover a livre-circulação de mercadorias entre os países (BOFF, p. 114-115).

As decisões tomadas dentro do IIRSA não buscam melhorar a condição da vida das pessoas, tampouco romper com as estruturas capitalistas. Elas são exatamente para consolidar tal estrutura. Todos os discursos de protecionismo baseados na modernização da infraestrutura servem para conservar o modo de produção capitalista. Conforme Bartesaghi et al. (2006, p. 4), a América Latina tem sofrido todas as consequências no seu papel desenvolvido na divisão internacional do trabalho, que sempre é imposto por aqueles que se beneficiam da sua condição de produtor de matéria prima. É com este ingresso ao mundo globalizado que a região tem sido importante para reprodução exitosa do sistema. Neste sentido:

Observa-se, portanto, que a IIRSA é um projeto totalmente compatível com a expansão do capitalismo para áreas onde ainda é possível promover a acumulação primitiva, resultando na “desposseção” (HARVEY, 2001) da terra de milhares de pequenos agricultores e habitantes originários e na separação desses indivíduos do seu modo de vida. Essa função da infraestrutura apenas a reforça a posição agroexportadora da América Latina na divisão internacional do trabalho. Assim, alimentos, hidrocarbonetos e biodiversidade seguem sendo as vantagens comparativas através da qual a região se insere no mercado internacional. As fontes de financiamento acabam por responder, por razões políticas e pela necessidade de proporcionar retorno aos investidores, às demandas do mercado, o que resulta em um planejado territorial feito de acordo estas (BOFF, 2015, p. 119-120).

Analisando alguns mapas que definem a IIRSA, podemos observar que o projeto tem uma perspectiva geográfica bem específica de intervenção, pois são pensadas a infraestrutura exatamente nas áreas de maior potencial em recursos naturais, ou seja, as regiões mais sensíveis.



Figura 4: Eixos de integração e desenvolvimento (Fonte: <http://archivo.argentina.indymedia.org>, 18/02/2011).

Em uma entrevista dada ao site argentino chamado “observatorio petrolero sur”, Leanza (2011)¹⁸, trata sobre o IIRSA como um modelo “neo-extrativista” elaborado para favorecer a movimentação das riquezas naturais existentes nos diversos países sulamericanos, e que sua implementação implica em possíveis impactos sócio-ambientais. Na entrevista Leanza explica que os governos locais se comprometeram a fazer as obras em pequenas partes para parecer atender interesses locais, assim:

En tanto las infraestructuras, en general, son obras que realiza el Estado, sigilosamente y de a pedacitos, y, en apariencia, para satisfacer viejos reclamos de las comunidades locales. Pero en realidad, la envergadura de estas mejoras es exclusivamente para extraer los productos y llevarlos a puerto, sea del Atlántico o del Pacífico¹⁹ (LEANZA, 2011, p. 1).

Como o principal objetivo da IIRSA, primeiramente é político e econômico, os prejuízos sociais aos milhares de grupos sociais que habitam estas regiões, se somarão ao grande dano ambiental necessário para as mesmas obras. Isto demonstra claramente que todo o interesse da integração não tem nenhum interesse social de solucionar os problemas e necessidades das populações destes países, mas sim servir todos os interesses econômicos e políticos dos grandes grupos capitalistas mundiais. Concretizando a integração de uma

¹⁸ Disponível em: <http://www.opsur.org.ar>

¹⁹ As infra-estruturas, em geral, são obras que o Estado realiza, furtivamente e de pequenos pedaços, e, na aparência, para satisfazer antigas reclamações das comunidades locais. Mas, na realidade, a magnitude dessas melhorias é exclusivamente para extrair os produtos e levá-los ao porto, seja Atlântico ou Pacífico

importante área com uma rede de comunicação e transporte que irá garantir de forma moderna a exploração e escoamento de mercadorias.

El conjunto de la infraestructura que se tratará de consolidar, apuntará básicamente al mejoramiento y creación de los medios necesarios para reducir los costos de producción de los principales productos del continente. De esta manera se explica la distribución de esta infraestructura, la cual tratará de cubrir de forma eficiente las zonas en las que se encuentren los principales recursos naturales, y de conectarlos con los principales puntos de salida de esta producción, pensando principalmente en la exportación extracontinental²⁰ (BARTESAGHI et al., 2006, p. 17).

Fica evidente que a execução da IIRSA, não se trata de um projeto protecionista, mas entreguista, que seguem as regras da Divisão Internacional do Trabalho do pós Guerra embalados pela ideologia do desenvolvimento que buscam dinamizar de forma moderna os meios para exploração das matérias primas existentes nos países do terceiro mundo para conservar o domínio sobre tais recursos naturais. Neste sentido, Bartesaghi et al. (2006, p. 29) seguem dizendo que:

Los grandes cambios generados a nivel mundial a partir de la segunda mitad del siglo XX en la economía, el modelo de producción y el modelo de desarrollo, han generadoa diversasa transformaciones (a diferentes escalas) sociales, económicas, políticas, culturales y ambientales. También adquieren fundamental y creciente relevancia los cambios espaciales y territoriales, que se presentan en forma compleja como causa y consecuencia de los anteriores. En América del Sur, en las últimas décadas, han tomado gran importancia los cambios espaciales y territoriales, referentes a las infraestructuras del transporte, la información y la energía. Cambios que constituyen respuestas al crecimiento progresivo de la demanda de los mercados en los países industrializados. Que ante la insuficiencia de sus sistemas ambientales, planifican la extracción de bienes de la naturaleza, especialmente desde América del Sur. Para que la oferta de materias primas acompañe en forma eficiente y eficaz las necesidades crecientes del norte resulta imperioso "modernizar la infraestructura local" en las áreas de extracción²¹ (BARTESAGHI et al., 2006, p. 29).

Portanto, a modernização pensada no IIRSA, não seria nada além de buscar garantir todas as vantagens e possibilidades de acesso mais eficiente as diversas riquezas naturais encontradas nos diversos espaços sulamericanos, transferindo tais riquezas aos países

²⁰ Toda a infraestrutura que será consolidada, terá como objetivo principal a melhoria e a criação dos meios necessários para reduzir os custos de produção dos principais produtos do continente. Desta forma, é explicada a distribuição desta infra-estrutura, que tentará cobrir eficientemente as áreas onde os principais recursos naturais estão localizados, e conectá-los com os principais pontos de saída desta produção, principalmente pensando na exportação extra-continental.

²¹ Grandes mudanças geradas em todo o mundo a partir da segunda metade do século XX na economia, o modelo de produção e desenvolvimento, têm gerado transformações diversas (em diferentes escalas) sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais. As mudanças espaciais e territoriais, que são apresentadas de forma complexa como causa e consequência das anteriores, adquirem também uma relevância fundamental e crescente. Na América do Sul, nas últimas décadas, as mudanças espaciais e territoriais assumiram grande importância, referindo-se às infraestruturas de transporte, informação e energia. Mudanças que constituem respostas ao crescimento progressivo da demanda de mercado nos países industrializados. Que ante a insuficiência de seus sistemas ambientais, planejam a extração de bens da natureza, especialmente da América do Sul. Para garantir que a oferta de matérias-primas que acompanham de forma eficiente e eficazmente às necessidades crescentes do norte é imperativo para "modernizar a infraestrutura local" nas áreas de mineração.

industrializados. Longe portanto, que tal Integração viesse garantir autonomia aos países que implementaram toda a infraestrutura, muito pelo contrário, isto ampliava a independência, com danos irreparáveis as populações nativas por onde tais obras foram implementadas.

5.2.2 As Políticas Sociais do Governo Lula

Os resultados das Políticas Sociais do governo Lula são entendidos como grandes ganhos para as populações mais pobres do país, apesar das críticas que tais políticas eram de cunho assistencialista, o fato é que durante seu governo estas políticas conseguiram atingir um grande número de pessoas que foram contempladas. Evidente que em um país onde as desigualdades sociais e econômicas são gigantescas, qualquer dedicação mais eficiente, de investimento em Políticas Sociais consegue obter resultados favoráveis à classe desprivilegiada. Os programas que permitiram repasse direto de pequenas quantidades de recurso para famílias carentes, como o Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, são exemplos de transferência direta de renda às famílias mais carentes, que tinham o objetivo de garantir a presença dos beneficiados na escola, mas que em muitos casos eram a única entrada de dinheiro para algumas famílias.

Contudo, outras políticas sociais foram importantes no desenvolvimento de atividades produtivas, principalmente para as zonas rurais. Podemos dividir tais políticas em duas partes. Aquelas que foram o carro-chefe do governo Lula, para onde foram destinadas volumosas quantidades de dinheiro, garantindo a ampliação e modernização produtiva, que é o agronegócio. Outra parte do investimento e com valores muito inferiores foi destinada à agricultura familiar e outros grupos sociais que desenvolvem atividades produtivas nos diversos ramos. Para o Agronegócio os governos do PT foram muito generosos. O site do Instituto Lula²², no qual destaca os feitos com o agronegócio apresenta uma matéria com o título: *“Governos Lula e Dilma multiplicaram por cinco a oferta de crédito e o agronegócio bate recordes sucessivos”*, no mesmo texto destacam que o volume de crédito investido por estes governos cresceu cinco vezes. Saíram dos R\$ 27,6 bilhões entre 2002/2003 do governo FHC, para os R\$ 251,1 bilhões do Plano Agrícola e Pecuário no período 2014/2015. Considerado o maior da história. Mesmo a Agricultura Familiar sendo considerada, no próprio site do Instituto Lula, responsável por 70% dos alimentos que passam pela nossa mesa, os valores que sem dúvida nenhuma tiveram um grande aumento se considerado os

²² <http://www.institutolula.org/>

valores anteriores ao governo Lula, não chegaram aos 25 bilhões em 2014/2015. Ficando, portanto, 10 vezes menor que os investimentos dedicados ao agronegócio.

Com estas informações podemos fazer uma breve discussão sobre os efeitos destas políticas dedicada ao campo brasileiro e sua estratégia capitalista. Entender que no governo Lula, que tinha como bandeira eleitoral a Reforma Agrária, o latifúndio se manteve, mesmo com toda modernização alcançada. Os pequenos agricultores foram incentivados a realizar sua produção para as disputas no mercado, assim como, as próprias populações nativas são envolvidas em atividades produtivas capitalistas.

Os investimentos para modernização da infraestrutura para facilitar o escoamento da produção do agronegócio, assim como a ampliação de investimentos em pesquisas e inovação de tecnologias que possibilitava aos produtores optar por diversas variedades garantindo assim, maior eficiência e maior rentabilidade proporcionou aos produtores de grandes monoculturas maior segurança e vantagens contra as dificuldades enfrentadas devido às condições climáticas e de solo. Entretanto, outros elementos são fundamentais também neste processo de modernização do agronegócio. Entre eles os incentivos financeiros para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas utilizadas na produção, que foram determinantes para a ampliação da produtividade. Um produtor de soja, por exemplo, pode adquirir máquinas em quantidades muito menores com funções mais eficientes diminuindo o tempo dedicado em uma determinada área, usando assim, mais tempo em novas áreas.

Tudo isto, sem precisar ao mesmo tempo ampliar sua força de trabalho, muito pelo contrário, a tecnologia implementada nas máquinas agrícolas permite que apenas uma pessoa realize uma quantidade muito maior de trabalho nas fazendas de soja, por exemplo. A modernização destes meios de trabalho garante uma ampliação fenomenal na produção, mas sua efetivação não transforma as estruturas sociais existente nas zonas rurais, pois são conservadas as mesmas relações de controle da terra na mão de algumas pessoas e, em muitos casos, ampliando a concentração de terras, predominando o latifúndio no campo brasileiro. O caminho da modernização permite aos latifundiários se tornarem empresários do campo, por isto Oliveira, 2007 diz que:

Dessa maneira, o modo capitalista de produção implantar-se-ia de forma plena na agricultura, tal qual se implantou na indústria. Há autores que chamam esse processo de modernização do latifúndio de "modernização conservadora", pois não se altera profundamente a estrutura social existente. Outros autores falam em "junkerização", ou seja, processo de transição semelhante ao que ocorreu com os junkers prussianos no século XIX (OLIVEIRA, 2007, p. 9).

Essa modernização vem carregada de preconceito contra agricultores familiares e nativos, que sem as devidas oportunidades, já que sua produção não tem como único destino o mercado e, por isto mesmo não são considerados competentes para receberem as mesmas condições que tem um produtor do agronegócio exportador. Este preconceito vem na lógica desenvolvimentista de que quem possui a tecnologia tem a preferência do Estado para desenvolver suas atividades. Para se contrapor ao modo de produção tradicional das comunidades nativas são usados os argumentos da tecnicidade, ou seja, que quem detêm as técnicas mais avançadas devem ser os merecedores das terras para aumentar a produção, pois as populações locais não têm as mesmas habilidades, já que não se enquadram no novo modelo de produção expansivo. Sendo em muitos casos, tratados pelos forasteiros, que aqui chegam para ocupar as terras dos nativos, como preguiçosos por não saberem usar todos os espaços existentes. É verdade que ao dizer isto, um forasteiro não consegue entender o que significa uso eficiente da terra para um nativo, por exemplo.

Esta ideia de ser possuidor dos elementos técnicos considerados superiores àqueles usados pela agricultura familiar são utilizados como condição para os processos de ocupação das áreas entendidas como propícias à ampliação das áreas a serem utilizadas para o agronegócio. As alianças com governos locais e com a própria elite econômica é a garantia de ocupar os espaços pretendidos para a utilização das técnicas e tecnologias de suas máquinas para ampliar a produção. Esta aliança sempre estende para a prática da violência se houver alguma resistência por determinado grupo que não aceite as novas regras.

Toda a modernização existente não consegue diminuir os históricos conflitos que perduram no campo brasileiro, mesmo estando em pleno Século XXI os conflitos aumentam. As práticas de violência estão sempre presentes, chegando a condições de barbáries, pode-se citar aqui as quatro chacinas praticadas no ano de 2017 no campo (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2017). Tais chacinas só reforçam que o uso da violência e a apropriação das terras públicas são práticas conservadas, apesar de todos os avanços tecnológicos e da modernização dos entes burocráticos que permitem maior acesso do agronegócio as “novas terras”.

Toda a dedicação de violência física objetiva expulsar aqueles que são considerados “empecilhos” que atrapalham o avanço do agronegócio, mas não são apenas as violências físicas as táticas utilizadas pelos capitalistas. Há um processo novo de violência que é utilizado contra lideranças e movimentos populares, que são as medidas jurídicas, a qual é

criminalizada lideranças e suas organizações, que precisam usar a maior parte do seu tempo se defendendo de acusações indevidas, feitas pelos mesmos grupos que desejam seus territórios, afastando com esta tática as lideranças dos espaços de resistências.

Neste sentido, as práticas utilizadas e desenvolvidas pela ação do agronegócio em todos os lugares, para ampliar sua produção seguem alcançando seus resultados, já que se beneficiam de toda a modernização efetuada pelas políticas públicas destinadas pelo Estado. Obedecendo sempre as regras definidas pelo capital, no sentido de colocar no mercado a maior quantidade de produtos agrícolas como matéria prima. Considerando que, os resultados provocados pela produção do agronegócio são considerados altamente modernos, mas que seu desenvolvimento implica a mesma prática de concentração de terras e o uso violento como meio de ocupação dos espaços de comunidades de agricultores familiares ou dos nativos. Podemos considerar que o investimento de políticas públicas no agronegócio é uma estratégia utilizada de “modernização conservadora”.

Permitir ou impedir o acesso à terra é uma condição que garantirá quem será o ocupante dos espaços rurais para a produção, organização e controle da produção agrícola. Como o poder de determinar esse acesso é o poder institucional, no caso o Estado, já que este poder sempre está concentrado nele, no Brasil, historicamente, foi exatamente a ação do Estado que definiu as regras de destinação fundiária.

Neste sentido, este pacto político construído instintivamente no Estado foi o responsável por criar obstáculos ao acesso democrático a terra por parte das classes sociais inferiores, concentrando-se, assim, ao longo da formação e da evolução econômica brasileira, nas mãos de médios e grandes proprietários rurais [...] (PIRES, 2009, p. 412).

Durante o pós-guerra há uma nova reorganização da economia mundial capitalista, que determinou que outros países capitalistas do terceiro mundo, como o Brasil, se inserissem a ela, incorporando tecnologia de ponta, assim como buscando avanço científico-técnico para continuar sua função de exportador de produtos primários, mesmo introduzindo nestas atividades processos de “modernização”. Por isto que o conhecido “modelo brasileiro” de exportação agrária se dá com o envio para os países industrializados da madeira, minérios, soja, grãos e produto da pecuária. É com esta realidade que o agro brasileiro ganhou uma importância toda própria na realidade brasileira no pós-guerra. Por consequência, a introdução de tecnologia amplia a atividade agrícola e exportadora, o que se reflete na composição dessa “moderna” estrutura produtiva à moda brasileira. Neste sentido, o Estado brasileiro era o principal responsável por garantir ao agronegócio brasileiro, mais espaços e condições financeiras para que as regras internacionais fossem cumpridas,

Então, constata-se que aqueles produtores rurais que tiveram acesso ao mercado de dinheiro conseguiram incorporar em suas funções de produção as inovações tecnológicas desenvolvidas, principalmente pelas multinacionais dos setores voltados para a agricultura. Por sua vez, a intervenção do estado brasileiro no mercado de dinheiro criou as condições objetivas para [...] uma integração das grandes propriedades rurais com as agroindústrias (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1985, p. 53 apud PIRES, 2009, p. 419).

Portanto, não é difícil perceber que onde mais se avançou nas soluções técnicas e que mais se desenvolveram as saídas para agilizar o processo produtivo, foi exatamente a área rural, de modo que a “modernização” foi feita sobre os sistemas de trabalho e sobre as cadeias produtivas, sob a hegemonia absoluta da empresa rural, elemento de fundo para o funcionamento do modelo econômico brasileiro a partir da segunda metade do século XX. A própria prática da terceirização como solução produtiva associada à onda privatista surge de forma precursora no agro brasileiro, antecipando a sua disseminação pelo aparelho produtivo geral. O resultado desta combinação são os elevados números de produtividade do agronegócio brasileiro.

Com os mesmos objetivos do mercado, as políticas públicas destinadas pelo Estado, principalmente durante o governo Lula, à agricultura familiar e aos diversos grupos sociais amazônicos, por exemplo, foram amplamente introduzidas nos assentamentos e territórios, onde se permitiram a regularização ou reconhecimento. Ressalta-se que trazer esta discussão sobre as políticas públicas destinadas a estes grupos sociais não tem a intenção de destacar se os resultados foram negativos ou positivos, muito menos, questionar se elas (as políticas públicas) foram demandas históricas destes mesmos grupos. Contudo, vale ressaltar que em muitos casos, muitas delas foram interpretadas de forma equivocada por aqueles atores que se destinaram a executar tais políticas dentro de diversas comunidades, principalmente na Amazônia. Contudo, não resta dúvida que os objetivos e os incentivos destinados a organizações não governamentais – ONGs, ou simplesmente ôngues - tinham exatamente o interesse de apresentar de forma ideológica, a novidade garantida, a partir do conhecimento técnico, como única alternativa proposta pelo Estado para “melhoria” da produção daquelas famílias.

Neste sentido, consideramos que as ações das políticas públicas desenvolvidas mais recentemente para as populações rurais são caracterizadas pelas medidas desenvolvidas pela “modernização conservadora”. Vamos considerar que um dos mais eficientes instrumentos que reforçam ou que mantêm as diferenças de classe é a ideologia. Pois é exatamente ela que tem a tarefa de subverter a leitura da realidade, que tem como interesse favorecer a classe

dominante. É neste sentido que o Estado que está sempre a serviço da classe dominante é demandado a desenvolver políticas que atendam seus interesses. Contudo, tais iniciativas precisam conter um discurso contido de carga ideológica, que possa justificar de forma disfarçada que as mesmas servem aos interesses da classe dominada. Este discurso ideológico quando realizado de uma classe para outra precisa ser aceito por esta não como uma imposição, mas sim criando a impressão de que atendem a seus próprios interesses. Neste sentido, o que se propõe não tem a intenção de convencer ou conscientizar, mas é uma manipulação, que modifica e engana aquele a quem se pretende atingir (GARCIA, 1982).

Em uma sociedade que é marcada pela luta de classes é necessário que a classe dominante crie uma realidade falsa, mas que seja compreendida como real, pois a medida que as pessoas passam a acreditar no falso, como se isto fosse real permite que a dominação seja consentida por aqueles que são dominados. Debord (2003, p. 8) diz que a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa “acumulação de espetáculos”. Tudo que era diretamente vivido se esvai na “fumaça da representatividade”. Para este autor o “espetáculo” é uma forma de inversão da realidade. Pois esta (a realidade) dá passagem para o falso e, assim, passa a se viver o espetáculo em que são apresentadas todas as ideias inovadoras sem nenhuma rejeição. Nas suas próprias palavras o autor diz que:

O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é simultaneamente o resultado e o projeto do modo de produção existente. Ele não é um complemento ao mundo real, um adereço decorativo. É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante. Ele é a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e no seu corolário — o consumo. A forma e o conteúdo do espetáculo são a justificação total das condições e dos fins do sistema existente. O espetáculo é também a presença permanente desta justificação, enquanto ocupação principal do tempo vivido fora da produção moderna [...] (DEBORD, 2003, p. 09-10).

É por isto que a ideologia tem este caráter alienador. Assim é que as políticas públicas passam a ser compreendidas ou aceitas como algo novo, contemporâneo ou moderno, pois são sempre apresentadas e acompanhadas de técnicas desconhecidas e envolventes para os grupos a quem se destinam. As políticas destinadas aos grupos sociais que desenvolvem suas atividades produtivas simples ou, como conceitua Luxemburgo (1976) “sociedades de economia natural”, tem um único objetivo, que é o de transformar suas atividades antigas de produção para se dedicarem aquelas exigidas pelo mercado. Por serem definidas pelas políticas públicas e apresentadas como inovadoras e que beneficiarão as comunidades acabam sendo estas as únicas alternativas dadas àquelas sociedades, que as aceitam. O resultado do

desenvolvimento destas atividades mantém a estrutura do modo de produção dominante. É neste sentido, que dizemos que as políticas públicas destinadas às sociedades de economia natural assumem a estratégias da modernização conservadora.

Dito isto, pode-se fazer um recorte da análise para o desenvolvimento de atividades produtivas para alguns grupos amazônicos, não só durante o governo petista. Assim, aceitando que as condições para o desenvolvimento das atividades produtivas a partir das novas formas trazidas aos assentamentos e territórios indígenas e quilombolas, além das áreas utilizadas por extrativistas, nas unidades de conservação, transformam as dinâmicas produtivas destas populações. Aqueles que, por algum motivo, não conseguiram desenvolver as novas práticas ou simplesmente não conseguiram se adaptar a estes novos regimes de trabalho serão considerados inaptos, sem condições de prosseguirem com suas atividades, pois demonstraram, ao olhar do mercado, incompetência para desenvolverem as atividades produtivas destinadas a eles. Sendo, por outro lado, “capaz” aquele que se dedique ao processo e consiga ser produtivo.

Esta condição determinará as condições de formação da força de trabalho rural, pois será a capacidade de se adaptar às inovações técnicas e até mesmo de usá-las no desenvolvimento das atividades produtivas que definirá sua condição de “empreendedor”, se o mesmo for “competente”, portanto apto para o mercado, ou sendo “incompetente”, logo, inapto para o mercado, será integrado às camadas do proletariado, tendo que vender sua força de trabalho, seja na zona rural ou na zona urbana, quando passa a ser integrado à condição de população estagnada ou ao contingente do pauperismo.

O acesso ao mercado de trabalho não aconteceu de forma democrática entre as classes sociais, pois aqueles produtores rurais que perderam suas terras foram lançados ao meio rural como mão-de-obra livre. Como não conseguiram arrumar nenhum tipo de colocação, isto é, como colonos, agregados e moradores, foram para os principais centros urbanos e industriais do país em busca de novos postos de trabalho. Entretanto, o núcleo capitalista (industrial e urbano), em decorrência das crises econômicas vivenciadas pela economia brasileira, especialmente a partir dos anos 80 do século XX, não absorveu todo o excedente de trabalhadores expulsos da terra (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1985, p. 53 apud PIRES, 2009, p. 420).

Como a expansão do agronegócio têm como endereço as áreas das populações nativas ou aquelas pretendidas pela agricultura familiar, à medida que os resultados negativos das atividades destinadas às aquelas populações, se tornam facilmente anexadas às pretensões do agronegócio. Tornando suas populações nativas ou não, reféns desse regime de trabalho. Nesse sentido, as áreas amazônicas que ainda não haviam sido submetidas à brutalidade ocupacionista da Ditadura Militar que criou todas as condições para que fossem subjugadas

por outra ocupação, diferente dela se veem no futuro com as mesmas finalidades de ocupação desta, os habitantes originais da terra – índios, quilombolas e extrativistas – serem engolidos pela ferocidade desse processo.

Para submeter estas populações às “inovações” previstas nas políticas públicas sempre precisam contar com aqueles que possam a conduzi-las. Sem dúvida, como já tratamos anteriormente, o Estado é o maior de todos, exatamente pela condição de subordinado aos ditames dos projetos capitalistas. Mas o Estado necessita de outros atores para desenvolver o processo de inculcação do “novo” modelo de produção, idealizado para transformar as antigas práticas produtivas em algo “moderno”. Entre os demais atores, contam-se as ôngues, que são extremamente valiosas como colaboradoras “desprendidas”, que atuam cumprindo as premissas ideológicas dos capitalistas modernos. Por isto que o manejo dos recursos existentes nos territórios ocupados pelas antigas sociedades de economia natural, conceituadas por Luxemburgo, (1976) passa a ser o espaço necessário para o aproveitamento das potencialidades econômicas, que podem dentro do mesmo discurso ideológico do “desenvolvimento sustentável” aproveitar tais recursos para a produção de mercadoria em condições de serem destinadas ao mercado.

As políticas públicas destinadas pelo Estado sempre buscam a introdução de medidas que destroem o modo de produção original, e a sua aplicação leva a novas formas de organização produtiva, destinadas a integrar ao mercado as populações atingidas. Para que essas medidas possam ser assimiladas e aceitas é necessário que seja impregnado, na cabeça daquelas comunidades, um discurso ideológico competente, que não raro é o do “desenvolvimento”.

As novas políticas públicas destinadas a estas populações agem de duas formas: a primeira é a substituição das formas de produção original das populações nativas - ou como diz Rosa Luxemburgo (1976) às sociedades de economia natural – em segundo, as políticas públicas assumem a forma de impeditivos às resistências existentes nestes grupos. A introdução das novidades sempre é apresentada como formas modernas e que para tanto, as pessoas que devem adotar estas novas práticas precisam ser “capacitadas” para que estejam habilitados ao novo modelo de produção. Para se chegar ao sucesso da proposta é que são introduzidos inúmeros cursos para capacitação das lideranças comunitárias.

Não é de se estranhar que as pessoas “convidadas” ou escolhidas para os processos de capacitação sejam as principais lideranças das comunidades ou os jovens que ali moram. Esta

escolha tem o objetivo de colocar, conjuntamente, todas as pessoas que mais se destacam em uma ou mais comunidades para a “capacitação”. Pois, o curso, além de ocupar estas lideranças com atividades exigidas para a compreensão da novidade produtiva, o que naturalmente retira a possibilidade destas de continuarem se articulando e mobilizando, ao mesmo tempo, são nestes cursos o momento - e também o instrumento - pedagógico de inculcação do processo de mudança para o “novo modelo de produção” que serão introduzidos dentro daqueles grupos.

Evidentemente que todos estes instrumentos utilizados estão carregados do discurso desenvolvimentista, mas contraditoriamente o discurso dos cursos deve ser apresentado na perspectiva da “preservação”. É por isto que termos como “sustentabilidade” surgem como alternativas para facilitar o convencimento. Assim, a proposta apresentada pelo Estado, aparenta ter uma estratégia de permitir melhor prática do uso dos recursos naturais, sugerindo a falsa ideia que estas políticas são formas de enfrentar o agronegócio, mas que na verdade seguem o objetivo de transformar a produção doméstica daquelas comunidades em produção para o mercado.

A “capacitação” tem essa função pedagógica, mas onde acontecem as resistências mais organizadas, é lá também que o Estado passa a estabelecer maiores atividades, que servem exatamente para desviar a atenção da resistência. Estas atividades não buscam solucionar os conflitos, muito menos garantir os objetivos dos atingidos por algum projeto, elas buscam amenizar, ou como comumente dizem, minimizar os danos, para que sejam garantidas as propostas capitalistas em qualquer espaço. Para tratar disto, o Estado estabelece logo parcerias, nas quais os grupos de pesquisadores, sejam eles de ôngues ou de instituições acadêmicas, passam a frequentar as comunidades para apresentar “elementos técnicos” que justificarão a introdução de nova forma de organização produtiva. Em outros casos, se necessário, o Estado destina suas próprias empresas de assistência técnica para o auxílio às novas práticas. A ocupação das lideranças durante as reuniões, acompanhamento das pesquisas, treinamentos, burocracias e outras exigências para o envolvimento levam à impossibilidade de organizar à resistência, o que enfraquece a organização local.

Se utilizarmos alguns exemplos usados por Rego (2013) em pesquisa de especialização com o caso da Gleba Nova Olinda, região do Rio Arapiuns, município de Santarém, Pará, onde as comunidades e aldeias do Rio Maró e Aruá, afluentes do Rio Arapiuns, após os processos de resistências contra os madeireiros, principalmente dos

indígenas, passaram a ter a presença de pessoas para desenvolver inúmeras pesquisas. Segundo o trabalho do mesmo autor, o Estado do Pará, através do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará – IDEFLOR, estabeleceu parcerias para o desenvolvimento de projetos para aqueles nativos. O mais importante entre eles foi a parceria desenvolvida com a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), com a interveniência administrativo-financeira da Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias (FUNPEA) e a participação técnico - científica de professores e pesquisadores do Projeto Várzea e do Projeto Bio-Fauna, do Instituto Sócio Ambiental e dos Recursos Hídricos (ISARH) da UFRA e outros como o Museu Paraense Emilio Goeldi, Fundação Ford, etc.

Uma das atividades previa que fosse feito um estudo para que as comunidades pudessem apresentar propostas de projetos produtivos a partir das suas potencialidades econômicas, para que mais tarde fossem apresentadas a instituições financeiras para apoiá-los. Em um dos relatórios finais, chamado de “Projeto de Desenvolvimento Comunitário: Fortalecimento da Economia Agroflorestal e Extrativista das Comunidades da Gleba Nova Olinda I”, fica evidente nos objetivos e metodologia o tempo que as lideranças são envolvidas apenas nas pesquisas. Vejamos o que diz uma parte do relatório sobre o assunto:

O objetivo central deste relatório é apresentar os resultados obtidos nas atividades realizadas em conjunto com os moradores das comunidades da Gleba Nova Olinda I, a fim de subsidiar a proposição de diretrizes norteadoras de ações para o fortalecimento econômico de base agroflorestal e extrativista local, formatadas em projetos de desenvolvimento comunitário. O processo de fortalecimento econômico desenvolvido no âmbito deste projeto coaduna-se às ações de ordenamento territorial e de gestão dos recursos florestais, realizadas inicialmente no conjunto de glebas Mamuru-Arapiuns e posteriormente em outras áreas de florestas públicas estaduais. A metodologia adotada neste estudo envolveu entrevistas estruturadas, repasse das informações derivadas desta técnica, mapeamento participativo de uso dos recursos e técnicas lúdicas de capacitação e empoderamento comunitário para elaboração de projetos participativos. As entrevistas foram aplicadas por meio de questionários em relação ao membro da família presente naquele momento, em cada domicílio. No caso das demais técnicas, o trabalho foi realizado em grupos, durante oficinas realizadas em dois momentos, conforme revelam as partes II e III deste documento (FERREIRA e SILVA, 2009, p.11).

A linguagem utilizada pelos que escrevem o relatório é carregada de palavras que indicam a intervenção sobre aqueles espaços onde a pesquisa é realizada, no sentido de subordinar a compreensão de que se faz necessária à transformação da produção tipicamente não capitalista, inclusive como elemento de desconformidade com os objetivos do Estado, deixando transparecer que sem estas intervenções os conflitos se ampliam e que a solução de tais conflitos, se dão pela necessidade de subordinar estas atividades aos parâmetros da ideologia da sociedade capitalista. Esta questão pode ser observada também em um trecho de

outro estudo realizado em parceria do IDEFLOR e a UFRA, na mesma região, com o objetivo de avançar no processo da concessão florestal nas Glebas Mamuru-Arapiuns, qual faz parte a Gleba Nova Olinda I. Neste Relatório são identificadas as potencialidades econômicas das comunidades para o mercado, os conflitos existentes e a busca de “mitigação” dos mesmos. Assim como trazem para o texto o discurso que parece privilegiar o interesse dos moradores como se houvesse um consenso, que legitima a elaboração do estudo e o apoio das comunidades locais aos ideais do Estado. (REGO, 2013)

Mesmo a citação sendo um pouco extensa, vale apenas registrar aqui para nos ajudar a entender a questão, vejam o texto:

O estudo socioeconômico e ambiental descrito neste Relatório Final representa um esforço acadêmico de cooperação, conduzido preliminarmente pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (IDEFLO) e pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), com a intervenção administrativo-financeira da Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias (FUNPEA) e a participação técnico - científica de professores e pesquisadores do Projeto Várzea e do Projeto Bio-Fauna, do Instituto Sócio Ambiental e dos Recursos Hídricos (ISARH) da UFRA. Os estudos foram acertados entre aquelas organizações com o propósito de: Realização de Pesquisa Socioambiental da região do Mamuru-Arapiuns, com o objetivo de subsidiar o Relatório Ambiental Preliminar (RAP) e os procedimentos relacionados às concessões florestais naquela região. Tendo, ainda, como Objetivos Específicos: a) Traçar um panorama da ocupação demográfica, atividades econômicas dependentes de recursos naturais, aspectos sociais e culturais que caracterizam a área de pretensão direta e seu entorno. b) Produzir uma análise agregada da situação socioeconômica e de infraestrutura e suas interfaces ambientais, na área pretendida para concessões florestais, e das dinâmicas presentes no entorno. c) Mapear os conflitos socioambientais e socioculturais relevantes na política de gestão florestal na região, com destaque para as comunidades tradicionais, enfocando a situação fundiária, econômica e as relações dessas comunidades com o mercado. d) Caracterizar os impactos sociais, ambientais e econômicos (positivos e negativos, diretos e indiretos) decorrentes de concessões florestais nesta região, e a proposição de medidas mitigadoras e potencializadoras para a governança do uso dos recursos florestais nesta região. Os resultados derivados dos estudos socioeconômicos e ambientais serão usados no planejamento, avaliação e no melhoramento da “performance” dos programas conduzidos pelo IDEFLOR e agências cooperantes com a finalidade precípua e finalística de preservar os legítimos interesses das comunidades tradicionais frente à ocupação de suas glebas com a exploração desordenada e ilegal de suas matas, possibilitando que as mesmas autoproduzam planos de manejo comunitário sustentável dos seus recursos naturais florestais, tanto madeiráveis como não-madeiráveis (TOURINO, 2009, p. 6).

Como o Estado é o maior responsável pelas mudanças necessárias para o avanço do agronegócio nas zonas rurais, tem como função estabelecer as estratégias para resguardar o interesse capitalista para o agronegócio, que pode ser através da redução dos territórios ocupados pelos diversos grupos nativos ao menor tamanho, ou de outra forma, inventando-lhes formas alternativas de ocupação, para que estes permaneçam fisicamente próximas dos grandes projetos capitalistas, que passam a ocupar suas antigas terras, tornando-os num

estoque útil de força de trabalho para esses mesmos empreendimentos, sempre que precisarem deles. Assim, as demandas das populações nativas para o reconhecimento de seus territórios ou mesmo de criação de assentamentos de camponeses, sempre passam por essa redução. Quando esta diminuição não acontece na sua origem, e à medida que são identificados os potenciais econômicos nestes territórios, logo isto é motivo de pedidos de redução, desafetação, mudanças de modalidades e outras formas de intervenção legal.

Foi assim, que durante o processo de criação da Reserva Extrativista Renascer, no município de Prainha – Pará, quando o governo do Estado do Pará verificou a presença de bauxita e de grande volume de floresta nativa com potencial madeireiro na parte sul da Reserva foi logo definido a diminuição do tamanho da Resex pretendida antes da homologação do decreto de criação, reduzindo os 341.854 hectares iniciais para 211.741 hectares. Esta Unidade de Conservação foi criada sob o Decreto sem número de 05 de junho de 2009²³, mas para reduzir ainda mais o Unidade, em 2013, o então deputado da bancada ruralista do Pará, Lira Maia, elaborou um projeto de lei para desafetar uma parte substancial da Resex em favor de um grupo de pecuaristas e empresários da região de Prainha²⁴.

Outro exemplo é o Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS Serra Azul, do INCRA, criado no município de Monte Alegre, no ano de 2005, localizado entre uma Floresta Nacional (FLONA Mulata) e uma Floresta Estadual (FLOTA Parú) e por outro lado cercado de Áreas de Preservação Permanente-APP. Apesar desta localização os assentados vêm sofrendo com os conflitos provocados por madeireiros, mesmo antes de sua criação com a presença de grileiros que desenvolvem exploração ilegal de madeira e introdução de campos de pastagem para a expansão da pecuária. Em 2013, o Sindicato Rural de Monte Alegre propôs ao INCRA a desafetação (diminuição) de aproximadamente 70% do território do PDS. Não houve a diminuição do Assentamento, contudo a presença dos grileiros permanece dentro do PDS e as áreas por eles usadas não podem ser trabalhadas pelos assentados, que são ameaçados de morte e outras formas de intimidação²⁵.

Em Rego, 2013, contém outros exemplos que podemos utilizar para ilustrar as táticas utilizadas tanto pelo Estado ou diretamente pelos empresários interessados nos territórios das populações nativas na Amazônia. Rego, 2013, trata do estudo do documento elaborado pelo

²³ <https://uc.socioambiental.org/uc/5194>.

²⁴ O projeto do Deputado Lira Maia não conseguiu apoio e não teve prosseguimento. Cópia do projeto encontra-se nos arquivos da CPT em Santarém.

²⁵ Ofícios denunciando os diversos conflitos envolvendo o PDS Serra Azul, no município de Monte Alegre constam nos arquivos da CPT em Santarém.

Governo do Estado do Pará chamado de “Plano Participativo de Mosaico de Uso da Terra nas Glebas Nova Olinda, Nova Olinda I, II, III, Curumucuri e Mamuru, presentes no Oeste do Pará”. Neste documento estão as discussões entre o Governo do Estado e as organizações sociais e comunidades moradoras daquelas glebas. Devido à grande presença de madeira, já que aquelas glebas representavam a última grande área de floresta contínua do Estado do Pará este tinha acabado de criar o Instituto de Desenvolvimento Florestal – IDEFLOR, que depois de 2015 passou a ser chamado de IDEFLOR-BIO²⁶, seguindo a Legislação Federal para as Concessões de Florestas Públicas existentes no país. Para seguir a regra de concessão a Lei Federal, em seu artigo 6º, exige que seja tratada com os grupos sociais que habitavam aquelas florestas a continuidade da sua presença. Com esta necessidade legal foram iniciadas as discussões para a elaboração do referido Plano, que tratava da “devida” destinação das terras àquelas populações.

Durante tais discussões as lideranças apresentavam suas propostas de áreas a serem reconhecidas pelo Estado. Evidentemente, que mesmo sendo o Plano uma construção coletiva e com a participação das comunidades, o resultado não seria atender todo o interesse propostos pelos moradores, pelo contrário, o Estado era o principal interessado em diminuir as áreas pretendidas pelos nativos em favor dos projetos planejados pelo setor madeireiro naquelas Glebas. Assim, vários mecanismos foram articulados para tentar reduzir as áreas dos nativos. A Gleba Curumucuri, que tinha um número bastante grande de moradores, teve um cadastramento feito por agentes do Estado, que resultou em um número muito menor de moradores daquele apresentado pelas associações das comunidades. O número menor de moradores implicava diminuir a área do Assentamento reivindicado pelos moradores, já que uma das regras para a criação de assentamentos é a proporcionalidade entre o numero de moradores (ou beneficiários) e a quantidade de hectares Rego (2013). A reação das associações pode ser observada em uma passagem deste Plano Participativo, que expunha:

Outro caso é o PEAEX ‘Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista Curumucuri’, esse PEAEX ocupa quase toda a gleba Curumucuri, limitando-se ao sul com o rio Aruã, ao Norte com o PAE Salé. As discussões sobre o PEAEX Curumucuri já vieram ao seminário bem avançadas, inclusive provindas de algumas reuniões com o ITERPA, denotando extrema consciência dos moradores locais com a importância da destinação mais adequada às suas necessidades. Uma área de

²⁶ O Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – Ideflor-bio foi criado por meio da Lei Estadual nº 6.963, de 16 de abril de 2007 e modificado pela Lei Estadual nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015, em atendimento à exigência da Lei Federal nº 11.284, de 02 de março de 2006, que versa sobre a Gestão de Florestas Públicas. O objetivo dessa legislação é proteger as florestas pertencentes à União, aos estados e aos municípios, bem como regulamentar o acesso a tais áreas, gerando benefícios sociais, ambientais e econômicos. Acesso: <https://ideflorbio.pa.gov.br/quem-somos/>

reserva foi prevista ao sul do PEAEX, onde antes [...] se fazia caça, tirada de bacaba, açaf [...] e hoje é explorada por madeireiros clandestinos e grileiros. Deve retornar a ser utilizado exclusivamente pelos habitantes da área. O PEAEX englobará 42 comunidades mapeadas em área de 145.690 há²⁷ (PLANO PARTICIPATIVO, 2008).

Este foi o tom de toda a discussão para a destinação das terras às populações nativas naquelas Glebas. Os Borari, do Território Indígena Maró, pleiteavam uma área de aproximadamente 80 mil hectares, mas ao final das discussões o estudo realizado pelo Grupo de Trabalho da FUNAI apresentou o relatório técnico com uma área de 42.373 hectares. Outras comunidades, declaradas não indígenas seguiram a “receita” do ITERPA (Instituto de Terra do Pará) de criar assentamentos. Assim, todas as comunidades foram “contempladas” com Assentamentos, alguns coletivos outros individuais, muito deles com áreas inferiores a 10 mil hectares. O Plano Participativo em seu documento aponta, à sua p.14: “[...] O PEAEX Vista Alegre possuirá uma comunidade em 27.572 hectares [...]”. Em 2009 o ITERPA publicou o DECRETO Nº 1.740, DE 17 DE JUNHO DE 2009 (D.O.E. 18/06/2009), que diz no seu artigo 1º: “Este Decreto homologa a criação do Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista - PEAEX denominado VISTA ALEGRE localizado no Município de Santarém (PA), possuindo área de 5.719ha 04a 29ca, com objetivo de regularizar a ocupação de terras cultivadas por 33 (trinta e três) famílias”. Recentemente lideranças comunitárias de Vista Alegre denunciaram à Promotoria Agrária de Santarém que foram enganados e que com o aumento das famílias, já não possuem terra para suas atividades produtivas (CPT/SANTARÉM, 2017)²⁸.

A elaboração de material didático ou pedagógico é construída sempre com o objetivo de divulgar as “oportunidades” a serem apresentadas às comunidades. Ao final são repassados aos diversos grupos sociais para serem feitas as explicações das propostas ou em outros casos, são confeccionados a partir de atividades já realizadas, justificando através deste material “bons” exemplos para outras localidades. Estes documentos também revelam as parcerias existentes entre os organizadores e seus apoiadores. Uma breve busca nos sites de ONGs como IIEB, ISA, IPAM²⁹ e outros vamos encontrar nas suas publicações materiais com conteúdo voltado para as praticas produtivas das comunidades e sua relação com o mercado.

²⁷ Plano Participativo de Mosaico de Uso da Terra nas Glebas: Nova Olinda, Nova Olinda II, III, Curumucuri e Mamuru no Oeste do Pará, 2008, p. 14.

²⁸ Ofícios e relatórios de reuniões com MP que tratam da demanda dos comunitários de Vista Alegre nos arquivos da CPT em Santarém.

²⁹ [http://iieb.org.br/index.php/publicacoes/livros/;](http://iieb.org.br/index.php/publicacoes/livros/)
<http://ipam.org.br/biblioteca/?biblioteca=documentos-e-relatorios;>

A publicação do IEB “*Projeto de Fortalecimento das Cadeias de Valor da Amazônia: Cenários e Proposições sobre os produtos madeireiros, castanha do Brasil, cacau e açaí no Estado do Pará e Amapá*”. Que esta disponível no site: <http://ieeb.org.br/index.php/publicacoes/livros/>, tem o apoio do Fundo Vale. Em seu conteúdo busca trazer respostas para questões voltadas para a “noção de valor que norteiam as discussões e reflexões sobre cadeias produtivas” da Madeira, Castanha do Brasil, Cacau e Açaí. Em outra publicação no mesmo site o IEB trás outro material com o título: “Formar Florestal: Lições Aprendidas” que é uma experiência de formação de jovens e adultos no Manejo Comunitário e Familiar para fortalecer o “manejo e a governança florestal no Estado do Pará”. Neste trabalho, o IEB recebe apoio do Fundo Vale e da Margaret A. Cargill Foundation.

Noutro documento do IEB, que foi publicado em formato de revista denominado “Relações entre Empresas, Governos e Comunidades na Amazônia Brasileira – Reflexões e Propostas – Seminário realizado em maio de 2009” (CARNEIRO et al., 2010) traz no seu resumo os seus objetivos de forma clara a respeito do interesse do Estado e das empresas, Assim diz o texto:

[...] No que se refere aos atrativos para estabelecimento da parceria, por exemplo, **para o governo**, representa a oportunidade de **dar vazão às políticas públicas** voltadas à temática. **Para as empresas, a parceria facilitará o acesso a conhecimentos tradicionais** de processos de extração de essências e aromas e a oportunidade de manejar áreas públicas destinadas a comunidades e, assim, **disponibilizar no mercado** produtos madeireiros legalizados com planos de manejos. “Finalmente, para as comunidades, que são o lado menos favorecidos e empoderado dessa relação, o principal atrativo são as facilidades de acesso a mercado par seus produtos” (CARNEIRO et al., 2010, p. 9, Grifos nossos).

Nesta publicação o Instituto Internacional de Educação – IEB contou com o apoio “generoso” dos Estados Unidos da América do Norte, através da Agencia dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Internacional – USAID. Agência que tem inúmeras parcerias com várias ONGs no Brasil. Mas além do IEB há inúmeras ONGs que elaboram materiais didáticos e relatórios com os mesmos objetivos. Somente para exemplificar podemos citar alguns trabalhos do Instituto de Pesquisa da Amazônia – IPAM, chamados “Documentos e relatórios encontrados na página <http://ipam.org.br/biblioteca/>, ou ainda os materiais do Instituto Sócio Ambiental – ISA, que podem ser encontrados na página <https://www.socioambiental.org/pt-br>.

Os elementos que apresentamos nesta seção demonstram claramente o papel do Estado e seus aliados na criação e desenvolvimento de políticas públicas que atendam o interesse do capital, que para isto utiliza uma estratégia baseada no conceito de “modernização conservadora”, que é um processo clássico do sistema capitalista. Esta estratégia atua em sentidos contrários, no primeiro momento atua para o desenvolvimento das forças produtivas e, em outro garante intactas as relações de produção. A modernização conservadora tem como fundamento garantir que as relações de poder e as estruturas de dominação do Modo de Produção como sociedade de classe sejam mantidas sem alterações. Esta estratégia cria a ideia de mudança, mas sem mudar, pois permite a mudança a partir da modernização das forças produtivas, mas na verdade tais mudanças servem para conservar intactas as relações de produção. A modernização conservadora tem grande efeito sobre as atividades rurais, pois como o Capital é o resultado da relação entre o Trabalho e a Natureza, obriga que as atividades desenvolvidas pelo trabalho humano avancem para a exploração da natureza, para transformá-la em mercadoria e para isto se faz necessário transformar as antigas relações de produção com instrumentos técnicos modernos que permitam o aumento da produtividade, deixando de produzir para a subsistência e passando a produzir para o mercado, o qual se encarrega de manipular essa relação produtiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vê-se que a modernização conservadora é uma estratégia perceptível nas várias ações desenvolvidas pelo Estado. São estas táticas usadas para impedir que se ampliem as contradições existentes nas relações de trabalho, mesmo que a ruptura aconteça em algum momento da história, a classe dominante sempre recorrerá a mecanismos que impeçam essa mudança para outro modo de produção.

Com a realização desta pesquisa pode-se perceber que o controle dos meios de produção, através da propriedade privada é o que determina as relações de produção, já que aqueles que não possuem os instrumentos necessários para realização de um trabalho, se sujeitando aos interesses daquele que detêm a propriedade. Portanto, o resultado do trabalho não atende às necessidades do trabalhador, mas do proprietário. É por isso que a classe dominante, ou seja, a proprietária, luta incessantemente para evitar que esta relação mude. Constata-se que a modernização conservadora se torna uma tática extremamente importante, pois garante que as forças produtivas continuem avançando com seus conhecimentos científicos e tecnológicos, mas evitando a ruptura do modo de produção que se defende.

Os seres humanos não podem ser livres para realizar suas atividades produtivas em uma sociedade de classes. Portanto, é a propriedade privada dos meios de produção que controlam a forma como as relações de produção podem ocorrer. Retirado do trabalhador os equipamentos que produzem os produtos necessários para suas necessidades, o mesmo se sujeita a disponibilizar aos donos dos meios de produção sua força física. Contudo, não é possível impedir nem que um trabalhador possa ampliar seus conhecimentos intelectuais para melhorar sua capacidade de produzir com maior eficiência, muito menos, impedir que tal capacidade desenvolva novas tecnologias para serem usadas na produção de mercadorias. É exatamente para ampliar a potencialidade de criar meios mais eficientes que as políticas públicas são pensadas, mas ao mesmo tempo, devem atuar ideologicamente para manutenção da propriedade nas mãos da classe dominante.

Em vista dos exemplos apresentados no trabalho, o Estado aparece como o principal responsável para efetivar as condições que garantam os interesses capitalistas na região do Baixo Amazonas. Esta afirmação reforça o entendimento de que o Estado atua em favor da classe dominante. Em todos os casos que foram trazidos e analisados neste trabalho, evidencia-se um comportamento que não apenas facilita, mas propicia enormemente a execução das atividades pretendidas pelas empresas capitalistas. Isto acontece com a

elaboração de instrumentos jurídicos específicos, criados propositalmente para legalizar as ações, mesmo que danosas à nação.

Não foi aprofundado neste trabalho as táticas do uso de violência física praticadas contra aqueles que se opõem aos propósitos capitalistas, apesar de alguns dados apresentados apontarem para tal fenômeno. Porém, traz com muita ênfase a tática da inculcação ideológica para facilitar a aceitação das intervenções utilizadas em favor da classe dominante, sem que sejam rejeitadas pela maioria dos cidadãos. Fica claro que nos países em que os problemas sociais são mais caóticos é mais fácil disseminar a ideia de ajuda, ou seja, da superação da pobreza. Portanto, difundir que o desenvolvimento é a saída do atraso fez com que os governos passassem a justificar suas ações sem serem questionados.

Nos programas dos diversos governos aqui apresentados, também se pode constatar que é muito importante para o capital quem ocupe os governos. Pois todos devem seguir a lógica desenvolvimentista pretendida pelo mercado. Por isto que, se algum governo parecer menos eficiente para atender com rapidez as demandas capitalistas, ou ainda, se sinalizarem minimamente vantagens sociais, sofrem imediatamente as penalizações exigidas pelo mercado, pois a regra é que todos os governos devam atuar dentro dos princípios das origens para qual o Estado foi criado. Assim, os Programas dos governos parecem dar continuidade uns aos outros, seja com novas ações ou retomando programas iniciados e não acabados.

O Estado ao efetivar as políticas públicas remete à sociedade a responsabilidade de assumi-las, para que os resultados possam acontecer positivamente. O objetivo é a introdução de novas técnicas produtivas, que separam o antigo modelo de produção existente nas comunidades, impulsionando os grupos para que seus produtos possam ser absorvidos pelo mercado. Portanto, tais populações, envolvidas no jogo das regras econômicas do mercado, passam a ter suas vidas reguladas por estas regras, alterando o comportamento social dos mesmos.

Percebe-se que os mecanismos pedagógicos utilizados junto às lideranças comunitárias objetivam conduzir para o novo modelo proposto, eliminando as possibilidades de ocorrer à organização coletiva para o enfrentamento ao capital, por isto que, nos espaços onde há maiores resistências, é lá onde se dedica maior empenho para envolver as lideranças a assumirem a defesa ideológica capitalista diante dos demais membros do grupo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de Paiva et al. **Estabilização e reforma: 1964-1967**. In: _____. **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 213-231. Disponível em:

<<https://guilhermetissot.wordpress.com/2015/12/05/estabilizacao-e-reforma-1964-1967/>>.

Acesso em: 17 nov. 2018.

ARAUJO, Tânia Bacelar de. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 144-161, abr.-jun. 1999.

ASSUNÇÃO, Matheus. PAEG: o programa de ação econômica do governo e a economia brasileira nos anos 1960. Universidade de Brasília – UnB. Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação – FACE. Departamento de Economia – ECO, 2010. Disponível em:

<<https://petecounb.files.wordpress.com/2011/03/programa-de-ac3a7c3a3o-conc3b4mica-do-governo-e-a-economia-brasileira-nos-anos-1960-matheus-assunc3a7c3a3o.pdf>> Acesso em 06 out. 2018.

ÁVILA, Rodrigo Vieira de. **PAC: programa de atendimento aos credores**. (Brasília, 26/01/2007). Disponível em:< <https://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Programa-de-Atendimento-aos-Credores.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2018.

BARTESAGHI, Lucía; CERONI, Mauricio; DIAS, Ismael; FACCIO, Carolina. **IIRSA – Integración de Infraestructura Regional Sulamericana: OTRO PASO EN LA EXPLOTACIÓN DE LOS PUEBLOS Y TERRITORIOS SUDAMERICANOS**.

Coordenadores: Marcel Achkar; Ana Domínguez. PROGRAMA URUGUAY

SUSTENTABLE REDES- AMIGOS DE LA TIERRA. URUGUAY, 2006. Disponível em:

<<https://organizaopopular.files.wordpress.com/2011/12/libroiirsa.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

BRASIL. I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND): 1972-1974. 339.26 “1972-1974” (81) p. 823. I PND. Dezembro de 1971. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 dez. 1971.

BRASIL. II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND): 1975-1979. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 dez. 1974. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/492>. Acesso em: 19 dez. 2018.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Ministério do Planejamento. SILVA, Luis Inácio. **Programa de Aceleração do Crescimento, 2007-2010**, Poder Executivo, Brasília, 22 jan. 2007.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo da Floresta Nacional de Saracá-Taquera**. Volume II – Planejamento. Brasília, DF, setembro de 2014.

BOFF, Ricardo Bruno. **IIRSA e a (de) colonialidade do poder**. 2015. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/136358/336043.pdf;sequence=1>>. Acesso 19 dez. 2018.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 1988.

BRITO, Daniela Chaves de. **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional**. Belém: ABDR, 2001.

CAMARGO, Maria Luiza de Gutierrez. **O latifúndio do projeto Jari e a propriedade da terra na Amazônia**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CAMPELO, Lilian. Violência: expansão do eucalipto do Grupo Jari gera conflitos em Almeirim, no Pará. Edição: José Eduardo Bernardes. **Brasil de Fato**, Belém, 2 mar. 2017. 13:37. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/03/02/expansao-do-eucalipto-do-grupo-jari-gera-conflitos-em-almeirim-no-para/>. Acesso em: 28 dez. 2018.

CARDOSO Jr., José Celso e NAVARRO, Cláudio Alexandre. **2174: Texto para discussão do planejamento governamental no Brasil e a experiência recente (2007 a 2014) do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)1**. Brasília, fevereiro de 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_2174.pdf>. Acesso em: 1 out. 2018.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mãos à obra, Brasil**: proposta de governo. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.bvce.org>>.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Avança Brasil**: proposta de governo [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 172 p. ISBN: 978-85-99662-68-7. Available from SciELO Books. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio et al (Org.). **Relações entre empresas, Governos e comunidades na Amazônia brasileira**: reflexões e propostas. INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL. Belém, 2010.

CAVALCANTI, Clovis. Celso Furtado e o mito do desenvolvimento econômico. **TRABALHOS PARA DISCUSSÃO**. n. 104/2001. Março, 2001 Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/TPD/article/view/920/641>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

CHACPE, Juliana Fernandes. **Territórios quilombolas e unidades de conservação de proteção integral**: desafios da conciliação na Administração Federal. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília. 150 p. Brasília, 2014.

CHIAVERINE, Tomás e MENDES, Ana. **Apublica: “A guerra secreta pela bauxita”**. Agência de Jornalismo Investigativo, 2016. Disponível em: <<https://apublica.org/2016/08/a-guerra-secreta-pela-bauxita/>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

COELHO, Tádzio Peters. Projeto Grande Carajás Trinta anos de desenvolvimento frustrado. **Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE**. Impressão: Graffito Gráfica Tiragem: 500 unidades. Rio de Janeiro, 21 de abril de 2014.

COHEN, Gerald A. **Crítica Marxista**, nº 31. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2010.

CORRÊA, Sílvia da Silva. **E continuamos a ser escravos na nossa própria terra: a reprodução subordinada dos quilombolas do rio trombetas ao capital-trabalho e as transformações no território**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho – RO, 2016.

COUTO, André. Projeto Jari. **Jornal Fundação Getúlio Vargas**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/projeto-jari>. Acesso em: 12 ago. 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2017/CPT**. CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto (Orgs). Goiânia: CPT, 2017. p. 280.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo - (1931-1994)**. Editorações, tradução do prefácio e versão para eBooks Brasil. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.com/eLibris/socespetaculo.html>>. Acesso em: 1 dez. 2003.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova Economia**. Belo Horizonte, 19 (2), p. 227-249, mai-ago. 2009. Artigo recebido em maio de 2009; aprovado em julho de 2009.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Coleção Perspectivas do Homem. Volume 99. Série Ciências Sociais. 9ª edição. Tradução Leandro Konder. Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro – RJ. 1984

ESCOBAR, Arturo. **La invención del tercer mundo**: construcción y deconstrucción del desarrollo. Traducción de Diana Ochoa. 1ra. Edición. Caracas, Venezuela: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007. 419 p. (Série: colonialidad/modernidad/descolonialidad).

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**/Wolfgang Sachs (editor); Tradução de Vera Lúcia M; Joscelyne, Sussuana de Gyalokay; Jaime A. Closen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERREIRA, Márlia R. C.; SILVA, Regina O. da. **Fortalecimento da economia agroflorestal e extrativista das comunidades da Gleba Nova Olinda I**. Belém: MPEG, 2009.

FIGUEIREDO, Wilmara Aparecida Silva. **Estudo do componente quilombola das comunidades localizadas no entorno da Mineração Rio Do Norte - Relatório Geral**. Santarém, PA: CUMBUCA NORTE. Mar. 2017.

FOLHES, R. e CAMARGO, M. L. Latifúndio, conflito e desenvolvimento no vale do Jari: do aviamento ao capitalismo verde. **AGRÁRIA**, São Paulo, No. 18, pp. 114-140, 2013.

GARCIA, Nelson J. O Que é Propaganda Ideológica. São Paulo: Brasiliense, 1982. Col. Primeiros Passos, 9ª edição.

Grupo ORSA. Relatório Anual e de Sustentabilidade 2010. Disponível em: <http://www.inesgodinho.com.br/pdfs/RS_Orsa_2010.pdf>. Acesso em: 24. Nov. 2018.

GUAPINDAIA, Vera Lucia Calandrini. **Além da margem do rio - a ocupação Konduri e Pocó na região de Porto Trombetas, PA**. 2008. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/11677329-Alem-da-margem-do-rio-a-ocupacao-konduri-e-poco-na-regiao-de-porto-trombetas-pa.html>>. Acesso em: 15 set. 2018.

KERECKI, Márcio e SANTOS, Miguel dos. Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG): do milagre econômico ao fim do sonho. **Revista Historiador**, n.02, ano 02. dez. 2009. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/revistahistoriador>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira **Estudos Avançados**, 2002. 16(45), p. 37-61. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200004>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

KORSCH, Karl. O Conceito de Forças Produtivas Materiais [capítulo 8 de Karl Marx]. Fonte: **A Velha Toupeira**. Transcrição: Antônio Oliveira. HTML: Fernando A. S. Araújo. Incluída em 05 jul. 2015. Disponível em: <<https://comunism0.wordpress.com/o-conceito-de-forcas-produtivas/>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento**, 1955. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/317232603/JK-1955-Diretrizes-Gerais-Do-Plano-Nacional-de-Desenvolvimento>>. Acesso em: 07 out. 2018.

LEAL, Aluísio. **Amazônia: O aspecto político da questão mineral**. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA – NAEA Belém – Pará. 1989.

_____. Uma sinopse histórica da Amazônia. In: TRINDADE, José R. e MARQUES, Gilberto (orgs). **Revista de Estudos Paraenses**. Edição Especial – IDESP. Belém, IDESP, 2010.

_____. A(s) resistência(s) ao grande projeto na Amazônia. **R. Pol. Públ.** São Luís, Número Especial, p. 85-103, nov. 2016. Recebida em: 16.02.2016. Aprovada em: 06.06.2016).

LEANZA, Silvia. “En este desierto hay vida, el próximo desierto, el de la zona de sacrificio, dejará de tener vida” enero 13, 2011. Entrevista dada ao: **Observatorio Petrolero Sur**. Disponível em: <<http://www.opsur.org.ar/blog/2011/01/13/en-este-desierto-hay-vida-el-proximo-desierto-el-de-la-zona-de-sacrificio-dejara-de-tener-vida/>>. Acesso em: 07. Jan. 2109.

LIMA, Ana Carolina da Cruz e SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do brasil**. Texto para discussão; 358. 33p. CEDEPLAR/FACE/UFMG. Set. 2009.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MACHADO, Raymundo de Campos e LIMA, Maria Helena M. Rocha. Implantação do projeto trombetas na Amazônia: de 1962 a 1972. In: 62º CONGRESSO ANUAL DA ABM, 23 a 27 de julho de 2007, Vitória. **Anais...**, 2007.

MADEIRA tem atividades suspensas por fraudes em manejo florestal no PA G1 Santarém de 09. Jul. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2015/07/madeira-tem-atividades-suspensas-por-fraudes-em-manejo-florestal-no-pa.html>>. Acesso em 24. Nov. 2018.

MARX, Karl e ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. Edição: Ridendo Castigat Mores, p. 12. Fonte Digital: RocketEdition de 1999. Disponível em: <html em www.jahr.or>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro primeiro: o processo de produção do capital. v. II. Paul Singer (Coord. e rev.). Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural Ltda. Copyright © desta edição Círculo do Livro Ltda. 1996.

MATEI, Lauro e MAGALHÃES, Luis Felipe. A política econômica durante o governo Lula (2003-2010): cenários, resultados e perspectivas. In: **Nunca antes na história desse país...?: um balanço das políticas do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Fundação Henrich Böll, 2011. Disponível em: <<https://www.joserobertoafonso.com.br/governo-lula-2003-2010-mattei-e-magalhaes/>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

MATOS, E. A. O programa "aliança para o progresso": o discurso civilizador na imprensa e a educação profissional no Paraná – Brasil. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL PROCESO CIVILIZADOR, 11, 2008, Buenos Aires. **Anais**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2008. p. 359-367.

MINERAÇÃO RIO DO NORTE. **Relatório de Sustentabilidade GRI 2010-2012**.

Disponível em:

<http://www.mrn.com.br/Relatorios/Relatorio%20de%20Sustentabilidade%20GRI_2010-2012.pdf>. Acesso em: 22. Nov. 2018.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge. Crítica ao conceito de desenvolvimento. **Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho**. Originalmente apresentada como Dissertação (Mestrado em Geografia). In: Políticas públicas de desenvolvimento rural e o projeto de reforma agrária do MST no Noroeste do Paraná: uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho, da gestão territorial do Estado e do controle social do capital, 2002. 230 f. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2002. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/798/821>>. Acesso em: 19 dez. 2108.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: um retorno aos dossiês. **AGRÁRIA**. São Paulo, n.12, p. 3-113, 2010.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos avançados**. 15 (43), p. 185 - 206. 2001.

_____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. 1ª edição. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, p. 184, 2007. Disponibilizado em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>

PAZ, Gabrielle S. Integração da América do Sul: o BNDES como agente da política regional do governo Lula. In: **1º SEMINÁRIO DE CIÊNCIA POLITICA. ESTADO E DEMOCRACIA EM MUDANÇA NO SÉCULO XXI**, 2015, Porto Alegre: UFGRS, Porto Alegre, 09-11 de setembro de 2015.

PERLATTO, Fernando. Interpretando a modernização conservadora: a imaginação sociológica brasileira em tempos difíceis. **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Humanos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 461 – 481, dez. 2014. Disponível em: <<http://revistaestudospoliticos.com>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia**. 1ª edição. São Paulo: Editora Expressão Popular. P. 256, 2006.

PIRES, Murilo José de Souza. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. SOS/Ed: 2009. **Documentos Técnico-Científicos**, v.40, n. 03, Jul-Set. 2009.

PLEKHANOV, G. **A Concepção materialista da história: da filosofia da história, da concepção materialista da história, o papel do indivíduo na história**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

REGO, Gilson F. de Jesus. **Sociedade de economia natural e a estratégia da modernização conservadora e suas consequências no Baixo Amazonas**. 2013. 90 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Direitos Humanos e Políticas Públicas) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ, Santarém, 2013.

RICARDIO, L. A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. In: **CUAD. DESARRO. RURAL**. Bogotá, 8 (67): p. 231-249. 2011.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. Plano de metas, PAEG e II PND: análise e desdobramentos. XI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA. Vitória. **Anais...** Vitória, 14 a 15 de set. 2015.

RODRIGUES, Taíla Albuquerque e SALVADOR, Evilásio. As implicações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas políticas sociais. **SER Social**, Brasília, v. 13, n.28, p. 129-156, jan./jun. 2011.

SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**/Wolfgang Sachs (editor); Tradução de Vera Lúcia M; Joscelyne, Sussuana de Gyalokay; Jaime A. Closen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

TEXEIRA, Gerson. **A modernização conservadora da agricultura familiar e a agroecologia**. ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária (abril de 2012). Disponível em:

<<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/A%20modernizacao%20conservadora%20da%20agricultura%20familiar%20e%20a%20agroecologia%20-%20Gerson%20Teixeira.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2018.

TOURINO, Manoel Malheiros (Coord.). **Pesquisa Socioambiental na Região Mamuru-Arapiuns-Pará**. UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL E DOS RECURSOS HÍDRICOS. Belém, 2009.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. **Conflitos e movimentos sociais populares em área de mineração na Amazônia Brasileira**. Dissertação (Mestrado em Geografia). – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ/PPGG, Rio de Janeiro, 2008.